

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 687
26 de Fevereiro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



A grandiosa concentração no Porto, no passado sábado



Também em Faro foi grande a resposta ao apelo do movimento sindical

TRABALHADORES MANIFESTAM-SE NO PORTO E EM FARO

Págs. 8, 9 e 10/Semana

Cada vez mais sectores
contra a política de Cavaco

**Em luta:
metalúrgicos,
ferroviários,
médicos,
estudantes,
professores,
Reforma
Agrária,
mineiros**

Págs. 8, 9 e 10/Semana

INICIATIVA É COM OS COMUNISTAS

Nas vésperas do seu 66.º aniversário, o Partido Comunista Português, empenhado a nível nacional numa campanha de reforço organizativo, prevista até Junho, assinala um vasto conjunto de iniciativas, construídas pela dedicação, a responsabilidade e o entusiasmo dos militantes e das organizações. No último fim-de-semana, duas acções tiveram especial impacto: enquanto em Santarém a Direcção Regional do PCP realizava interessantes Debates subordinados ao tema Distrito de Santarém, que futuro?, em Lisboa 450 militantes participavam num encontro convocado pela Organização Local para definir orientações de trabalho em áreas prioritárias da acção do Partido no concelho de Lisboa. Ainda com algumas iniciativas a comemorar o aniversário do «Avante!», o painel da actividade do PCP reforça-se em todo o País, com Assembleias aos mais variados níveis da organização, incluindo células de empresa, campanhas para Centros de Trabalho, plenários, reuniões de quadros, sessões e debates, colóquios e encontros abertos para análise de problemas em vários sectores, tomadas de posição sobre determinados aspectos da vida política, económica, social e cultural, etc. Nesta edição damos conta de algumas destas realizações, nas págs. 4 e 5/Em Foco, 14/Semana e na Agenda.

Morreu Zeca Afonso



José Afonso na Festa do «Avante!»

Pág. 13/Semana

Nota
do Secretariado
do CC
do PCP
sobre
as relações
PCP-MDP
no quadro
da APU

Pág. 13
/Semana



Dois aspectos do caloroso comício de amizade PCP-PCUS realizado na sexta-feira no Pavilhão dos Desportos de Lisboa

AMIZADE PCP-PCUS

- Discursos de Álvaro Cunhal e Nikolai Sliunkov no entusiástico comício de amizade de sexta-feira Págs. 1, 3, 4, 5, 6 e 7/Semana
- Comunicado conjunto PCP-PCUS Pág. 2/Semana
- Entrevista do camarada N. Sliunkov Págs. 1, 2 e 3/Em Foco

Os comunistas e a alternativa

Ao abordar na última sexta-feira no impressionante comício do Pavilhão dos Desportos a questão da alternativa democrática ao Governo Cavaco Silva/PSD e à sua política e ao insistir na absoluta necessidade do diálogo e da convergência dos partidos democráticos para uma saída institucional visando aquele objectivo, o Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, disse a certo passo do seu discurso: «... só por si esta luta não chega. Há dois outros factores que são determinantes para que a convergência se concretize: a luta popular e o reforço do nosso Partido».

De facto, o problema de uma alternativa ao Governo minoritário de direita e à sua nefasta política coloca-se de maneira premente às forças democráticas portuguesas empenhadas, embora em graus diversos e diferentes formas, na defesa, consolidação e continuação de Portugal de Abril.

Assenta, logicamente, após a formação do Governo Cavaco Silva/PSD, no conhecimento da extrema gravidade do seu programa; na experiência de mais um ano de prática política; em premissas de fundo surgidas no processo da nossa realidade institucional e política actual na base das profundas alterações no quadro político-partidário como resultado das rudes batalhas eleitorais de há um ano e das mudanças favoráveis ocorridas desde então na arrumação e na correlação de forças sociais e políticas.

A alternativa democrática ao Governo Cavaco Silva/PSD assumiu na hora actual o carácter de uma necessidade objectiva e impostergável e torna-se cada vez mais evidente a justeza da posição dos comunistas reafirmada nas palavras de Álvaro Cunhal.

A luta popular e o reforço do PCP são duas frentes interligadas. No momento em que se intensifica a luta popular de massas por todo o País e no momento em que os comunistas portugueses vão comemorar o 66.º Aniversário do seu Partido é oportuno abordar o estado actual de cada um destes sectores determinantes, o seu reforço, a sua interligação e o seu peso na luta pela viabilização dessa necessária viragem na política actual.

O alargamento e o reforço da luta popular de massas no plano nacional são uma realidade que a demagogia e a manipulação cavaleira dos órgãos de comunicação social estatizados de grande audiência se mostram impotentes

para escamotear ao conhecimento da opinião pública do País.

A grandiosa manifestação de sábado no Porto integrada na Jornada Nacional de Luta organizada pela CGTP-IN foi, na semana que acaba de passar, a de maior combatividade e mais forte expressão de massas da última semana.

A esta potente acção dos trabalhadores do Porto deve juntar-se a força e o significado do IV Encontro da Lavoura, de 15 de Fevereiro em Coimbra realizado pela CNA com a representação de 600 organizações e a participação de mais de 7000 agricultores de todo o País que reafirmaram sentidas reclamações que tocam questões vitais da agricultura portuguesa, e de uma forma muito viva as consequências ruinosas da adesão à CEE.

Depois da importante reunião de rendeiros no Porto, da manifestação de 5000 agricultores de Bragança, do encontro de criadores de gado em Coimbra, das reuniões de Leiria e Nelas, das reivindicações dos vinicultores das Adegas Cooperativas, e outras acções, o IV Encontro da Lavoura em Coimbra foi uma potente afirmação da vontade de luta de vastos sectores da agricultura portuguesa.

A concentração de metalúrgicos anunciada para hoje frente ao Ministério do Trabalho num conjunto de várias lutas e acções da classe operária em diversos pontos do País, a marcha dos trabalhadores da Reforma Agrária marcada para o dia 10 de Março e outras importantes acções anunciadas mostram a insatisfação dos trabalhadores, o divórcio crescente do Governo dos problemas vitais que os preocupam em que avultam os do desemprego, dos salários em atraso, do trabalho precário e infantil, dos contratos a prazo, das dívidas à Previdência.

Neste contexto de luta vem ao de cima o papel divisionista e o colaboracionismo com o patronato e com o Governo da UGT, o seu frete à ofensiva de exploração agravada da classe operária pelo patronato e seu Governo, como vem ao de cima o carácter grande agrário da CAP, as tendências fascizantes dos seus dirigentes, a sua participação directa na obra de esmagamento das pequenas e médias explorações agrícolas empreendidas pelo Governo minoritário Cavaco/PSD. De relevante importância são as lutas e greves estudantis no Ensino Superior e noutros sectores do Ensino, em particular dos estudantes das Faculdades de Letras e Escola Superior de Belas Artes, reveladoras

da consciência, da unidade e da combatividade dos estudantes.

Igualmente as acções anunciadas da parte do professorado revelam o profundo mal-estar e o descontentamento contra a política educacional do Governo.

Os trabalhadores da Função Pública têm por sua vez programadas importantes acções contra uma política que os atinge seriamente em questões vitais.

No sector da Saúde, depois da demissão dos directores dos Serviços de Urgência dos Hospitais Cívicos e das importantes lutas e acções dos médicos do internato geral contra o desemprego, cresce a disposição de luta contra a política de saúde e de gestão hospitalar do Governo Cavaco/PSD.

Este poderoso acervo de lutas desmente as balelas da «fortaleza» do Governo, mostra que se acentua a sua fragilidade política e a restrição da sua base social e que uma tal situação não pode deixar de se impor à consideração, ao diálogo e à convergência dos partidos democráticos visando uma alternativa de governo e de política.

A intensificação do movimento popular de massas implica e exige a participação dinâmica dos comunistas em todas as frentes de acção e de luta.

Para que esse objectivo seja plenamente atingido é imperioso o reforço e o alargamento do Partido Comunista Português e da sua ligação às massas.

A campanha organizativa decidida pelo Comité Central do PCP está obtendo importantes êxitos em todos os domínios. Vários objectivos mensais discutidos e assinalados pelas Organizações Regionais do Partido foram atingidos, medidas de grande alcance para o melhoramento do trabalho de direcção a todos os níveis e com resultados palpáveis no melhoramento da actividade geral do Partido estão em curso.

Assembleias de Organização, plenários, grandes reuniões de quadros, importantes iniciativas dos comunistas em sectores específicos de actividade estão obtendo resultados altamente positivos no quadro da campanha.

Um reforço notável de capacitação e de conhecimento dos problemas mobiliza na hora actual um impressionante número de camaradas e uma elevação qualitativa da sua intervenção na vida social e política verifica-se nos sectores mais va-

riados!

Os comunistas portugueses — homens, mulheres e jovens — dão-se conta do papel responsável do seu Partido na materialização dos objectivos e perspectivas de uma decidida viragem democrática na política nacional e nessa direcção mobilizam o melhor das suas energias, capacidades organizativas, iniciativa criadora.

O 66.º Aniversário do PCP em 6 de Março da próxima semana terá lugar num clima de assinaláveis progressos e dinamismo que cada vez mais colocarão os comunistas à altura das suas responsabilidades, cada vez tornarão mais fortes os laços que os unem aos trabalhadores, às massas populares, às realidades do seu país que querem transformar na direcção de um futuro melhor e mais promissor para o seu povo.

Os comunistas portugueses estão conscientes das suas responsabilidades. No combate que travam para o reforço do seu Partido alargam-se os seus horizontes políticos. Em estreita ligação com o povo dão uma contribuição fundamental para a instantânea tarefa de correr com o Governo Cavaco Silva/PSD e para a viabilização de uma alternativa democrática.

É, porém, evidente que a solução institucional — que está perfeitamente ao alcance dos partidos da oposição democrática maioritária na Assembleia da República — tem de ser uma tarefa conjunta e responsável de todas as forças democráticas.

Aproximam-se momentos que podem ser decisivos para os destinos daqueles partidos democráticos em cujas mãos e em cujo entendimento e convergência está a possibilidade institucional de demitir e substituir o Governo minoritário de direita e de inverter a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional.

Fechar os olhos e virar obstinadamente as costas a esta realidade teria sem dúvida graves consequências, não só para o povo português e a democracia portuguesa, como também para os partidos democráticos que com o PCP têm de meter ombros a uma alternativa ao Governo Cavaco/PSD.

A convergência democrática é o único caminho que poderá levar o País da desastrosa política da direita. Consciente das suas responsabilidades perante o povo português, o PCP continuará a luta com tal perspectiva.

18
Quarta-feira



A AR vai interrogar o Governo acerca das actividades de espionagem interna vindas a lume no sábado; o PCP requereu uma audiência ao Primeiro-Ministro para exigir esclarecimentos. ■ Comissões de Trabalhadores da banca denunciam o facto de o Governo estar a paralisar a actividade dos bancos nacionalizados e propõem «medidas alternativas para o sector bancário». ■ São embargadas as obras das «Torres dos Jerónimos». ■ Só há colocação no ensino para um terço dos licenciados em Letras anualmente, segundo João de Deus Pinheiro. ■ Portugal poupou 86,2 milhões de contos nas importações de petróleo e cereais nos primeiros 11 meses de 1986. ■ José Miguel Júdice diz que no PSD «só se emitem opiniões depois de ouvir o chefe». ■ Os confrontos armados em Beirute Ocidental, extremamente violentos, levam à demissão do primeiro-ministro Rachid Karame. ■ Um comunicado do PC Líbano anuncia que o escritor e membro do CC do partido Hussein Mruie foi ontem assassinado em sua casa, em Beirute Ocidental. ■ A Comissão de Informações do Senado dos EUA tem «sérias reservas» quanto à nomeação de Robert Gates para chefe da CIA. ■ O general Fidel Ramos, CEMGA das Filipinas, ordena a detenção de 6 oficiais e 79 soldados, enquanto decorre a investigação de um massacre de aldeões ocorrido no dia 10. ■ Estudantes e Governo chegam a acordo em Espanha, considerando as organizações estudantis que obtiveram uma vitória estrondosa. ■ Bruno Kreisky demitiu-se do cargo de vice-presidente da Internacional Socialista, informa um seu porta-voz. ■ Uma comissão do Congresso dos EUA afirma em relatório que Reagan devia ter negociado um acordo sobre controlo de armamentos em Reikjavik.

19
Quinta-feira

O Conselho de Ministros decide nomear um delegado do Governo para a «dinamização de actividade económica na península de Setúbal». ■ Demitem-se os 16 chefes das equipas de triagem dos Hospitais Cívicos de Lisboa. ■ Dois responsáveis da fábrica «Clemente Freitas e Filhos» (Bouça, Felgueiras) são condenados em tribunal por empregarem mão-de-obra infantil. ■ Estudantes da Universidade da Beira Interior cumprem a 100% o 2.º dia de greve protestando contra as altas percentagens de reprovações. ■ Inicia-se na Póvoa do Varzim a 1.ª Conferência Nacional dos Ensinos Preparatório e Secundário, iniciativa da FENPROF. ■ «Fazer dinheiro voltou a ser respeitável em Lisboa» — regozija-se o «Christian Science Monitor» comentando o boom da especulação bolsista. ■ Os confrontos em Beirute Ocidental apresentam um saldo de 200 mortos e 400 feridos.

Avante!
PROFANOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

20
Sexta-feira

Realiza-se no Pavilhão dos Desportos de Lisboa um comício de amizade PCP-PCUS. ■ Estudantes de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra manifestam-se junto do Ministério da Educação. ■ Trabalhadores da Termec apresentam em conferência de imprensa os seus esforços junto da administração, do administrador da massa falida, dos credores e do Governo para viabilizar a empresa. ■ Cavaco Silva desloca-se ao distrito de Viseu. ■ O Banco de Portugal anuncia que a dívida externa portuguesa diminuiu 1900 milhões de dólares (266 milhões de contos) em 1986. ■ O Parlamento Europeu aprova um pacote de medidas tendentes a rever a política comum de pesca da CEE. ■ A Associação dos Médicos Portugueses para a prevenção da guerra nuclear divulga uma carta a Reagan em que pede que os EUA cessem os ensaios nucleares. ■ O Presidente do Brasil anuncia a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa do país. ■ Após uma reunião em Damasco de dirigentes libaneses muçulmanos, tropas sírias dirigem-se para Beirute.

21
Sábado

No Porto e em Faro realizam-se manifestações por «Emprego, salário, vida melhor — com nova política e novo Governo», integradas na jornada nacional da CGTP-IN. ■ O I Encontro Nacional dos Trabalhadores de Escritório decorre hoje em sessões descentralizadas no Porto, Coimbra, Lisboa e Setúbal, promovido pela FEPACES. ■ A Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras aprova em Coimbra um plano de acções para Março. ■ No Alto de S. João realiza-se uma homenagem aos mortos do Tarráfol no 9.º aniversário da sua translação para Portugal. ■ O Botswana e o Zimbábue assinam um acordo de cooperação de defesa e segurança para enfrentar a ameaça sul-africana. ■ O ataque dos EUA contra a Líbia no ano passado tinha como objectivo assassinar Muammar Ghaddafi, revela o «New York Times».

22
Domingo

«Da minha presença não resultam miligramas» — declara Mário Soares em Carrizosa de Ansiães. ■ É revelado que as fichas de militantes do PCP e do PS apreendidas a Mário Correia da Cunha abrangem a cidade de Lisboa, a margem Sul e o Alentejo. ■ Realizam-se os «Debates com o PCP — Santarém, que futuro?» ■ Magistrados judiciais do Porto afirmam em comunicado que a falta de orçamento pode vir a paralisar os tribunais. ■ Oliver North destruiu uma série de documentos do Irangate, segundo o «Washington Post». ■ O novo director do gabinete de comunicação da Casa Branca, John Kohler, confirma que pertenceu às Juventudes Hitlerianas. ■ Os ministros das Finanças das seis maiores potências capitalistas acordam em Paris as taxas de câmbio das respectivas moedas, com a estabilização do dólar, iéne e marco ao nível actual; Itália abandonou a reunião. ■ Falece Andy Warhol, o rei da «pop art».

23
Segunda-feira



Morre em Setúbal José Afonso, poeta, cantor, músico. ■ O Governo proíbe o navio «Gretl» de regressar a Setúbal com as armas que foi carregado para o Irão, pois «o embarque foi feito legalmente». ■ Segundo o INE o número de camas dos hospitais diminuiu em 1989 9 por cento e o número de internamentos aumentou 1,5 por cento. ■ Ferrovias impedem a saída de duas composições da Campanhã, protestando contra a falta de diálogo do Conselho de Gerência da CP. ■ Os delegados sindicais da Lusa denunciam o controlo de entradas e saídas dos jornalistas pela segurança da empresa, actuação «de carácter marcadamente intimidatório». ■ O número de desempregados registados no IIEFP aumentou em Novembro de 1986 4,1% em relação ao mesmo mês do ano passado. ■ José Tengarrinha caracteriza o MDP/CDE como «a única força partidária socialista não marxista-leninista da cena política portuguesa». ■ A Comissão francesa para a comunicação social atribui a cadeia de TV «Nouvelle Cinéma» e Sílvia Berlusconi a Robert Hersant e Sílvia Berlusconi. ■ Dezenas de raptos precedem a chegada das tropas sírias a Beirute. ■ A imprensa norte-americana dá conta de que o anúncio da publicação do relatório da comissão Tower sobre as actividades do Conselho Nacional de Segurança causou inquietação na Casa Branca.

24
Terça-feira

A AR interpela o Governo sobre política de Justiça, pasta por que o PSD é responsável há 7 anos. ■ A RTP entrevista o secretário-geral do PCP, pela primeira vez desde há um ano e meio. ■ A Comissão da Conduta Feminina divulga iniciativas para o 8 de Março e revela que em 1985 uma mulher recebeu em média 78,8% do salário de um homem. ■ Trabalhadores da Carris cortam o trânsito na Av. de Roma, em Lisboa, depois de o Ministério do Trabalho se ter recusado a recebê-los. ■ O secretário de Estado da Comunicação Social confirma ao «Comércio do Porto» a intenção do governo de acabar com os jornais do sector público. ■ Chega a Lisboa uma delegação da Federação Nacional dos Sindicatos da RP da China, a convite da CGTP-IN. ■ O ministro da Defesa de Itália declara em Washington que o seu Governo é a «interpretar a letra» do tratado de defesa anti-míssil. ■ Começa em Adís Abeba uma reunião do Conselho de Ministros da OUA. ■ Um estudo da OIT revela que cerca de mil milhões de pessoas vivem mal alojadas ou sem qualquer espécie de abrigo. ■ Inicia-se em Moscovo o 18.º Congresso dos Sindicatos Soviéticos.

Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 687

26 de Fevereiro de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



**Comício
em Lisboa**

PCP-PCUS

Uma amizade cada vez mais forte

Ficou mais forte a amizade de muitos anos e muitas provas que une o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética. O Pavilhão dos Desportos de Lisboa voltou a encher-se de povo e de calor humano, num abraço solidário de amigos e camaradas. No Pavilhão Carlos Lopes teve lugar um comício que foi também uma demonstração de como pulsa o coração do Portugal de Abril, aberto para o mundo que queremos de paz, progresso e justiça social.

O processo de reestruturação e de aceleração do desenvolvimento socioeconómico em curso na União Soviética chamou para a pátria de Lénine a atenção de muitas pessoas, e não só comunistas. E isso viu-se também no Pavilhão dos Desportos: quem lá foi, comunista ou não, foi para ouvir e compreender melhor o

que se passa na URSS e como o PCP aprecia as transformações «revolucionárias» — como afirmava Álvaro Cunhal na recente entrevista que concedeu ao «Avante!» — que estão a ser levadas a cabo pelos comunistas e o povo soviético.

Mas não foi uma presença passiva, nada disso. Quem escu-

tava atentamente o que ali era dito por Nikolai Sliunkov não se limitava a ouvir. E se o aplauso caloroso foi o tom da reacção às suas palavras, momentos houve em que esse aplauso soou de modo especial. Sobressaíram, por exemplo, as salvas de palmas com que foi sublinhada a constatação de que na URSS o desemprego não existe há muitos anos. A mesma reacção instantânea se notou quando o camarada Sliunkov referiu os dez milhões de soviéticos que receberam novos apartamentos e quando recordou que os cidadãos da URSS têm assistência médica gratuita. Pormenores que escapam a alguns «soviétólogos» da nossa praça, cá em Portugal.

A participação viva dos milhares de pessoas que encheram o Pavilhão assinalou também a intervenção do secretário-geral do PCP. Foram fortes as vaias e os assobios endereçados ao Primeiro-Ministro de cada vez que foi referido o seu nome. Foi ainda mais forte o grito «Fascismo nunca mais» que respondeu à denúncia das actividades de espionagem contra militantes do PCP e outros democratas.

Um dos momentos mais quentes do comício foi a entrega de ofertas à delegação do Partido irmão soviético: dos organismos do PCP da Covina, da Indep, da Centrel, do sector dos bancários e trabalhadores dos seguros, da Mague, da Comissão Concelhia

de Sintra, do Sector Intelectual, da Carris, do organismo do sector público, da célula da Câmara Municipal de Loures, da Organização Local de Lisboa e da DORL. Os presentes eram muito variados, mas o sentimento de amizade fraterna era a tônica dos abraços (e beijos, ora essa!) que ali se trocaram.

Foram recebidas na mesa do comício mais de 80 saudações de organismos do PCP ao Partido Comunista da União Soviética. Mensagens de amizade, solidariedade e paz espalhavam-se em faixas e panos pelo interior do Pavilhão, insistentes e bonitas. E no topo de uma das bancadas duas dezenas de camaradas compunham alternadamente

«Amizade-Drujba» e «PCP-PCUS».

A mesa do comício era composta pelos camaradas do Executivo da DORL, Amélia Pardal — da Direcção Nacional da JCP, Albano Nunes e Carlos Aboim Inglês — do Comité Central do PCP, José Casanova — da Comissão Política do CC, Octávio Pato (que presidiu) e Sérgio Vilarigues — da CP e do Secretariado do CC, Álvaro Cunhal — secretário-geral do Partido, Nikolai Sliunkov — suplente do Bureau Político e membro do Secretariado do CC do PCUS, Iuri Zuev — director adjunto do Departamento Internacional do CC do PCUS, e Viktor Krassnikh — funcionário do Departamento Internacional do CC do PCUS.

Karl Marx **A Guerra Civil em França**

Colecção
Biblioteca
do Marxismo-Leninismo

edições
Avante!



Uma ampla base social de... desapoio

Depois de uma grande manifestação nacional (que em local apropriado noticiamos), os estudantes das Faculdades de Letras do país juntamente com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, em reunião da sua comissão coordenadora nacional, afirmaram em comunicado que é necessária outra política para a Educação e que «João de Deus Pinheiro não deve continuar à frente do Ministério da Educação».

Esta notícia sugere-nos uma reflexão sobre tempos idos não há muito. O olhar sobre o passado tem, além de outros naturais e importantes considerandos, o condão de nos proporcionar ricos conhecimentos que melhor ajudam a perceber (e actuar) no tempo presente. Vai daí pomonos a pensar sobre os governos que ao longo destes anos nos têm desgovernado e sobre o que se tem dito a seu respeito. Sobretudo dos malabarismos que certos costureiros e costureiras (sem desfavor para os próprios) usam de modo a iludir ou, dizendo de outra forma, pintar de cores vivas a palidez do cansaço do povo perante tantas promessas eternamente por cumprir e tantas ameaças sempre ordinariamente concretizadas.

Desses governos se disse entre outras coisas que disfrutavam de uma «ampla base social de apoio», ou mesmo (estamos lembrados do falecido PS/PSD) que correspondiam ao «verdadeiro anseio popular». Como é regra nestas coisas, mobilizavam-se bastas ideias (isto é...) e argumentos em socorro de tais afirmações, Televisão e demais meios de comunicação empenhavam-se sempre e sempre em dar-lhes a devida ressonância.

Invariavelmente o mesmo se passou (passa) com este e porventura com uma dimensão desconhecida até aqui. Durante muito tempo outra coisa não preocupava os «analistas» senão a explicação do sucesso da política deste governo e da figura do seu chefe. Tornou-se moda falar do «estilo» de Cavaco Silva.

Mas lentamente (quase diríamos fatalmente) as coisas foram mudando. Dos mais diversos sectores sociais chegam todos os dias protestos e tomadas de posição contra a política do governo PSD. O que aí se reconhece é tudo menos agrado com o «novo estilo» de Cavaco Silva.

Durante algum tempo os meios de comunicação social ferreamente controlados pela mão do partido no poder conseguiram de certa forma esconder dos olhos dos portugueses a contestação que aumentava contra a sua política. Lembramo-nos claramente do Verão passado, altura em que se desenvolveu um movimento de lutas de trabalhadores a vários títulos inédito pela altura do ano em que irrompeu. As férias (para quem as teve efectivamente) do ano de 1986 ficam marcadas como um tempo de intensa agitação social a demonstrar a Cavaco e aos seus ministros que os trabalhadores não estavam pelos ajustes em aceitar tantos atropelos aos seus direitos consignados legal e constitucionalmente.

Na altura, dizia-se que era invenção, que os trabalhadores ao contrário olhavam com expectativa a acção deste Governo. Os partidos democráticos deram-lhe mesmo o «benefício da dúvida». Hoje ninguém já consegue esconder o descrédito, a revolta que vai por esse País. São os agricultores, frustrados com as promessas da adesão à CEE e que exigem do governo que os defenda e proteja, a eles e à agricultura portuguesa. São os médicos reivindicando carreiras profissionais dignas para um serviço nacional de Saúde ao serviço das populações. São os jovens, ó costureiros da demagogia, os jovens de que invariavelmente se diz serem individualistas e estarem com a direita (a apoiarem por isso a política de Cavaco Silva), a reivindicar um futuro que as palavras e as medidas de circunstância não podem garantir.

Acabou-se a expectativa. De ampla base social de apoio, passou-se à «ampla base social de desapoio», de contestação. O que o povo português exige, neste momento, não são conjecturas sobre o horizonte político dos próximos tempos, cálculos eleitorais sobre eventuais ganhos e perdas. O que os jovens dizem, como os médicos, os agricultores, as mulheres, os trabalhadores de uma forma geral, é que é necessária outra política porque esta não serve. O tempo urge porque a gravidade da situação social é cada vez maior.

Não é moral e politicamente aceitável que se adie, com mil injustificados motivos, decisões que os acontecimentos exigem para já. Está à vista de todos qual a alternativa. E quanto mais clara é a situação, mais inconcebível se torna que os partidos democráticos teimem em virar as costas ao entendimento com vista à viabilização de uma alternativa democrática que dê resposta verdadeiramente aos anseios populares. É preciso, agora e já, dar corpo ao protesto nacional. Outra política, outro governo.

Comunicado conjunto Partido Comunista Português Partido Comunista da União Soviética

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal, de 16 a 21 de Fevereiro, uma delegação do Partido Comunista da União Soviética, dirigida por Nikolai Sliunkov, membro suplente do Bureau Político e Secretário do Comité Central do PCUS, e integrando ainda Yuri Zuiev, Director Adjunto do Departamento Internacional do CC do PCUS, Nikolai Kernoga, membro suplente do CC do Partido Comunista da Bielorrússia e Vitor Kransnikh, funcionário do Departamento internacional do CC do PCUS.

A delegação do PCUS manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado, Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central e Albano Nunes, membro do Comité Central e Responsável da Secção Internacional.

Durante as conversações, que tiveram lugar em ambiente de amizade fraternal e total compreensão recíproca, foram trocadas impressões e opiniões acerca da actividade dos dois partidos, situação na URSS e em Portugal, assim como sobre questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista internacional.

A delegação do PCUS informou sobre o trabalho que se realiza na União Soviética no sentido de materializar a linha do desenvolvimento socioeconómico do país orientada para a criação de um estádio qualitativamente novo da sociedade soviética, a qual foi traçada pelo plenário do CC do PCUS de Abril de 1985 e posteriormente fundamentada e detalhadamente elaborada pelo XXVII Congresso do PCUS.

No contexto da realização bem sucedida deste curso foi sublinhada a extrema importância do Plenário de Janeiro de 1987 do CC do PCUS. As suas decisões constituem um programa de pleno aproveitamento da capacidade criadora do sistema socialista com a aplicação das formas mais modernas de organização da so-

cidade e a utilização completa das potencialidades económicas, sociais e intelectuais da URSS.

A delegação do PCUS relatou as iniciativas tomadas pela União Soviética para consolidar a paz e a segurança internacional e libertar a humanidade do perigo do extremismo nuclear, pôr cobro à corrida aos armamentos, implantar nas relações internacionais actuais um novo pensamento político, que corresponda às realidades do século nuclear.

A delegação do PCP expressou o alto apreço pelo trabalho empreendido pelos comunistas soviéticos e todos os trabalhadores da URSS na concretização dos objectivos do XXVII Congresso e sublinhou a extraordinária importância das propostas e iniciativas de desarmamento da URSS para a diminuição da tensão internacional e a defesa da paz mundial.

A delegação do PCP informou acerca da luta da classe operária e do povo português em defesa das conquistas da Revolução de Abril e por uma viragem democrática na vida nacional. A ofensiva de recuperação capitalista prosseguida e agravada pelo actual governo arruína a economia, atinge duramente as condições de vida dos trabalhadores, põe em perigo o regime democrático e a própria independência nacional. A formação de um governo democrático é uma tarefa urgente de vital importância para o futuro da democracia portuguesa. Com este objectivo o PCP, ao mesmo tempo que insiste no papel determinante da acção de massas, luta pela cooperação e convergência dos partidos democráticos que dispõem de maioria na Assembleia da República.

A delegação do PCUS declarou a constante solidariedade fraternal dos comunistas soviéticos para com a luta abnegada do Partido Comunista Português pelos interesses dos trabalhadores, pelo desenvolvimento do país no caminho da democracia e do progresso social, pelo reforço da paz universal e da segurança internacional. Os comunistas soviéticos desejam ao PCP novos êxitos na sua actividade.

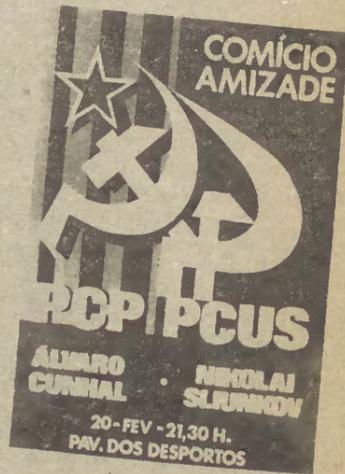
Abordando a situação internacional, as duas delegações condenaram firmemente a política de guerra e agressão conduzida pelo

imperialismo norte-americano e os seus objectivos de revanche social e hegemonia mundial. Perante os perigos que uma tal política faz pesar sobre a própria existência da Humanidade, as duas delegações sublinharam a necessidade de prosseguir e de intensificar a acção de todas as forças do progresso social e da paz para pôr fim à corrida aos armamentos, pelo desarmamento e, em primeiro lugar, o nuclear, para impedir a militarização do espaço. A este respeito puseram em relevo a importância do amplo movimento internacional pelo fim das experiências nucleares, pela liquidação até ao fim do século de todas as armas nucleares e outras armas de destruição massiva, pela criação de zonas livres de armas nucleares. Sublinharam ainda o grande significado das propostas soviéticas em Reikjavik.

As delegações do PCP e do PCUS valorizaram as vitórias alcançadas nos últimos tempos pela luta libertadora dos trabalhadores e dos povos em numerosos países e regiões do mundo e reafirmaram a activa solidariedade dos seus partidos a todos os povos que lutam pela liberdade, a independência, o progresso social e o socialismo, contra as agressões imperialistas, o fascismo, o racismo e o *apartheid*.

As duas delegações sublinharam o papel fundamental desempenhado pelos países socialistas na evolução mundial. A consolidação e aprofundamento das suas realizações nos planos económico, social e político constituem um poderoso incentivo à luta dos trabalhadores e povos de todo o mundo.

As delegações do PCP e do PCUS sublinharam a necessidade de fortalecer a cooperação entre os partidos comunistas, intensificar a troca de opiniões e experiências, realizar acções comuns. Confirmaram a opinião de que a unidade do movimento comunista internacional com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, não só não é incompatível como pressupõe a independência de cada



partido e a sua autonomia de decisão. Saliaram ao mesmo tempo que a cooperação, a amizade e solidariedade recíproca das grandes forças do progresso social é de importância fundamental para fazer recuar os projectos hegemónicos do imperialismo, defender a paz mundial e assegurar a evolução progressista da sociedade humana.

As delegações do PCP e do PCUS sublinharam a importância da elevação do nível das relações interestaduais e do desenvolvimento da cooperação mutuamente vantajosa entre a União Soviética e Portugal, no interesse dos dois povos e do reforço da paz e da segurança internacional.

As delegações expressaram a sua satisfação pelas relações de tradicional amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética e a vontade comum de continuar a agir para o seu reforço.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação do PCUS encontrou-se com delegações das Direcções das Organizações Regionais do PCP de Lisboa e de Santarém, visitou a empresa Mague, a Unidade Colectiva de Produção «Volta do Vale» e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Em Lisboa no Pavilhão dos Desportos a delegação do PCUS participou num Comício de Amizade PCP/PCUS em que usaram da palavra os camaradas Álvaro Cunhal e Nikolai Sliunkov.

Fevereiro de 1987



■ CA Durante o encontro, no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes

PCP

Discurso de Álvaro Cunhal

«Daqui, deste comício de amizade, felicitamos o PCUS, o seu Comité Central, o seu secretário-geral, camarada Gorbachov e todos os membros do Partido pela obra revolucionária em que estão empenhados, a fim de aperfeiçoar a sociedade socialista»



Camaradas:

Este nosso comício — pela grande afluência e pelo ambiente de entusiasmo e calor revolucionário que estamos vivendo, constitui um testemunho e uma expressão, não apenas da amizade e da solidariedade recíproca que desde sempre ligaram o PCP e o PCUS, mas também da profunda compreensão dos comunistas e dos trabalhadores portugueses pelo que significa a União Soviética para a luta emancipadora dos povos e para a paz do mundo, e pelo extraordinário alcance que reveste o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da sociedade soviética em que o PCUS está activamente empenhado.

O discurso do camarada Sliunkov, que acabamos de ouvir, trouxe-nos preciosos esclarecimentos e é de saudar com reconhecimento a vinda a Portugal (cumprindo datas marcadas) da delegação do PCUS no preciso momento em que camaradas tão responsáveis estão envolvidos num trabalho imenso para pôr em prática as decisões do XXVII Congresso e da recente reunião de 28 de Janeiro do Comité Central.

Bem-vindos pois a Portugal nesta nova manifestação de estreita amizade existente entre os nossos dois partidos.

1

URSS -

- desenvolvimento e aperfeiçoamento da sociedade socialista

Todos temos acompanhado a intensa especulação feita pelos meios de comunicação social portugueses em torno do novo rumo da política que se está realizando na União Soviética.

Como todos temos visto, a especulação não se desenvolve apenas em torno da política do PCUS. Desenvolve-se também em torno daquilo que dela pode pensar o PCP.

É por isso oportuno fazermos aqui algumas observações, relativamente a aspectos mais insistentes dessa especulação.

A primeira: ao contrário do que dizem certos comentadores, a linha definida pelo XXVII Congresso do PCUS e que está a ser aplicada, **não significa o fracasso do sistema socialista, antes assenta nas grandes realizações alcançadas ao longo dos anos, significa a comprovação das suas virtualidades e potencialidades.**

A segunda: ao contrário do que dizem certos comentadores, a linha definida pelo XXVII Congresso do PCUS e que está a ser aplicada **não significa um recuo para o capitalismo, mas um decidido avanço na construção do socialismo**, vencendo o conservantismo que impede que se acompanhem as exigências do progresso e da vida, superando factores de estagnação económica, tecnológica e cultural e combatendo fenómenos negativos estranhos à própria natureza e essência do regime soviético.

A terceira: ao contrário do que dizem certos comentadores, a linha definida pelo XXVII Congresso do PCUS e que está a ser aplicada **não significa a adopção de orientações e critérios da democracia burguesa, mas sim do aprofundamento em todas as esferas da vida social da democracia socialista**, da qual são partes integrantes os direitos políticos, socioeconómicos e cívicos dos cidadãos, e na qual (como princípios básicos) os recursos naturais, os meios de produção e o poder político pertencem ao povo e é o povo, são as massas populares, a força determinante na sociedade e na História.

A quarta: ao invés do que se passa com os responsáveis da burguesia que erigem em virtude e em sucesso os erros, os defeitos e as incapacidades, a crítica e a autocritica **constituem para os comunistas uma arma de rectificação das insuficiências, da correcção de erros, da análise das situações, da definição de orientações e de perspectivas.**

Na sociedade capitalista, o Poder pertence aos capitalistas, aos banqueiros e proprietários dos grandes meios de produção, aos exploradores das classes trabalhadoras. O Poder na sociedade capitalista, quando critica o que considera deficiências e erros, não é para resolver os problemas do povo, mas para assegurar a eficácia da exploração, para garantir a acumulação e o domínio do capital.

Só um sistema em que o Poder pertence ao povo torna possível um exame crítico profundo da situação, dos atrasos e dos erros, e a decisão de uma reestruturação que começa por tocar altas esferas do Estado, do Poder, do governo, da administração e do Partido, com vistas a garantir o desenvolvimento socioeconómico e a defesa mais eficaz dos interesses e direitos reais dos trabalhadores e das massas populares e a sua activa e determinante intervenção em todos os aspectos da vida do país.

Quinta observação: tal como actualmente sucede na URSS, a **análise crítica da realidade e em particular a análise criativa dos novos fenómenos (positivos e negativos) e a busca e a definição criativa dos novos caminhos e soluções, não põe em causa o marxismo-leninismo, antes é uma expressão do seu rigor científico e da sua validade e vitalidade.**

O marxismo-leninismo é o antípoda do imobilismo, do dogmatismo, do conservadorismo, da inércia e da rotina.

Um marxista-leninista não pode responder aos novos fenómenos com citações de textos recortados de antologias, nem com a repetição sistemática das palavras dos mestres ou líderes, mas sim com a análise científica desses novos fenómenos e com o discernimento que permite apreender toda a realidade e descobrir as soluções para os problemas que esta coloca.

Tanto no plano da teoria como no plano da actividade prática, o marxismo-leninismo, compreendido na sua riqueza teórica, é o instrumento impulsionador da análise rigorosa dos novos fenómenos, da descoberta das respostas adequadas às novas situações, das transformações necessárias às exigências da evolução económica, social, política e cultural.

É de particular importância (e os comentadores anticomunistas esquecem-no deliberadamente) que este traço primordial da natureza do marxismo-leninismo seja firmemente reafirmado na actuação presente do PCUS.

No seu trabalho revolucionário, aplicando as decisões do XXVII Congresso, o PCUS propõe-se desenvolver e aperfeiçoar a sociedade socialista.

Temos consciência de que a realização com êxito deste objectivo será extremamente importante, não apenas para o povo soviético, mas para todos os países, para o desenvolvimento do processo mundial de libertação dos trabalhadores e dos povos.

Será assim também uma importante contribuição para a nossa própria luta.

2

Saudação do PCP

Pela nossa própria orientação, pelo nosso programa e pelos objectivos que traçamos para o futuro socialista de Portugal, pela maneira como concebemos o Partido e como agimos, pelas nossas raízes na classe operária e nas massas populares, pela nossa convicção de que a força e a capacidade de realização do Partido vêm do povo, — nós, comunistas portugueses, temos boas razões para compreender e saudar o imenso trabalho de renovação que actualmente está a ser realizado na União Soviética na aplicação das decisões do XXVII Congresso do PCUS.

Creio, camaradas, que estareis de acordo que daqui, deste comício de amizade, felicitemos o PCUS, o seu Comité Central, o seu secretário-geral, camarada Gorbachov, e todos os membros do Partido pela

obra revolucionária em que estão empenhados, a fim de aperfeiçoar a sociedade socialista, tendo como direcções fundamentais a aceleração do desenvolvimento socioeconómico, a reorganização económica na base do progresso científico-técnico, a satisfação mais plena das necessidades da população, a materialização consequente da justiça social, e (ponto de capital importância) o aprofundamento da democracia socialista em que o poder dos trabalhadores, a mobilização, a iniciativa e a capacidade criativa das massas, a autogestão socialista do povo e a aplicação de princípios e métodos democráticos no Estado, no Partido e na sociedade constituem directrizes essenciais.

Creio, camaradas, que estareis de acordo que daqui, deste comício de amizade, saudemos os camaradas soviéticos pela coragem política com que empreenderam a correcção e a superação de problemas, fenómenos e processos negativos, empreendendo simultaneamente, no quadro do vitorioso sistema soviético, as transformações necessárias ao desenvolvimento socioeconómico acelerado.

Os comentadores anticomunistas não compreendem uma coisa essencial: **que a política que está a ser realizada na URSS não é para que o socialismo volte para trás mas para que o socialismo ande mais rapidamente para diante.**

Os comentadores anticomunistas não compreendem naturalmente nada de essencial. É também um atestado dessa visceral incompreensão procurarem encontrar no novo rumo da política do PCUS uma nova linha de ataque contra o nosso Partido, contra o PCP.

Ouçam um exemplo:

«Os portugueses estão interessados em saber (escreve um desses comentadores) se o PCP vai adoptar a democratização interna do PCUS», se o PCP «vai continuar imóvel perante aquela revolução». «Julgo (é o comentador que fala, evidentemente) que a ninguém vencerão eventuais declarações de apoio a Gorbachov e às suas reformas por parte do PCP, se não as puser em prática no próprio PCP».

Isto escreve um comentador no «Diário de Notícias» de 13 de Fevereiro, dizendo mais ou menos o mesmo que outros comentadores anticomunistas dizem nos jornais de direita e noutros que chafurdam em semelhanças águas.

Vê-se, camaradas, que estes comentadores nada compreendem (ou talvez não queiram compreender), nem do que é o PCP, nem do que é a política actual do PCUS.

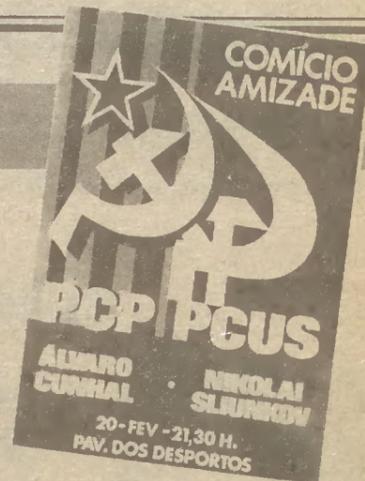
Todos eles afirmam que a política actual do PCUS dificilmente poderá ser apoiada pelo PCP porque uma das orientações fundamentais da nova política do PCUS é a democratização da vida do Estado e do Partido (é bom que esses comentadores o reconheçam, não vos parece, camaradas?) e, segundo eles, o PCP é precisamente o contrá-



PCP

Discurso de Álvaro Cunhal

«Os comentadores anticomunistas não compreendem uma coisa essencial: que a política que está a ser realizada na URSS não é para que o socialismo volte para trás mas para que o socialismo ande mais rapidamente para diante»



rio da democracia tanto na sua orientação política para Portugal como na sua vida interna.

Isto é quase para rir, camaradas. Porque uma das mais fortes razões pelas quais o PCP está em condições de dar uma tão elevada avaliação à actual política do PCUS é precisamente pelo valor que no programa e no projecto político do PCP representa a democracia, é precisamente porque a luta pela democracia em Portugal, a vida democrática interna do Partido, e os objectivos democráticos definidos pelo Partido na sua luta revolucionária pelo socialismo, são aspectos fundamentais da orientação e da actividade do PCP.

A nossa própria luta e a nossa própria experiência permitem-nos não só compreender como ter no mais alto apreço a batalha do PCUS pela democratização de toda a sociedade soviética.

Sendo assim, que se pode dizer dos comentários desses senhores que pretendem agora pôr em contraste a política democrática do PCUS com aquilo que caluniosamente intitulam a política «stalinista» do PCP? Que se pode dizer dos comentários que há pouco referi e que foram publicados no «Diário de Notícias» de 13 de Janeiro?

O menos que se pode dizer (não leve o comentador a mal, mas é o menos que merece, não vos parece, camaradas?) é que com os seus comentários o seu autor justifica que se diga que não é só Curto no nome, mas curto nas ideias.

3

A luta pela paz

A política de paz da União Soviética e a política de corrida aos armamentos, de agressão e de guerra dos Estados Unidos são duas resultantes contrárias mas naturais de dois sistemas.

A sociedade soviética é por natureza favorável à paz. A política de paz da União Soviética resulta da própria natureza do sistema socialista e dos objectivos fundamentais da nova sociedade.

Para o imperialismo norte-americano, a corrida aos armamentos não é apenas um requisito da sua política de agressão, antes passou a constituir uma componente da sua organização económica, da sua actividade económica e do seu desenvolvimento.

O complexo industrial-militar norte-americano, que detém no fundamental o poder político, tornou-se um núcleo de monopólios gigantescos dominando os mais diversos ramos da indústria, promovendo para fins militares as mais avançadas tecnologias, comandando para fins militares uma parte substancial das investigações científicas. O complexo industrial-militar vive da corrida aos armamentos, da renovação dos armamentos, da venda de armamentos, do consumo de armamentos. A corrida aos armamentos, a tensão militar, as agressões militares, as guerras locais, são parte integrante do sistema e da política do imperialismo norte-americano.

Inversamente para a União Soviética e para os outros países socialistas, a corrida aos armamentos é um freio real ao desenvolvimento económico e social. A política de paz da URSS e dos outros países socialistas decorre dos interesses vitais do desenvolvimento da sociedade socialista e do ideal humanista que inspira a construção da nova sociedade.

Ninguém de boa-fé poderá negar que as posições, atitudes, propostas, medidas e iniciativas da União Soviética evidenciam aos olhos do mundo esta diferença abissal.

Nós apreciamos altamente a política de paz da União Soviética, cujos grandes objectivos foram inscritos na Declaração de 15 de Janeiro de 1986 justamente apelidada de «programa de criação de um mundo livre de armas nucleares e de todos os tipos de armas de extermínio em massa até ao fim do século».

Apreciamos altamente as iniciativas concretas e construtivas adiantadas pela União Soviética: a redução dos armamentos estratégicos para metade no prazo de cinco anos com vista à sua ulterior liquidação completa, a liquidação dos mísseis de médio alcance na Europa e a proibição das experiências nucleares. Apreciamos altamente o significado da suspensão unilateral das experiências pela União Soviética.

Como é sabido, Reagan aceitou as propostas construtivas da União Soviética no decurso das conversações de Reykjavik mas fê-las fracassar por pretender que os Estados Unidos continuassem com as mãos livres para o armamento do espaço — a preparação da chamada «guerra das estrelas».

A União Soviética e os outros Estados socialistas continuam os seus incansáveis esforços para a defesa da paz. Numerosos outros Estados do mundo são ganhos para posições convergentes. Os Estados Unidos estão cada vez mais isolados na sua louca política de corrida aos armamentos. E há ainda outro factor que poderá ser decisivo: é a luta dos povos.

Cresce no mundo a oposição à política aventureirista do imperialismo norte-americano. Desenvolvem-se amplos movimentos de massas contra o perigo de uma guerra nuclear. Segundo as condições concretas existentes em cada país intensifica-se a luta com objectivos concretos correspondentes aos problemas aí existentes.

A continuar a política do imperialismo norte-americano, a continuar

a corrida aos armamentos, a irem por diante os planos de armamento do espaço, aumentam cada vez mais os perigos reais de um conflito, de uma guerra nuclear, e é absolutamente necessário que os povos tenham plena consciência de que uma guerra nuclear poderá significar a liquidação da própria vida humana no planeta.

A luta pela paz é, assim, uma luta central, geral, comum a todos os povos de todos os continentes.

O povo português, tal como todos os outros povos do mundo, está interessado na paz e quer a paz. Mas para assegurar a paz é necessário lutar por ela.

O nosso Partido não poupará esforços para que se desenvolva o movimento da paz no nosso país, lutando contra uma política de submissão à política agressiva do imperialismo norte-americano, lutando contra o agravamento dos encargos militares e o alargamento das facilidades militares no nosso território, e contra esse perigosíssimo colaboracionismo directo ou indirecto com o governo de Reagan, com as autoridades americanas, com a CIA, com os contrabandistas de armas e com os organizadores de agressões armadas contra países soberanos, como bem mostra o escândalo do Irangate, cujo completo esclarecimento pelo Governo Cavaco Silva (que se atola cada vez mais na política de provocação internacional fomentada pelo imperialismo norte-americano) insistimos que seja dado ao povo português.

Foi noticiado a seu tempo que, quando da sua visita aos Estados Unidos, em Setembro do ano findo, Cavaco Silva teve um prolongado encontro com William Casey, director da CIA, que, tal como Reagan, está implicado até ao pescoço no caso de Irangate e no auxílio aos «contras» da Nicarágua, e que, como é de boa tradição americana, foi hospitalizado quando estava para depor no inquérito.

Que o sr. Cavaco vá aos Estados Unidos e se encontre com quem quiser, pode dizer-se que é lá com ele. Mas que um primeiro-ministro de Portugal desça a esses baixos conluíus é caso para dizer que é mais uma razão para que o povo exija que vá para a rua tão rápido quanto possível.

4

Katine, testemunho histórico

O camarada Sliunkov, que dirige a delegação do PCUS, e cujo discurso ouvimos há pouco neste comício de amizade, é bielorusso e era ainda há pouco primeiro-secretário do PC da Bielorrússia, — uma das Repúblicas Socialistas Soviéticas que constituem a União Soviética. Outro membro da delegação soviética, o camarada Kernogá, é da direcção do PC da Bielorrússia e deputado ao Soviete Supremo dessa República.

Creio não ser deslocado aqui recordar uma visita que uma delegação do nosso Partido teve ocasião de fazer à Bielorrússia, a Minsk sua bela capital, ao local onde antes da 2.ª Guerra Mundial existia a aldeia de Katine.

Em 22 de Março de 1943, os invasores nazis ocuparam a aldeia, obrigaram à corronhada todos os 149 habitantes, incluindo velhos, mulheres e 75 crianças, a juntarem-se num grupo, fecharam-nos num barracão de madeira, regaram o edifício com gasolina e largaram o fogo. Os poucos que tentaram sair do barracão em chamas foram abatidos a tiro de metralhadora. Depois toda a aldeia foi saqueada e incendiada. Só um habitante sobreviveu ao massacre.

Katine não foi um caso isolado. Mais 432 aldeias da Bielorrússia foram incendiadas com os habitantes. Só na Bielorrússia 209 cidades e vilas foram destruídas, 9200 aldeias incendiadas. E assim foi em todo o restante território soviético invadido, ocupado, assolado pelas hordas hitlerianas.

Tive ocasião de visitar esse lugar de martírio. É hoje um impressionante memorial onde, no silêncio cortado pelas badaladas tristes e intervaladas de um sino, são lembrados os campos de concentração, de extermínio e de morte que os fascistas alemães instalaram na Bielorrússia. Celas de tortura, câmaras de gás, crematórios. O genocídio.

Aí, nesse memorial, se aponta que no campo de Trosterets foram assassinadas 200 000 pessoas. No de Polotsk 150 000. No de Gómel 100 000. Em três anos de ocupação, os fascistas alemães exterminaram só na Bielorrússia 2 230 000 pessoas. No total, contando militares e civis, a União Soviética sofreu 20 000 000 de mortos.

Falando nós das ameaças de guerra e da política de paz da União Soviética, é oportuno lembrar por um lado que o povo soviético com as suas Forças Armadas e o seu Partido Comunista, lutou heroicamente e teve um papel decisivo para a derrota da Alemanha hitleriana, para liquidar uma das mais criminosas e sanguinárias tiranias da História da Humanidade, para salvar a Europa e o Mundo da barbárie fascista.

E lembrar, por outro lado, que, além de todas as outras razões, o povo soviético anseia a paz porque mantém ainda bem viva a terrível memória da 2.ª Guerra Mundial, da invasão de grande parte do seu território, das mais bárbaras atrocidades, da destruição de milhares de cidades, vilas e aldeias.

A União Soviética quer a paz e luta pela paz. E creio que todos os povos do mundo, entre os quais o povo português, apesar de sujeitos à

literar intoxicação da propaganda belicista do imperialismo, compartilham com a União Soviética desses anseios de paz mundial.

5

No caminho aberto pela Revolução de Outubro

Este ano completa-se o 70.º aniversário da Revolução de Outubro, da instauração do primeiro Estado de operários e camponeses, da primeira revolução socialista vitoriosa.

Ao longo destes 70 anos, ao mesmo tempo que, pela primeira vez na História, se empreendia a obra grandiosa de edificar uma sociedade liberta do jugo do capital e sem exploradores nem explorados, a propaganda imperialista lançou incansavelmente, sem tréguas, furiosas campanhas contra a União Soviética.

Não houve circunstância em que não tenham inventado novas linhas de acusação. A União Soviética foi sempre acusada, seja por ter cão, seja por não ter. O objectivo fundamental persistiu sempre o mesmo: tentar denegrir e desacreditar a Revolução de Outubro, a causa do socialismo e do comunismo; tentar tirar aos trabalhadores submetidos à exploração capitalista a confiança na possibilidade da sua própria emancipação e da construção do socialismo no seu próprio país.

É de lamentar que, mesmo no movimento operário tenham aparecido opiniões segundo as quais o ideal de Outubro «perdeu a força propulsora», «se esgotou», não tem mais perspectiva na História da Humanidade.

No momento actual e em referência à política em curso na União Soviética, os propagandistas anticomunistas procuram convencer a opinião de que a nova política do PCUS mostra que o socialismo acusa a própria falência e que afinal o capitalismo se reforça e constitui a real perspectiva da sociedade humana.

Mas qual é a verdade, camaradas?

A verdade, é que a política definida no XXVII Congresso do PCUS, e actualmente em aplicação, marca precisamente um rumo mais firme no caminho da Revolução de Outubro, no caminho da construção completa do socialismo na União Soviética.

O século que vivemos ficará marcado na História como o século do arranque final da Humanidade — a partir da Revolução de Outubro, para a sua libertação do capitalismo e de todas as forças da exploração e opressão.

A História dos 70 anos decorridos demonstra que a Revolução de Outubro não foi apenas uma grande experiência revolucionária, nem apenas a revolução de determinado povo em determinado país, mas o ponto de viragem na História da Humanidade, o começo da passagem do capitalismo ao socialismo.

Não é de hoje, mas de há 70 anos que os propagandistas do capitalismo anunciam que o comunismo está derrotado e não tem futuro.

Só nos dois primeiros anos do Poder Soviético, o jornal «New York Times», só à sua conta, anunciou 91 vezes a queda do Poder Soviético.

Se nos debruçarmos sobre os factos ao longo de 70 anos verificamos que tais propagandistas repetidamente tomaram os desejos por realidades.

São sem dúvida dezenas de anos de acesa luta e confronto de classes em cada país e na esfera internacional, de agressões armadas, intervenções, acções terroristas e guerras promovidas pelo imperialismo.

São dezenas de anos de avanços e recuos, de vitórias e de insucessos.

São dezenas de anos das mais variadas experiências, das mais variadas dificuldades e obstáculos para o avanço do processo revolucionário, anos em que se verificaram deficiências e erros inevitáveis em tão complexo processo histórico.

Mas, fazendo o balanço, quais são os grandes acontecimentos políticos de alcance histórico que marcam a evolução mundial nestes 70 anos?

É a construção do primeiro Estado de operários e camponeses, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a construção da primeira sociedade socialista. É a vitória da URSS sobre a Alemanha hitleriana na 2.ª Guerra Mundial. É a instauração do regime socialista numa série de países, instituindo e confirmando no mundo a existência de dois sistemas: o socialista e o capitalista. É o derrube em dezenas de países de ditaduras fascistas. É o ruir do sistema colonial e a consequente conquista da independência nacional por dezenas de países na África, Ásia, América Latina. É a opção revolucionária socialista de povos libertados das forças políticas dirigentes do movimento de libertação. É o alargamento e a poderosa intervenção do movimento comunista como principal força política da época contemporânea.

Constitui uma verdade histórica que as grandes transformações socioeconómicas a nível mundial, verificadas neste século, têm, como ponto de partida, a Revolução de Outubro, as suas realizações, o seu exemplo, a sua influência e a sua solidariedade.

Sabemos que neste ano do 70.º aniversário da Revolução, a URSS vai comemorar condignamente esse grande marco na História.

Posso também aqui informar que o nosso Partido está também encarando um programa de iniciativas que assinalem em Portugal a Revolução de Outubro, além do mais porque a Revolução de Outubro representa um decisivo papel para a tomada de consciência de classe e de consciência política do proletariado português, para a conseqüente criação do Partido Comunista Português em 1921 e para que cada vez mais largos sectores dos trabalhadores portugueses pusessem e ponham no seu horizonte de luta o futuro socialista de Portugal.

6 O socialismo no horizonte dos povos

A evolução mundial desde a Revolução de Outubro testemunha de forma convincente como apodrece e se restringe o sistema mundial do imperialismo e como se alargou o sistema mundial do socialismo e os seus horizontes.

A História contemporânea está cheia de exemplos de movimentos revolucionários vitoriosos que, desenvolvendo-se nas mais diversas condições sociais e partindo das mais diversas inspirações ideológicas acabam, no seu desenvolvimento vitorioso, por se aproximar, se identificar e se fundir com os ideais e a luta dos comunistas.

Na luta contra a exploração e a dominação imperialista e contra o jugo colonial dezenas de países acabaram por reconhecer, pela sua própria experiência, pela sua própria prática, que o caminho do socialismo é o único caminho seguro para assegurar a independência nacional e o progresso social.

No complexo campo das batalhas sociais e políticas da época que vivemos, todos os caminhos acabam por ir dar ao socialismo.

O facto de que o processo revolucionário ganhou todos os continentes, as diferenças profundas de estádios e níveis de desenvolvimento económico e social em que se produzem as lutas revolucionárias, as diferenças igualmente profundas entre a génese, o desenvolvimento e o processo de luta das forças revolucionárias em cada país, conduzem a situações extremamente diferenciadas no caminho do progresso social e do socialismo e a soluções igualmente diferenciadas na construção das novas sociedades.

Uma das realidades mais significativas da época que vivemos é o facto de que, ao lado dos partidos comunistas e operários, existem no mundo partidos, movimentos e forças revolucionárias que, não se identificando formalmente com os comunistas, se vão identificando com os objectivos, o ideal e a experiência revolucionária do movimento comunista.

A tendência predominante da evolução política no sentido do progresso social não se está dando, nem se dará, como pretendem alguns, pelo progressivo abandono do ideal comunista mas pela progressiva aproximação aos ideais dos comunistas das forças que verdadeiramente lutam pelo progresso social.

De facto, as forças que, nas mais variadas condições objectivas, lutam contra a exploração capitalista, contra o colonialismo e o neocolonialismo, contra o racismo e a opressão nacional, acabam por afluír na poderosa torrente em que o movimento comunista e operário internacional é força essencial.

De facto, pelo seu papel dirigente nos países socialistas e pela luta que travam nos países capitalistas, os partidos comunistas e operários assumem neste processo um papel determinante.

7 Pela coesão e reforço do movimento comunista internacional

Sem mesmo considerar aqui os aspectos específicos da política dos comunistas quando força dirigente do Estado, sem considerar aqui a política externa dos países socialistas, sem considerar tão-pouco o carácter imperioso da coesão e estreita cooperação entre os países socialistas, a situação mundial coloca ao movimento comunista internacional algumas direcções fundamentais na sua actuação: o reforço da sua própria coesão; o estreitamento das suas relações e cooperação com outras forças revolucionárias anti-imperialistas; a busca de objectivos concretos e de formas de iniciativa e de acção comum ou convergente com todas as forças e movimentos sociais que nas circunstâncias mais diversas actuam pela democracia, o progresso social, a independência nacional e a paz.

São três direcções diferentes, mas complementares, nas quais a primeira — o reforço da coesão do movimento comunista — é um factor e dinamizador essencial.

Tendo consciência da força imensa do movimento comunista, o imperialismo coloca como uma das linhas principais da sua acção de diversão ideológica a divisão do movimento comunista.

Conhecem-se as constantes especulações e intrigas para abrir brechas entre os partidos comunistas.

Conhecem-se as constantes e particularmente insistentes pressões da mais variada natureza (desde a ideologia à repressão) para afastar os partidos comunistas dos países capitalistas do Partido Comunista da União Soviética, nosso visitante de hoje.

Conhecem-se as constantes pressões da mais variada espécie para que os partidos comunistas abandonem a sua natureza de classe, abandonem as suas posições de princípio, abandonem os seus ideais de uma nova sociedade, abandonem a sua solidariedade recíproca, abandonem a base ideológica da sua acção — o marxismo-leninismo.

Conhecem-se também que todas essas campanhas de diversão ideológica e todo esse sistema de pressões não deixa de produzir os seus efeitos aqui e além neste ou naquele sector do movimento comunista.

Nós, comunistas portugueses, conhecemos por experiência pró-



pria, essa acção do inimigo. E é para nós motivo de orgulho que o imperialismo e as forças reaccionárias, não só não tenham conseguido desviar o nosso Partido da linha dos seus grandes ideais e objectivos nacionais e patrióticos, não só não tenham conseguido nem enfraquecer, nem dividir o nosso Partido, como não tenham conseguido desviar o nosso Partido da sua firme e correcta orientação e acção internacionalista que tem na sua raiz e na sua inspiração o internacionalismo proletário.

Por isso o PCP mantém a sua indefectível e activa solidariedade para com os outros partidos comunistas e operários, para com os países socialistas, para com as outras forças revolucionárias, para com os povos em luta pela sua libertação social e nacional.

Nessa acção se inserem as relações de amizade e solidariedade fraternal com o PCUS (de que este grandioso comício é novo testemunho) e com os partidos comunistas e operários dos outros países socialistas.

Nessa acção se inserem as relações fraternais que mantemos e procuramos desenvolver com praticamente todos os partidos comunistas e operários do mundo.

Nessa acção se inserem as visitas realizadas recentemente, em Dezembro último, ao Oriente — concretamente à República Popular da China, à República Socialista do Vietname à República Democrática Popular do Laos e à República Popular do Kampuchea —, de que resultou o reforço ainda mais próximo da amizade com os partidos irmãos do Vietname, do Laos e do Kampuchea e a confirmação do processo de aproximação fraternal entre o nosso Partido e o Partido Comunista da China, que desejamos prossiga e se acentue conforme é da vontade dos dois partidos, do interesse dos dois povos e dos dois países e do interesse da causa comum do socialismo e do comunismo.

Nessa acção se inscreve também a nossa intenção de tomar as iniciativas necessárias para que, tendo Portugal como única fronteira terrestre a fronteira com Espanha, e coabitando Portugal e Espanha nesta grande península do Ocidente da Europa, se ponha finalmente termo a uma situação de relacionamento em que comunistas portugueses e espanhóis e movimento operário português e espanhol parecem viver de costas voltadas.

Situando-se o nosso país neste extremo-ocidental da Europa é natural o interesse com que temos acompanhado a propaganda que o anticomunismo dedica à Europa capitalista. A propaganda anticomunista (com os seus variados instrumentos ideológicos e políticos) desenvolve uma verdadeira campanha no sentido de semear e espalhar a ideia nos trabalhadores europeus de que o socialismo deixou de poder estar no seu horizonte de luta.

É uma campanha insidiosa e insistente. Cabe aos comunistas da Europa capitalista dar-lhes, pelas ideias e pela acção, o desmentido adequado.

Os comunistas não podem capitular ante a ideia propagada pelas forças reaccionárias e conservadoras acerca daquilo a que chamam «o declínio irreversível» do movimento comunista na Europa capitalista.

Sem sobrestimarmos o caso próprio, o exemplo do nosso próprio Partido desmente essa tendenciosa teorização. A evolução dos partidos comunistas europeus mostra como era falsa a afirmação dos propagandistas anti-PCP quando anos atrás punham em confronto o que julgavam ser a ampla perspectiva de desenvolvimento e influência de partidos que enveredavam pelo «eurocomunismo», e o rápido enfraquecimento e definhamento que prenunciavam para o PCP.

Dificuldades existentes no desenvolvimento do movimento comunista da Europa capitalista encontram, sem dúvida, algumas das suas explicações em causa objectivas relativas ao desenvolvimento económico, às conseqüências dos avanços tecnológicos na composição de classe no processo produtivo, ao peso da imigração de mão-de-obra operária, e a outros importantes factores, entre os quais não é de esquecer a centralização, nos países mais desenvolvidos, de importante parte da mais-valia criada nos países mais atrasados.

É, porém, nossa profunda convicção que, a par do exame das causas objectivas é indispensável empreender com coragem o exame das causas subjectivas.

É nossa profunda convicção de que o movimento comunista na Europa Ocidental continua a ter diante de si uma sólida perspectiva de desenvolvimento no caminho da luta contra a exploração e as formas de opressão política do capitalismo, da luta pela liberdade e a democracia e contra as suas expressões mistificadoras, na luta pela verdadeira independência nacional, já hoje limitada na Europa pelo hegemonismo norte-americano e pela supranacionalidade da CEE, na luta pelo progresso social, pelo socialismo e pela paz.

É nossa profunda convicção de que esse caminho só pode ser encontrado, não através de concessões ideológicas e de especulações apriorísticas, mas através da análise criativa das situações concretas e dos novos fenómenos e na busca criativa das soluções nacionais próprias definidas na base do marxismo-leninismo.

8 A urgência de uma alternativa no caminho de Abril

Por esse caminho prosseguimos nós, comunistas portugueses, conscientes dos poderosos obstáculos que o nosso Partido e o nosso povo defrontam, mas também seguros da força, das energias revolucionárias, da organização, da poderosa intervenção na vida nacional do movimento operário e das massas populares de Portugal.

É sem dúvida dura e complexa a batalha que travamos. Há já 10 anos que defrontamos sucessivas e violentas ofensivas contra-revolucionárias conduzidas por sucessivos governos, ofensivas que visam a destruição uma a uma das conquistas democráticas do Povo português e finalmente a destruição completa do regime democrático alcançado com a Revolução de Abril e que continua a ser o regime do País consagrado na sua Lei Fundamental — a Constituição da República.

O Povo português tem resistido, tem entravado e por vezes sustido temporariamente as ofensivas, tem conseguido mais que uma vez atirar abaixo governos, derrotando os seus planos de subversão, tem conseguido defender parte importante das suas conquistas.

Entretanto, a contra-revolução deu golpes fundos nas conquistas democráticas. Nas nacionalizações. Na Reforma Agrária. Nos direitos dos trabalhadores. Nos direitos dos pequenos e médios agricultores. Nos direitos dos pequenos e médios comerciantes e industriais. Nos direitos das mulheres. Nos direitos dos jovens. Nos direitos dos reformados. Nos direitos dos deficientes. E na cultura. E no regime. E na independência e soberania nacionais.

E toda esta política conduziu não à recuperação económica do País e ao bem-estar material e cultural do povo, conforme prometiam, mas a uma profunda crise económica social e política que exige, antes que seja demasiado tarde, uma viragem na política nacional.

É legítimo perguntar-se: como pode este Governo minoritário (que conta apenas com 88 deputados no total de 250) insistir numa tal política de destruição e acelerar ainda mais o ritmo da sua aplicação?

Como pode este Governo minoritário continuar impunemente as suas agressões inconstitucionais, ilegais e criminosas contra as nacionalizações, desmantelando e extinguindo empresas públicas, transformando outras em sociedades anónimas, abrindo outras ao capital privado, multiplicando as vendas de participações financeiras, destruindo assim passo a passo o sector público ao mesmo tempo que vai restaurando o domínio do grande capital privado?

Como pode este Governo minoritário continuar a sua ofensiva inconstitucional, ilegal e criminosas para a liquidação da Reforma Agrária ordenando novos e novos roubos, e planeando como está planeando, uma gigantesca operação que soma mais de 200 novos processos para entrega de terras aos agrários, sob pretexto de reservas completamente ilegais?

Como pode este Governo minoritário continuar impunemente a degradar as condições de vida do povo, a prosseguir na sua política de despedimentos, de desemprego, de salários em atraso, de contratos a prazo, de trabalho infantil e o aumento das rendas de casa a um nível

PCP

Discurso de Álvaro Cunhal

«Uma das mais fortes razões pelas quais o PCP está em condições de dar uma tão elevada avaliação à actual política do PCUS é precisamente pelo valor que no programa e no projecto do PCP representa a democracia, é precisamente porque a luta pela democracia em Portugal, a vida democrática interna no Partido e os objectivos democráticos definidos pelo Partido, na sua luta revolucionária pelo socialismo, são aspectos fundamentais da orientação e da actividade do PCP»



incomportável e o desmantelamento é degradação dos serviços de saúde com o aumento simultâneo do seu preço e a degradação geral do ensino?

Como pode este Governo minoritário continuar impunemente a restringir, a limitar e a liquidar liberdades e direitos dos cidadãos?

Como pode este Governo minoritário continuar a fazer ao imperialismo estrangeiro, designadamente aos Estados Unidos e à CEE concessões gravosas da nossa independência e soberania nacionais no domínio económico, financeiro, diplomático, militar e cultural, alinhando cegamente com posições do governo Reagan e submetendo em numerosos aspectos a soberania portuguesa às decisões das instâncias da CEE?

Como pode este Governo minoritário, com vistas a conter e reprimir a vontade do Povo português, continuar a reconstituir o carácter reacconário e policial do Estado, levando por diante um processo de centralização das polícias, generalizando a vários serviços do Estado a informatização do tratamento de dados dos cidadãos, promovendo a utilização policial de câmaras de vídeo para filmar trabalhadores, e promovendo a criação de novas polícias políticas como acontecimentos recentes puseram a nu?

Neste domínio, sucessivos escândalos acusam os processos fascizantes que se vão introduzindo no Estado.

É sabido que foram apanhados em França alguns portugueses envolvidos numa rede terrorista da extrema-direita. É noticiada a sua ligação com oficiais dos Serviços de Informação Militares do Estado português, oficiais cujas ligações com a CIA parece estarem mais que apuradas. É noticiado que lhes foram apreendidos e selados papéis com nomes e informações relativas a membros do PCP e do PS que vigiavam.

A democracia portuguesa, os democratas portugueses, o Povo português não podem aceitar que estas actividades fiquem impunes. Não podemos aceitar que de novo se organizem redes de bufos — sejam agentes ou chamem-lhes «colaboradores» — em novas polícias políticas, seja junto de departamentos civis, seja de departamentos militares.

Nós reclamamos que o Governo dê explicações destes factos. E reclamamos também — por óbvias razões de segurança, — que o nosso Partido seja informado acerca do que consta da vigilância exercida sobre militantes nossos, pois se trata de uma rede que se dedica a atentados terroristas, incluindo homicídios.

E quero aqui afirmar claramente: Não são insinuações malévolas de autoridades, nem afirmações provocatórias de jornais fascistas como «O Tempo», nem ameaças de morte pelo correio ou pelo telefone, (a que já estamos habitados há muitos anos), que nos afastarão um milímetro que seja da nossa luta contra a restauração de um Estado policial.

Vivemos uma situação original em que é o nosso Partido e outras forças democráticas em oposição ao Governo que reclamam a legalidade e é o Governo, são os detentores do Poder, que a desrespeitam erigindo à categoria de acção governativa a violação da lei e práticas delituosas.

Há uma Constituição em vigor, mas o Governo actua abertamente contra os seus preceitos. A Assembleia da República faz leis, mas o Governo não as respeita. A Assembleia da República anula medidas do Governo, mas este continua a executá-las. O Supremo Tribunal Administrativo proferiu 402 acórdãos a favor dos trabalhadores da Reforma Agrária, mas o Governo recusa-se a executá-los.

Isto não é o «Estado de Direito». Isto é o arbitrio, a conspiração e a subversão na acção do Estado. **O Governo PSD não governa no quadro do Direito. Desgoverna em aberta rebeldia institucional.**

Como muitas vezes temos dito, a continuação deste Governo minoritário é possível não tanto pela sua força própria, como pela complacência, incapacidade, hesitações, vacilações e rivalidades eleitoralistas de alguns partidos democráticos, cuja vontade de tomar as responsabilidades numa alternativa é, entretanto, nas condições actuais, indispensável para viabilizá-la.

É justo dizer-se que, não o fazendo, tomam a sua quota de responsabilidade nos malefícios da política do Governo minoritário do PSD e nos golpes que continua assestando à democracia.

Assim como se diz que o Governo do PSD de Cavaco Silva é o Governo da «oportunidade perdida» para relançar a economia nacional, assim nós podemos dizer que o PS e o PRD se estão a revelar os partidos da «oportunidade perdida» para constituir governo numa conjuntura económica, social, política e partidária globalmente favorável.

Nós, comunistas, insistimos na absoluta necessidade não ape-

nas do diálogo, mas do entendimento e da convergência dos partidos democráticos para uma alternativa.

Apesar das diferenças de opinião existentes, tudo fazemos e faremos para que o diálogo se aprofunde e se concretize o entendimento e a alternativa que têm na Assembleia da República base institucional (sem necessidade de eleições antecipadas) nos 140 deputados dos partidos democráticos face aos 88 do PSD.

Tudo fazemos e faremos no sentido de viabilizar uma saída institucional para a situação actual.

Mas só por si esta luta não chega. Há dois outros factores que são determinantes para que a convergência se concretize: a luta popular e o reforço do nosso Partido.

9 A luta popular e o reforço do Partido

O sr. Primeiro-Ministro alardeia aos quatro ventos (no País e lá fora) que, graças à sua política, reina em Portugal «a paz social». Certamente que o sr. Primeiro-Ministro se refere à «paz social» entre o Governo e o patronato reacconário da CIP, entre o Governo e os reacconários da CAP, entre o Governo e os amarelos da UGT, que dentro e fora do Conselho de Concertação Social, fazendo mais ou menos teatro, servem o Governo de direita e os interesses do grande capital contra os trabalhadores.

A verdade é que, como já temos dito, o Primeiro-Ministro anunciou a «paz», mas declarou a «guerra». E porque declarou a guerra, e porque inscreve no seu programa e na sua acção o agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores, os trabalhadores respondem firmemente com a luta à acção do Governo.

Nós saudamos a classe operária e todos os trabalhadores portugueses pelas importantes lutas em curso, em numerosas empresas e sectores de actividade por todo o País. Saudamos em particular as grandes manifestações de 31 de Janeiro que (estamos certos) serão confirmadas amanhã, dia 21, pelos trabalhadores do Porto, de Faro e de outras terras do País, nas manifestações que irão realizar-se e que darão novo testemunho da vontade de luta, de organização e de unidade dos trabalhadores portugueses em torno da sua única e verdadeira central sindical — a CGTP-Intersindical Nacional.

Aqui saudamos também o valor combativo dos trabalhadores da Reforma Agrária patente em constantes e corajosas lutas, e expressamos a certeza de que a Marcha que preparam para trazerem no dia 10 de Março a Lisboa o seu protesto contra os roubos e os crimes do Governo será uma nova demonstração de força e de vontade e encontrará o acolhimento fraterno e o apoio solidário do povo da capital.

Aqui saudamos também o surto de lutas de pequenos e médios agricultores contra o encerramento dos matadouros, pelo fim das guias de trânsito para circulação de gado, por uma verdadeira sanidade animal, sobre a nova legislação do leite, pelo pagamento do tomate à produção, contra a nova taxa do vinho e o arranque da vinha, contra a plantação indiscriminada de eucaliptos, em defesa das leis dos baldios e do arrendamento rural e, com crescente relevo, em defesa dos seus interesses vitais contra as consequências desastrosas da integração de Portugal na CEE.

O IV Encontro da Lavoura realizado em Coimbra pela CNA (Conferência Nacional da Agricultura) no dia 15, com participação de 7000 agricultores representando mais de 600 organizações da lavoura constitui um novo e importante passo em frente do campesinato português na defesa dos seus interesses e da agricultura portuguesa e susceptível de abalar fortemente a base de apoio da reacção.

Camaradas:

É com grande alegria que verificamos que, no quadro do descontentamento popular e da luta social que alastra, aparece com notável evidência o súbito eclodir de uma vasta movimentação da juventude, em defesa de interesses fundamentais.

Nós saudamos calorosamente a juventude pelas magníficas lutas travadas desde os princípios do ano lectivo até ao mês corrente no Ensino Superior e no Ensino Secundário, com greves, manifestações, desfiles, assembleias, reuniões massivas, como se não verificava já há muitos anos.

Sem esquecer nenhuma escola, creio ser justo hoje, dia 20, aqui referir com particular destaque as magníficas lutas que se estão travando nas Faculdades de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra e Faculdade

de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, e informar que a concentração nacional de Letras, hoje mesmo realizada ante o Ministério da Educação, constituiu uma nova e convincente expressão do enérgico avanço da luta dos estudantes.

E a acrescentar ainda, porque merece referência, que nas eleições para a gestão da Faculdade de Letras de Lisboa, cujos resultados foram apurados ontem, a lista unitária alcançou 954 votos e 25 lugares na Assembleia de Representantes, contra 193 votos e 5 lugares para a lista de direita. E ainda que, na Associação de Estudantes, a lista Unitária acaba de alcançar, ontem mesmo, uma vitória estrondosa com 1554 votos contra 258 da lista de direita.

E ainda não acabei. Chega a notícia de que também na Universidade da Beira Interior houve nos últimos dias importantes paralisações e se anunciam manifestações e greves para a próxima semana.

Com muitas mentiras e algumas migalhas Cavaco conduz uma constante campanha demagógica para enganar e ganhar a juventude. Já está a resposta!

Haverá certamente acordo, camaradas, para que daqui deste nosso comício saudemos calorosamente a juventude em luta e em particular a Juventude Comunista Portuguesa, a JCP.

Daqui saudamos também calorosamente as mulheres portuguesas pela sua activíssima participação em todos os aspectos da luta e pelas numerosas iniciativas em curso pelo direito ao trabalho, por melhores condições de vida, pelo cumprimento da legislação que consagra importantes direitos seus.

Toda esta ampla movimentação em que participam homens, mulheres e jovens das mais variadas tendências políticas, desenvolve-se com objectivos concretos de carácter imediato. Mas todas elas apontam o Governo de Cavaco Silva como causa dos graves problemas existentes.

O desenvolvimento da luta de massas é o factor que pode ser determinante (como já noutros momentos o foi com governos maioritários) para conduzir este Governo minoritário à derrota e à demissão.

E mais do que isso: é um factor que pode ser determinante para conduzir as forças democráticas ao entendimento necessário para uma alternativa.

Mas, camaradas, não só nós, comunistas, mas todos os democratas, devem ganhar consciência, por um lado, desta importância decisiva da luta popular e, por outro lado, de que a força e o reforço do PCP constituem também um factor essencial, indispensável, que nada pode substituir, para assegurar a derrota da direita e uma alternativa democrática.

Se o PCP e o movimento operário e popular português tivessem capitulado ante as violentas ofensivas da contra-revolução nos últimos 10 anos, se o PCP e o movimento operário e popular português se tivessem vergado ante sinistras coligações e alianças, se o PCP e o movimento operário e popular português tivessem perdido a confiança em si próprios, na classe operária e no povo, há muito que a democracia alcançada com a Revolução de Abril e as suas conquistas teriam sido completamente liquidadas.

É um facto que ninguém pode contestar que, sempre com os trabalhadores, sempre com as massas populares, sempre na defesa dos interesses e direitos do povo e da pátria, sempre auscultando as necessidades e aspirações das classes e camadas laboriosas e dando-lhes resposta, o PCP constituiu, no quadro dos partidos políticos portugueses, a única barreira sólida, firme e coerente, para a defesa das conquistas democráticas do povo, e constituiu, no quadro dos partidos portugueses, o único que empenha todas as suas forças e energias para que Portugal retome o caminho que Abril abriu.

Dos outros partidos ninguém poderá dizer qual será a sua acção futura. Do PCP ninguém duvida de que lutará sempre, sem hesitações, firme e dedicadamente, em defesa da democracia e da independência nacional, tendo no horizonte o socialismo na nossa pátria.

A todos os que querem que viva, continue e prossiga Portugal democrático conquistado com a Revolução de Abril, nós dizemos: **Vinde ao PCP! O PCP é o vosso Partido! O PCP é o vosso lugar!**

Esperamos que os nossos camaradas soviéticos, visitantes de hoje e amigos de sempre, tenham colhido testemunhos vivos da nossa realidade: — pelo pão, pelo trabalho, pela cultura, pela liberdade, pela democracia, pelo progresso social, pela independência nacional, pela paz e pelo socialismo — em Portugal a luta continua.

Viva Portugal de Abril!

Viva a amizade entre o Povo português e o Povo soviético
Viva o Internacionalismo proletário!

Discurso de Nikolai Sliunkov



«Não menos, mas mais socialismo, não menos, mas mais democracia, não um desvio da moral socialista, mas rumo à moral socialista — aqui reside a essência da reestruturação»

Queridos camaradas!

A nossa delegação agradece-vos calorosamente pela vossa recepção emocionante e transmite-vos saudações fraternais dos comunistas soviéticos.

Seguindo os ensinamentos do grande Lénine, de guardar como a menina dos olhos a fidelidade ao internacionalismo proletário, o nosso Partido tem em alto apreço a solidariedade consequente dos comunistas portugueses com o PCUS, com a União Soviética.

O comício de hoje é uma manifestação convincente desta solidariedade.

As conversações com o camarada Álvaro Cunhal e com outros dirigentes do PCP foram fecundas, ajudaram-nos a conhecer melhor o vosso país, as condições e experiência de trabalho do Partido Comunista Português.

Assinalamos com satisfação a compreensão mútua nas questões discutidas, assim como o interesse sincero dos camaradas portugueses para com a actividade do nosso partido, para com a política externa e interna da União Soviética.

Permitam, camaradas, dizer em poucas palavras como vive hoje o País dos Soviéticos, em que trabalham os comunistas soviéticos.

Muitos dos presentes sabem que, no fim de Janeiro, se realizou o Plenário do CC do PCUS. Aí foi analisada a questão da reestruturação e da política de quadros do partido. Os comunistas, os trabalhadores do nosso país, os nossos amigos no estrangeiro apreciam altamente este Plenário.

O XXVII Congresso do PCUS definiu o rumo estratégico, a linha fundamental do nosso trabalho que visa acelerar o desenvolvimento socioeconómico da sociedade soviética, para chegar a uma nova situação qualitativa.

Mas qualquer rumo, qualquer linha é materializada na sociedade só através de decisões práticas em todas as esferas da vida. Para isso foi necessário analisar de forma crítica o caminho percorrido, apontar vias, formas e métodos concretos de reestruturação.

A importância do Plenário de Janeiro do CC do PCUS consiste precisamente em que ele virou a linha do XXVII Congresso para as tarefas práticas em todas as direcções, apresentou propostas que permitem integrar no trabalho todo o potencial social e intelectual da nossa sociedade.

Que quero dizer com isto, camaradas?

Durante o Poder Soviético, o nosso país alcançou êxitos verdadeiramente enormes. Pela primeira vez na história mundial, o trabalhador, os seus interesses foram postos no centro da política do Estado.

Sob a direcção do partido, os soviéticos criaram uma economia poderosa, o que, por sua vez, garantiu o crescimento constante do bem-estar do povo.

São mundialmente conhecidos os êxitos da ciência, da cultura e da arte soviéticas.

Foram precisamente os soviéticos que abriram o caminho para o Espaço.

Estes e outros êxitos do povo soviético estão gravados com letras douradas na história da civilização mundial.

Ao mesmo tempo, nos últimos anos, os ritmos do nosso desenvolvimento tornaram-se mais lentos. Na economia, nas esferas social e espiritual, começaram a acumular-se dificuldades e problemas não resolvidos, assim como fenómenos estranhos ao socialismo.

A principal causa desta situação — e isto foi dito abertamente no Plenário de Janeiro — residia no facto de a direcção do Partido e do Estado não ter sabido avaliar a tempo e de forma completa o perigo de empolamento das tendências negativas, tomar consciência da necessidade de tomar medidas decididas para as ultrapassar.

O Partido não só falou honesta e corajosamente dos sérios problemas e dificuldades que surgiram na nossa sociedade, mas definiu também com muita exactidão as vias e direcções, as formas e os métodos de reestruturação, pôs-se à frente da luta pela reestruturação.

As decisões do Plenário de Janeiro são um programa de acção do PCUS para muitos anos, programa esse que revela da forma mais completa o potencial criador do sistema socialista nos interesses de cada pessoa, atribui ao socialismo as formas mais modernas de organização social.

Não menos, mas mais socialismo, não menos, mas mais democracia, não um desvio da moral socialista, mas rumo à moral socialista — aqui reside a essência da reestruturação.

O nosso partido considera — e isto foi uma vez mais sublinhado no Plenário de Janeiro do CC do PCUS — que a aceleração do desenvolvimento socioeconómico do país só é possível através da activização multilateral do factor humano, da democratização ulterior da sociedade. É esta a essência da linha do XXVII Congresso do PCUS rumo ao aprofundamento da autogestão do povo.

Camaradas, claro que sabem que este processo já começou a andar no nosso país. São democratizadas todas as esferas da nossa vida. Aumentam o clima de transparência, a crítica e a autocrítica. É cada vez maior a participação dos trabalhadores nos assuntos da sociedade e na gestão.

Damos primordial importância ao desenvolvimento da democracia na produção. Nas empresas são introduzidos os princípios da verdadeira autogestão. Estabelece-se a elegibilidade dos dirigentes das empresas, oficinas, secções, dos mestres e dos chefes de brigada.

As tarefas da utilização eficaz de todas as formas de democracia na produção serão resolvidas na Lei da Empresa Estatal, cujo projecto está a ser discutido por todo o povo.

Prevê-se o aperfeiçoamento do sistema eleitoral. Alarga-se a democracia no seio do partido.

Aprofunda-se a essência democrática dos Soviéticos graças à ampliação da participação das massas na elaboração das decisões e no controlo do seu cumprimento.

Faz-se muita coisa para aumentar a actividade dos sindicatos, da juventude comunista, das organizações de mulheres e de outras organizações sociais de massas.

Elaboram-se novos actos legislativos que consagrarão as novas formas de democracia socialista.

É evidente que os passos que o nosso partido empreende para realizar a reestruturação não significam a destruição do sistema político existente no nosso país. Pelo contrário, eles são chamados a reforçar este sistema de forma a reflectir melhor a essência do poder popular.

Avançando em todas as frentes, a reestruturação adquire novos traços qualitativos, exerce uma influência cada vez maior na situação no país.

Na vida da sociedade soviética ocorrem mudanças palpáveis, ganham força os factores positivos.

No ano passado, o crescimento do rendimento nacional foi o maior nos últimos nove anos: mais de 4%, contra um aumento anual médio de 3,6%, no décimo primeiro quinquénio.

O ritmo de crescimento da produção industrial que alcançámos no ano passado foi o mais alto nos anos 80. A produtividade do trabalho foi superior ao nível planeado.

A colheita bruta de cereais aumentou em cerca de 30 milhões de toneladas, ou seja 17% em relação ao volume anual médio da produção de cereais no quinquénio passado.

Os soviéticos orgulham-se com pleno direito das suas conquistas sociais. Assistência médica e a instrução gratuitas, as rendas de casa particularmente baixas, o baixo preço dos serviços municipalizados e dos transportes públicos, a vasta previdência social — tudo isto se tornou um traço inalienável do modo de vida socialista.

Os soviéticos não conhecem o que é o desemprego — com este mal social o país dos Soviéticos acabou há muito tempo e para sempre.

O XXVII Congresso do PCUS apontou a tarefa de elevar o bem-estar do povo a um novo grau qualitativo, garantir um nível e uma estrutura do consumo dos bens materiais, sociais e culturais que correspondam da melhor forma aos objectivos da formação de uma personalidade harmoniosamente desenvolvida, espiritualmente rica.

Os resultados do ano passado mostraram que o programa social elaborado pelo Congresso está a ser levado a cabo com êxito.

A construção habitacional é feita com maior rapidez, mais de 10 milhões de soviéticos receberam novos apartamentos confortáveis.

Construímos mais do que nunca instalações para a saúde pública, cultura e instrução.

Contudo, não podemos ficar satisfeitos com estes resultados. As tarefas mais importantes ainda estão por fazer.

A reestruturação profunda na sua sociedade soviética enfrenta dificuldades, tanto objectivas como subjectivas. Não as escondemos. Temos de superar a força da inércia, a inabilidade e, por vezes, a falta de desejo de algumas pessoas de trabalharem de maneira nova.

Mas a linha que seguimos é correcta, o povo soviético apoia calorosamente nada poderá travar o nosso avanço.

Estamos convencidos de que atingiremos os objectivos definidos pelo rumo estratégico do XXVII Congresso do nosso partido. Isto será o nosso êxito comum na disputa histórica dos dois sistemas: do socialismo e do capitalismo.

As mudanças positivas na sociedade soviética despertam vivo interesse no estrangeiro. Os amigos apoiam sinceramente a nossa política que visa acelerar o desenvolvimento socioeconómico do país.

Mas o inimigo de classe, que compreende a envergadura e o carácter bem real dos planos e das ideias do PCUS, faz tudo para dificultar o nosso trabalho, impõe-nos a corrida aos armamentos, a confrontação, tentando, deste modo, desviar as nossas forças do trabalho criador.

No Ocidente há quem afirme que o processo de democratização em curso no nosso país pode ter sido resultado da pressão externa ou mesmo uma manifestação do nosso desejo de agradar a alguém.

Nada disso, camaradas, trata-se de uma manifestação natural da necessidade interna de prosseguir o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do socialismo, de um resultado da nossa própria escolha, da nova maneira de pensar.

Mas compreendemos que o processo de reestruturação que tem lugar no nosso país contribui também para a reestruturação das relações internacionais, para a formação de uma atmosfera de confiança.

Ao ver para onde e como avançamos dentro do país, a orientação pacífica e criadora dos nossos planos, os círculos sociais de diferentes tendências ideológicas compreendem a inconsistência do mito sobre «a ameaça militar soviética», sobre o nosso país como uma certa «sociedade fechada».

Garantir ao povo soviético a possibilidade de trabalhar nas condições de uma paz sólida e de liberdade é a tarefa programática primordial da nossa política externa, cuja solução, na situação actual, significa, antes de tudo, a suspensão dos preparativos materiais para a guerra nuclear.

Hoje, como frisou o XXVII Congresso do Partido, a Humanidade encontra-se perante a escolha: ou prevenir a guerra e sobreviver ou perecer nas chamas do conflito termonuclear. O reconhecimento desta alternativa exige um novo tipo de mentalidade política, a renúncia às concepções da época pré-nuclear.

O nosso partido e Estado souberam, com actos concretos na arena internacional, imprimir dinamismo às relações internacionais.

Neste contexto, têm particular importância as conhecidas iniciativas apresentadas em 15 de Janeiro do ano passado na Declaração do Secretário-Geral do CC do PCUS, M.S. Gorbachov.

O programa concreto e global de eliminação das armas nucleares da face da Terra até ao início do terceiro milénio, aí apresentado, contém um conjunto de propostas logicamente encadeadas sobre a redução e, depois, a liquidação total das armas nucleares.

A nossa longa moratória unilateral das explosões nucleares subterrâneas prova que a URSS deseja erguer um obstáculo seguro à corrida aos armamentos nucleares.

Não obstante os EUA se terem recusado a seguir o exemplo soviético, a moratória foi por nós observada desde 6 de Agosto de 1985.

Lamentamos profundamente que a Administração americana, não querendo ter em conta as exigências dos povos de todos os países do mundo sobre a cessação dos ensaios nucleares, tenha realizado recentemente em Nevada novas explosões.

Nestas condições, como a direcção soviética preveniu, o nosso país considera-se livre do compromisso de observar a moratória. Não podemos renunciar mais à segurança do nosso país e dos nossos aliados.

Não obstante, declaramos o seguinte: se os EUA cessarem as explosões nucleares, a União Soviética retomará a moratória.

A cimeira em Reykiavik, realizada por iniciativa da URSS, foi um importantíssimo acontecimento internacional. Foi mais uma pedra de toque da política das duas potências nucleares.

As pessoas simples, políticos e personalidades sociais viram claramente que a União Soviética apresentou para exame planos ousados e radicais de redução equilibrada dos potenciais nucleares, e da sua posterior liquidação nos mais curtos prazos históricos.

Mas o anseio da Administração americana de alcançar a supremacia militar, de militarizar o Espaço — e a cimeira em Reykiavik mostrou-o claramente mais uma vez — transformou-se no principal obstáculo na via para a conclusão de acordos.

Nas questões da guerra e paz, muita coisa depende do estado das relações soviético-americanas. Mas nós olhamos para o mundo não só através deste prisma.

A nossa política é o diálogo e a cooperação com todos os países em todas as esferas.

E neste sentido, a Europa tem importante significado. Nós, os europeus, já temos bastante experiência de cooperação na base da igualdade de direitos e da vantagem mútua, da segurança. A libertação do continente europeu das armas nucleares poderia tornar-se o seu alicerce firme.

Lembrem-se de que os países socialistas apresentaram, no Verão do ano passado, em Budapeste, um programa amplo e concreto de redução das forças armadas e dos armamentos convencionais em toda a Europa, do Atlântico aos Urais.

Até agora, ouvimos dos países da NATO uma resposta indefinida que mostra as suas intenções de desmover as conversações.

A União Soviética pronuncia-se pelo desenvolvimento de uma cooperação e boa vizinhança amplas entre todos os Estados.

Não os dividimos em grandes e pequenos. Cada um deles pode e deve dar o seu contributo positivo para o saneamento do clima internacional, para o desenvolvimento e o reforço da cooperação e da boa vizinhança.

A União Soviética constrói as suas relações com Portugal precisamente nestes princípios.

Camaradas! Há muito tempo que a política externa deixou de ser um assunto dos diplomatas e dos governos. Soa cada vez mais forte a voz das massas populares em defesa do mundo desnuclearizado, contra a corrida aos armamentos insensata.

Os germes da nova maneira de pensar, que leva em linha de conta a realidade do século nuclear, tomam-se cada vez mais activos e abrem caminho nos mais variados círculos da opinião pública mundial.

Prova particularmente clara disto são os trabalhos e os resultados do fórum internacional «Por um mundo desnuclearizado, pela sobrevivência da Humanidade», que se realizou em Moscovo em meados de Fevereiro.

Participaram nele cientistas e representantes da intelectualidade, conhecidas personalidades religiosas e ex-militares, gerais inclusive dos países da NATO, um total de mais de mil pessoas de mais de 80 países do mundo, incluindo de Portugal.

Não obstante as diferenças, e às vezes opiniões sociais e ideológicas opostas, eles eram impulsionados por sentimentos comuns: dar o seu contributo para salvar a Terra da catástrofe termonuclear, para pôr fim à corrida aos armamentos, sanear a situação internacional.

Sabemos bem que os comunistas portugueses levam a cabo uma luta persistente para que Portugal se manifeste activamente pela paz e o desarmamento.

Vemos nisso mais uma confirmação da sua alta responsabilidade pelos destinos do vosso país, pelos destinos da paz universal.

Estamos convencidos de que os laços firmes de amizade fraternal e de solidariedade mútua, que ligam o PCUS e o PCP, serão reforçados ainda mais, que ambos os partidos contribuirão para a cooperação mutuamente vantajosa entre a União Soviética e Portugal nos interesses dos povos soviético e português, da paz e da segurança internacional.

**Viva o Partido Comunista Português!
Viva a amizade e cooperação entre os povos soviético e português!
Viva a paz firme no nosso planeta!**

Trabalhadores

Manifestações de sábado

Como em Lisboa e por todo o País No Porto e em Faro a mesma determinação

● **Nova política,
novo governo
— uma exigência
nacional**

«Com a manifestação que hoje realizamos, com o prosseguimento e a intensificação da luta, vamos derrotar este Governo e travar a sua política». Foi esta a tónica mais visível na manifestação do passado sábado no Porto. Como em Faro, nos três desfiles e concentração portuenses, o desaparecimento deste Governo e da sua política foi considerado «tarefa urgente de justiça inquestionável e que, cabendo muito particularmente aos trabalhadores, diz respeito a todos os que querem uma mudança democrática no nosso país». Por isso, e assim foi reafirmado no Porto, «reclamamos e continuaremos a lutar por um novo governo e uma nova política que ataque e resolva os graves problemas do País...

Recorde-se que sob as mesmas palavras de ordem gerais e com entusiasmo combativo, a jornada nacional de luta do passado dia 31 de Janeiro pôs grandes massas nas ruas por todo o País.

No Porto, durante a tarde do passado dia 21, nos três desfiles que precederam a concentração na Praça da Liberdade, e de novo no percurso final da manifestação pelas ruas da baixa portuense, soaram as vozes dos trabalhadores do distrito descontentes com a política antipopular e antinacional do actual Governo, exigindo a sua demissão urgente e a sua substituição por um novo governo que respeite o 25 de Abril.



Em Faro, dia 21, uma reivindicação nacional

Acabar com o trabalho infantil

O respeito pelo 25 de Abril é também parte integrante do apelo final, constante da moção aprovada no final dos desfiles e da manifestação do Porto. Aprovada por aclamação, ao fim da tarde de sábado, aquele documento recusa o pacote laboral

de Cavaco Silva (ver página 10) e o fim do trabalho infantil. Reclamando medidas enérgicas contra esta última ilegalidade, que alastra sobretudo no Norte, os milhares de trabalhadores que participam na jornada de luta portuense manifestaram a sua determinação de continuar firmemente o combate contra o desemprego, os salários em atraso, os tectos salariais e a destruição das empresas públi-

cas e nacionalizadas, bem como da Reforma Agrária.

Os diferentes testemunhos dos trabalhadores da Feruni, Grupo Mondego, gráficos, Função Pública e de outros sectores, que falaram das lutas das suas empresas e dos seus ramos de actividade, deram bem o peso da grave situação social que se vive no distrito e da necessidade absoluta de mudá-la para melhor.

Apoio decidido à Reforma Agrária

O apoio à luta dos trabalhadores da Reforma Agrária, «para que exista paz e estabilidade para produzir o pão de que o País necessita», e a reclamação de que cesse totalmente a ofensiva contra esta importante conquista de Abril, de que seja cumprida a legalidade e dinamizada a produção nos campos do Alentejo e Ribatejo, foi outro ponto alto desta importante acção de massas.

Os milhares de trabalhadores presentes nas ruas do Porto expressaram a sua solidariedade internacionalista. Foi condenada

com vivo repúdio a continuação do poder do regime ditatorial de Pinochet. Manifestou-se a solidariedade para com a luta dos democratas chilenos, pela reconquista dos direitos e liberdades democráticas e sindicais no Chile.

Pacheco Gonçalves, membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN e coordenador da União dos Sindicatos (USP), ao sintetizar as razões que trouxeram à rua os trabalhadores da região do Porto, transmitiu o sentimento de confiança que os anima.

Com a sua acção e a sua luta, os trabalhadores contribuirão para o entendimento das forças democráticas, a satisfação dos anseios de milhares de portugueses, que querem melhorar as suas condições de vida e ver o País entrar num novo rumo de desenvolvimento e de progresso social.

Combatividade no Algarve

O departamento de informação da USAL (sindicatos algarvios) refere que milhares de trabalhadores daquela região parti-

Conservas a menos desemprego a mais

Ao referir-se à «completa destruição do aparelho produtivo» do Algarve, uma resolução aprovada durante a manifestação de Faro repudiou energicamente o «pacote laboral que o Governo e o patronato, em conluio com a UGT, pretendem impor».

Entretanto, num complemento à informação que referimos nestas páginas, a USAL (União dos Sindicatos do Algarve) salienta a situação que se vive hoje no sector conserveiro, adiantando o seguinte:

Em 1979, eram cerca de quatro mil trabalhadores; em 1984, dois mil e duzentos trabalhadores e vinte e seis fábricas; em 1987, são doze fábricas e cerca de oitocentos e vinte trabalhadores.

Ainda sobre o sector conserveiro algarvio, veja-se o exemplo particular de Olhão:

«Em 1980, havia vinte e duas fábricas e cerca de mil e quinhentos trabalhadores; hoje, são apenas cinco as fábricas e 150 os trabalhadores. Porém, na maioria delas, o vínculo é precário, com todos os trabalhadores a prazo. Refira-se ainda — segundo a USAL — que está encerrada em Olhão, vai para dois anos, a fábrica que, na Europa, possui tecnologia mais moderna.»

Exportação e CEE: Portugal tem uma quota inferior a metade da atribuída a Marrocos

Segundo a União dos Sindicatos do Algarve, «após a entrada na CEE, a nossa quota de exportação (conservas de peixe) para os países da Comunidade é de seis mil toneladas isentas de direitos. Mas a Marrocos, que não está na CEE, nem é um país europeu, é dada uma quota de catorze mil toneladas».

A USAL diz que, ao nível do concelho de Olhão, de há dois anos para cá, «encerraram dezasseis fábricas, com avultadas dívidas a mais de mil trabalhadores. As últimas «medidas» governamentais funcionaram como antecâmara para o despedimento», acrescenta a USAL.

Esta organização sindical intermédia da CGTP-IN salienta que «a situação é verdadeiramente criminosa, pois só se justifica por uma acção determinada, que visa acabar com o aparelho produtivo da região. Efectivamente — frisa a USAL — a excelência das conservas algarvias é de tal ordem que continuam a ser solicitadas de diversas partes do mundo. Quem as produz? — é a pergunta que deve começar a ser colocada», conclui a USAL.



Adesão inequívoca, no Porto, à principal reivindicação da luta de massas. «Cavaco, rua», como bem se vê

Firmeza unitária da CGTP-IN

Milhares e milhares de trabalhadores partiram no sábado, cerca das 15 e 30, em três grandiosos desfiles pelas ruas do Porto e Vila Nova de Gaia.

Com determinação e confiança, desde o Campo 24 de Agosto, Largo da Igreja da Cedofeita e Praca 25 de Abril/Gaia até à Praça da Liberdade, trabalhadores das grandes e pequenas empresas do distrito, homens, mulheres, jovens e reformados vieram à rua manifestar o seu protesto contra a falta de soluções para os variados problemas com os quais

se defrontam todos os dias, contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva.

À urgência colocada nas vozes que exigiam novo governo e nova política, à combatividade na exigência de salários justos e do direito ao emprego, ao humor de alguns disticos — «com este Cavaco, lume»; «tanta Beleza, tão pouca saúde» — juntaram os trabalhadores do Porto a firmeza da unidade em volta da sua Central sindical, a CGTP-IN, e na luta que é necessário continuar até concretizarem a justa aspiração a uma vida melhor.



O repúdio implícito do pacote laboral, nas ruas do Porto

ciparam, sábado, na acção de rua integrada na jornada nacional de luta da CGTP-IN, que teve as suas principais manifestações no passado dia 31 de Janeiro por todo o País.

A União dos Sindicatos do Algarve (USAL) acrescenta que a manifestação de Faro decorreu de «uma forma bastante combativa». Os trabalhadores exigiram «uma vida melhor, salário e emprego certo, bem como o desenvolvimento do Algarve, com nova política e novo Governo».

José Morte, coordenador da USAL e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, disse no final do desfile em Faro que a região conta com poucas fábricas, que estão a «encerrar regularmente».

Segundo o departamento de informação da USAL, «depois de se referir especificamente à quase completa destruição do sector conserveiro» algarvio, aquele dirigente sindical disse que «a chamada de atenção da USAL para as situações de grande indignidade, que afectam a região, é o grito de revolta de quem não admite que os algarvios se sintam exilados na sua própria terra».

José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, que participou no desfile e no comício a seguir, referiu-se, segundo a mesma fonte sindical, «ao grande descontentamento popular, bem patente na adesão massiva à jornada de luta da CGTP-IN».

Ao referir-se ao pacote laboral que o Governo apresentou no CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social), José Ernesto Cartaxo sublinhou que «às forças democráticas, que têm a maioria na Assembleia da República, cabe a responsabilidade de se entenderem, não só para travar naquele órgão de soberania todas as medidas do Governo contra os direitos dos trabalhadores, mas também para viabilizarem uma alternativa a esta política e a este Governo».

Fernando Amaro, que interveio também no comício de sábado em Faro, na sua qualidade de membro da Comissão Executiva da USAL e do Conselho Nacional da CGTP-IN, leu no final do comício uma resolução, da qual, segundo a mesma fonte, se destaca:

● O repúdio pela degradação acelerada da situação social no distrito;

● Denúncia de situações imorais, designadamente trabalho precário e exploração do trabalho infantil;

● Luta firme contra o pacote laboral do Governo;

● Exigência da rápida implantação da região administrativa do Algarve;

● Luta por uma vida melhor, pelo desenvolvimento do Algarve e do País, que só é possível com outra política e outro Governo.

Segundo o departamento de informação da USAL, é de referir que, durante o desfile pelas principais ruas de Faro, se verificou «uma grande simpatia e adesão popular à manifestação e aos seus objectivos», sendo mais uma vez muito digna a contribuição dos trabalhadores algarvios para uma vida melhor.

Intimidação por carta cai mal na Sorefame

Numa carta dirigida aos trabalhadores da Sorefame e enviada para casa de cada um pela administração desta conhecida empresa do ramo da metalurgia e metalomecânica (sector nacionalizado, quase na totalidade) afirma-se que, em 1986, o prejuízo da empresa foi de cerca de dois mil contos por trabalhador. A administração da Sorefame refere ainda na carta que o prejuízo do ano passado foi de montante superior a quatro milhões de contos. Protestando contra a forma e o teor da carta, que consideram «demagógica», as ORTs da Sorefame chamam nomeadamente a atenção para o facto de no total desses quatro milhões de contos estarem incluídos «cerca de 2,9 milhões de contos correspondentes aos encargos financeiros da dívida». A administração da Sorefame prepara-se, segundo as organizações representativas dos trabalhadores, para não aumentar os salários da maioria do seu pessoal, este ano, e para «fomentar e promover o abandono» dos trabalhadores relativamente à empresa.

A Sorefame pode produzir o triplo

As ORTs da Sorefame sublinham que a empresa «facturou cerca de cinco milhões de contos em 1986, fruto do empenho dos seus trabalhadores em executarem o pouco trabalho existente, quando tem capacidade para o triplo daquele valor».

Recorde-se que o IPE (Investimentos e Participações do Estado) detém 82 por cento das acções da Sorefame, não sendo portanto nada provável que apareça o tal «investidor» milagroso que, segundo a Comissão Executiva da FSMMP (Federação sindical dos metalúrgicos), determinou o apelo «patético» da administração em carta pessoal para cada trabalhador — fenómeno que a Célula do PCP na Sorefame considera uma «perigosa manobra de chantagem» com a qual se pretende, inclusive, «intimidar os nossos familiares» e incrementar a insegurança nas casas de todos os trabalhadores da Sorefame.

A intimidação e a chantagem não impediram os trabalhadores de recorrer à luta, como tem sucedido ultimamente.

Os trabalhadores da Sorefame e as suas ORTs continuam a afirmar que a empresa é viável com os seus postos de trabalho, que a negociação do acordo de empresa deve ser levado a bom termo, que a unidade dos trabalhadores deve ser defendida e conservada, também, contra as intimidações do género daquelas que representa a carta dos administradores da Sorefame.

Iniciou-se a revisão da PRT dos escritórios

● O Governo ignora as inovações e as propostas dos trabalhadores

Os trabalhadores de escritório conseguiram do Ministério do Trabalho a marcação de reuniões para a revisão da PRT do sector. Há alguns meses que o Ministério se recusava a negociar e publicar qualquer Portaria Regulamentadora de Trabalho, assumindo tal posição por princípio — a que, aliás, deu corpo no projecto de lei de contratação colectiva incluído no pacote laboral do Governo.

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPACES/CGTP-IN) realizou no dia 21, sábado, o Encontro Nacional dos Trabalhadores de Escritório que analisou em Lisboa, em Setúbal, em Coimbra e no Porto a luta reivindicativa, as condições e problemas de trabalho e a actividade sindical num sector que emprega 250 mil pessoas.

Integrado igualmente na preparação do 3.º Congresso da FEPACES, marcado para 3 e 4 de Abril, vai-se realizar no dia 7 de Março, em Lisboa, o Encontro Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Informática.

Ao anunciar a primeira reunião da comissão técnica encarregada pelo Ministério do Trabalho de proceder aos «trabalhos preparatórios» de revisão da PRT dos escritórios, a Federação salientava que «a decisão agora tomada pelo secretário de Estado do Emprego reconhecendo razão aos argumentos desenvolvidos pela FEPACES, e ainda que limitada à revisão da tabela de remunerações mínimas, só pode ser entendida como resultado da intervenção dos trabalhadores de escritório».

Um dirigente sindical da Federação revelou ao «Avante!» que a Comissão Técnica e a FEPACES têm já marcadas reuniões para 5 de Março — para apresentação das propostas das estruturas dos trabalhadores quanto à revisão da PRT — e 11 de Março — resposta dos representantes do Governo.

Aquele sindicalista chamou a atenção para o facto de o Ministério do Trabalho, na reunião da comissão técnica de dia 24, «insistir em limitar o âmbito da revisão apenas à tabela salarial, sem ter em conta, nomeadamente, as conclusões do Encontro de sábado» e recordou que, entre os aspectos inovadores da discussão, sobressaiu a necessidade de «legislação que acompanhe a introdução de novas tecnologias, nomeadamente tornando obrigatórias acções de reciclagem».

A informatização nos escritórios e as suas consequências

Uma das questões que mereceu especial atenção dos 500 participantes nas quatro sessões descentralizadas do Encontro Nacional dos Trabalhadores de Escritório foi a introdução de novas tecnologias nas empresas, com a alteração do funcionamento e dos processos de trabalho.

O documento preparatório do Encontro salientava que «na generalidade dos casos» este processo tem decorrido em Portugal «de forma selvagem, conduzindo à diminuição dos empregos estáveis e ao aumento dos empre-

gos precários, quase sempre pior qualificados, à queda do salário real, à intensificação desenfreada dos ritmos de trabalho».

No entanto, o facto de os trabalhadores de escritório afirmarem que a informatização lhes veio trazer dificuldades não significa que eles são contra o progresso científico e técnico e a sua introdução no processo produtivo. «Se alguém em Portugal — afirmava o documento atrás referido — se tem batido pelo progresso e pelo desenvolvimento são os sindicatos. Só que é necessário ter em conta algumas condições de modo a que sejam asseguradas, simultaneamente, a estabilidade no emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, a segurança e a higiene».

Ou seja, «as dificuldades que os trabalhadores sentem face à aplicação de novas tecnologias não são o resultado do progresso da ciência e da técnica. São antes resultantes da utilização de novas tecnologias, as transnacionais e o imperialismo fazem desse progresso em seu proveito».

O Encontro, além de ter feito o levantamento das consequências da informatização dos escritórios, apontou algumas direcções de actuação dos trabalhadores e suas estruturas representativas com a finalidade de resolver os problemas: **negociar com as empresas a introdução de novas tecnologias; reivindicar a formação profissional, o aperfeiçoamento e a reciclagem dos trabalhadores e a valorização do seu trabalho; exigir as necessárias medidas de higiene e segurança.**

Reivindicações

O Encontro discutiu «algumas reivindicações dos trabalhadores de escritório», que têm a ver com as inovações no funcionamento das empresas e com a definição das funções, categorias e carreiras profissionais, a formação e reclassificação profissional, o vínculo contratual, a duração do trabalho e a sua remuneração.

O documento preparatório apontava duas razões que contribuem para que a remunera-

FEPACES



ção seja «talvez a mais sentida questão e simultaneamente o indicador que melhor reflecte em certos casos concretos a forma como nem sempre foram acautelados os interesses e direitos legítimos dos trabalhadores de escritório»: a política económica, social e fiscal dos últimos anos e a «valorização relativa de subsídios e prémios não universais em detrimento do salário base».

Muitos trabalhadores de escritórios exercem «funções que não estão consideradas nas convenções e, logo, não são devidamente tidas em consideração para efeitos de categoria, carreira e enquadramento». A FEPACES aponta o exemplo das «tradicional categorias e carreiras de escriturário, dactilógrafo», que «perderam sentido em muitos casos e não têm designações e níveis de qualificação correspondentes ao grau de complexidade das tarefas efectivamente desempenhadas».

A Federação denuncia ainda o facto de que «o patronato prefere contratar trabalhadores já conhecedores das técnicas e processos que introduziu a formar e reciclar os trabalhadores da empresa» e recorda os diversos problemas decorrentes do trabalho precário nas suas diversas formas.

Com base na análise desta situação, foram propostas algumas acções a desenvolver pelos trabalhadores de escritório e suas organizações sindicais, nomeadamente: **estudar em cada sector e empresa as funções efectivamente existentes, defini-las e qualificá-las com vista à sua consagração e institucionalização nas convenções e protocolos; salvaguardar com firmeza os direitos adquiridos; criar novas categorias e novas carreiras de acordo com a evolução das funções desempenhadas pelos trabalhadores; exigir e negociar com as empresas a formação, aperfeiçoamento e reciclagem profissional; defender a passagem a efectivos dos trabalhadores com vínculo precário que ocupem postos de trabalho permanentes; melhorar as remunerações de forma a assegurar a melhoria do poder de compra e do nível de vida.**

Leis do trabalho

Repudiada ofensiva do Governo

● Hoje, em frente ao MT, concentração sindical

O movimento sindical unitário, e designadamente a União dos Sindicatos de Lisboa, apoiam hoje, em frente ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres, uma concentração de protesto contra o chamado pacote laboral. Entre outras tomadas de posição, a CGTP-IN destaca que «o projecto governamental de alteração dos horários de trabalho está a desencadear um vasto movimento de protesto e indignação dos trabalhadores em dezenas de sectores e regiões do País». A concentração de hoje, seguida de desfile em direcção à sede da RTP, começa às 18 horas.

«O Governo pretende — adverte a CGTP — prolongar o tempo diário e semanal de trabalho, respectivamente para 10 horas e 50 horas, e acabar com o direito ao descanso semanal».

Nos últimos dias do mês passado, a Central sindical unitária, ao referir-se a dezenas de plenários em empresas e sectores, sublinhava que «tal projecto (sobre os horários de trabalho) contraria todas as normas internacionais sobre a matéria, numa altura em que os trabalhadores portugueses reclamam a redução do tempo de trabalho para um máximo de quarenta horas semanais, regalia que já foi conquistada na generalidade dos países europeus».

Recorde-se que o projecto legislativo do Governo sobre horários de trabalho tenta estabelecer, no seu artigo quinto, «que o

período normal de trabalho não pode ser superior a dez horas por dia e a cinquenta por semana» e acrescenta que «o regime estabelecido no número anterior prevalece sobre os limites máximos dos períodos normais de trabalho previstos em instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho».

O artigo quinto do projecto governamental é citado pela CGTP, que acrescenta o artigo trinta e cinco do mesmo projecto de diploma acerca do encerramento semanal e que está redigido como segue:

«1. Os estabelecimentos industriais e comerciais não referidos no número seguinte devem suspender o funcionamento um dia completo por semana, em regra o domingo.» (...)

«4. Os estabelecimentos industriais podem, mediante des-

pacho do Ministério do Trabalho e Segurança Social, ser dispensados do disposto no número um (acima transcrito) por um período até seis meses, com fundamento em razões ponderosas, designadamente de mercado».

Manuel Lopes, membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, num artigo recente sobre Os objectivos do «novo» pacote laboral, observou com justeza que «os anteprojectos têm uma lógica comum e, por isso — sublinha o autor do artigo — não devem ser considerados isoladamente».

O pacote dito «novo» contra as leis favoráveis aos trabalhadores e as suas organizações representativas, que eles próprios conquistaram com o 25 de Abril, inclui no total quatro anteprojectos referentes a horário de trabalho, contratação colectiva, «lay-off» e agências de colocação de trabalhadores.

Nas grandes manifestações de 31 de Janeiro e nas do último sábado no Porto e em Faro, a opinião pública e os trabalhadores foram alertados para a indispensável necessidade de combater a ofensiva do Governo contra o emprego através de uma alegada «flexibilização».

Segundo a CGTP, a generali-

dade dos sindicatos e o movimento sindical, o que o Governo Cavaco Silva designa por «flexibilização» não é mais do que a destruição das «garantias mínimas de democraticidade das relações de trabalho», com o objectivo claro de «concentrar nas mãos das entidades empregadoras o monopólio dos direitos» no que respeita a «constituição, desenvolvimento, execução e extinção do contrato de trabalho».

Por estas ou outras palavras com o mesmo sentido, através de documentos ou de intervenções dos seus dirigentes, como a de Manuel Lopes no artigo citado, aqueles quatro anteprojectos do Governo têm em

vista generalizar a precarização do emprego.

Os anteprojectos entregues pelo Governo aos seus «parceiros» do CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social), de que faz parte a UGT, fazem prever uma ofensiva mais vasta contra os direitos dos trabalhadores.

Para já são quatro os diplomas em anteprojecto. Mas podem rapidamente ser seis. A lei da greve e a lei dos despedimentos em vigor não agradam, como se sabe, ao Governo em funções. E não agradam também ao CPCS e principalmente à CIP. De resto não seria a primeira vez que a ameaça sobre este dois últimos diplomas se concre-

tizaria em propostas governamentais, que até agora foram sustidas.

Segundo Manuel Lopes, a «flexibilização» que o Governo quer «não é a de permitir a adaptação do horário aos interesses do trabalhador, mas antes a consagração do poder absoluto e autoritário do patronato para dispor do trabalhador, prejudicando toda a organização da sua vida».

É indiscutível que esta nova ameaça, através da legislação laboral contra os direitos dos trabalhadores, deve merecer uma mobilização capaz, deve corresponder ao avanço das lutas de massas que se têm verificado ultimamente.

LUTAS E TAREFAS

Mais de 3 milhões de dívidas salariais

Informação interna do Partido enviada do Porto fornece o seguinte quadro dos salários em atraso no distrito, em finais de Janeiro de 1987:

SECTOR	N.º EMPRESAS	N.º TRABALHAD.	DÍVIDA
Metalurgia.....	33	5 053	598 605
Têxteis.....	26	8 957	1 970 169
Construção/Madeiras.....	7	2 076	465 951
Comércio.....	2	20	2 117
Químicos.....	10	370	31 058
Mat. Eléctrico.....	6	1 359	141 550
Vestuário.....	5	786	198 000
Conservas.....	2	60	12 000
Transportes.....	3	53	7 516
Cerâmicos.....	2	55	2 400
Gráficos.....	1	13	400
Ind. Comérc. Farmac.....	7	46	3 870
	104	18 848	3 433 636

tarém, no próximo dia 7, o 2.º Encontro Distrital dos Trabalhadores das Casas do Povo.

Trabalho infantil: quatro meses de prisão

Quatro meses de prisão para o gerente e quarenta e cinco dias para o encarregado da

Uma das empresas devedoras é a EFI. Duas semanas de paralisações de duas horas por dia levaram o patronato a pagar o 13.º mês e a assumir o compromisso de liquidar os atrasados em três meses.

A União dos Sindicatos de Coimbra revelava, entretanto, que são dois mil os trabalhadores sem salários, ou com salários atrasados naquele distrito. O total da dívida ronda os 500 mil contos. Os desempregados na zona são actualmente vinte mil.

Abaixo do mínimo nacional na Função Pública

Organismos dependentes do Governo Cavaco Silva, como são as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), pagam salários abaixo do mínimo nacional estabelecido pelo próprio Governo para vigorar a partir de Janeiro de 1987. Fonte sindical cita, no Porto, os casos do Centro Social de Miragala, o Jardim Infantil de Santa Cecilia e a Ordem do Carmo. No primeiro caso, os salários são inferiores aos mínimos nacionais, no segundo há retroactivos em dívida e no terceiro a própria Ordem fez constar que não aumentará os salários este ano. Ainda neste quadro, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores anuncia que decorrerá em San-

Clemente Freitas e Fialhos, uma fábrica do lugar da Bouça, freguesia de Torrados, em Felgueiras, foram as penas aplicadas em tribunal por emprego de mão-de-obra infantil e por injúrias proferidas contra agentes da Inspeção-Geral do Trabalho. A unidade fabril em causa emprega perto de 200 trabalhadores.

Ultrapassam 3 milhões as dívidas em Aveiro à Segurança Social

As dívidas do patronato do distrito de Aveiro à Segurança Social (Ex-Previdência), que depende do Ministério do Trabalho, ultrapassava os três milhões de contos no final do ano passado. Segundo a USA (União dos Sindicatos), excluindo as dívidas inferiores a cinco mil contos, o montante exacto naquela altura era de dois milhões setecentos e oitenta e oito mil contos. Neste total participavam empresas, que encerraram ou estão em vias disso, com uma verba de duzentos e sessenta mil e seiscentos contos. Estes números merecem o seguinte comentário do Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Aveiro: «Não quererá o Ministério das Finanças do Governo Cavaco Silva — sempre tão lesto a distribuir ameaças pelas empresas que «concordem» com aumentos salariais superiores à taxa de inflação fixada pelo Governo — esclarecer que sanções irá aplicar às empresas em dívida à Segurança Social?»

PACOTE laboral

FEPACES
FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DOS SINDICATOS
DO COMÉRCIO,
ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS

1987 FEVEREIRO

O projecto de alteração legislativo do governo em matéria de duração e horário de trabalho pretende acabar com a regra do descanso semanal ao domingo e permitir que o período normal de trabalho possa ser alargado a 10 horas diárias e a 50 horas semanais. Mas não so...

A pretensão essencial do governo com o projecto de alteração ao D.L. 398/83 — LAYOFF — é retirar o direito às associações sindicais de participarem na discussão da sua eventual aplicação. Por outras palavras, é deixar os patrões aplicarem o LAYOFF à vontade...

A principal alteração proposta à lei da Contratação Colectiva é a de acabar com a emissão de PRT's. Se isto viesse a confirmar-se, nas actuais condições, estava aberto um novo horizonte para o patronato: aplicar o salário mínimo nacional a todos os trabalhadores...

O trabalho precário, sobe-se cada vez mais o que é. E como se multiplicam aqueles que ganham com o aluguer da mão-de-obra de quem trabalha. O governo quer, agora, legalizar essas mesmas aves de rapina...

Horários de trabalho, contratos colectivos, lay-off e agências de aluguer de mão-de-obra...

MIRA DO PATRONATO É PÔR TUDO PIOR!



A Federação Sindical dos Escritórios, Comércio e Serviços (FEPACES) desenvolve uma campanha justa e oportuna contra o pacote laboral

Assembleia da República

Aos espiões — o Governo disse nada...

As actividades ilícitas de vigilância e fichagem de democratas por parte de um elemento ligado a serviços de informações — actuação a que diversos órgãos de informação têm dado um justificado relevo — continuam a suscitar firmes posições de repúdio de forças e sectores democráticos, designadamente do PCP, partido que ainda recentemente através de uma nota da SIP exigia um «**completo esclarecimento**» do assunto e posterior adopção de medidas que «**impeçam a permanência e repetição de procedimentos contrários à legalidade constitucional**».

Nesse sentido o grupo parlamentar comunista tomou já a iniciativa de levar à Assembleia da República esta importante questão oficiando para o efeito o seu Presidente que marcou para amanhã, dia 27, uma sessão de perguntas dedicada a esta temática de interesse relevante para a nossa vida democrática.

Silêncio embaraçoso

Para além da extrema gravidade de alguns factos que já vieram a lume — acontecimentos que uma insidiosa campanha de desinformação procura escamotear — e dos numerosos aspectos que continuam por desvendar, merece particular atenção o estranho e embaraçoso silêncio a que o Governo até à data do fecho da nossa edição se remeteu, um silêncio comprometedor que em nada contribui para o pronto esclarecimento do que se passa e para o apuramento das responsabilidades.

O executivo de Cavaco Silva mantém, com efeito, uma cerrada cortina de silêncio sobre revelações feitas pelo «Expresso» acerca de um indivíduo preso em meados de 1986, Mário Correia da Cunha, a quem foram apreendidas fichas sobre a actividade de democratas e que de acordo com a acusação do Ministério Público aliciava elementos operacionais para o grupo terrorista GAL.

Ainda de acordo com o referido semanário, recorde-se, Mário Correia prestava serviços «como agente de recolha de informações» para a Repartição A ou Dinfo, indicando a notícia que o juiz de instrução pediu depoimentos ao Comandante Operacional do Dinfo, capitão Serradas Duarte e a um seu colaborador, tenente coronel Fernando Ramos, solicitação a que estes não responderiam cabalmente com a alegação do «segredo de Estado».

Actos ilegais

O camarada Carlos Brito, no decorrer de uma conferência de imprensa na passada semana destinada a divulgar algumas iniciativas legislativas do PCP, sublinhou a propósito não se compreender como é que o Governo face ao avolumar e à gravidade dos elementos disponíveis «**possa julgar que não tem que tomar posição**».

«Será que também o Governo se quer refugiar na alegação de «segredo de Estado», interrogou o dirigente comunista «Se assim é — concluiu — respondemos-lhe já que neste caso o «segredo» não é de Estado, é um segredo contra o Estado democrático».

Acabando por centrar sobre si a atenção dos jornalistas presen-

tes, este tema quente mereceu ainda outros comentários de Carlos Brito que classificou tais actos de «**ilegais e criminosos**», atentatórios da Constituição da República e da ordem democrática, confirmando ao mesmo tempo anteriores advertências e preocupações manifestadas pelo PCP aquando da criação dos serviços de informações.

Para a bancada comunista, a gravidade dos factos agora vindos a público justifica que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias «**tome a questão nas suas mãos e promova todas as diligências que julgar convenientes**», reservando-se ainda o PCP, para lá da audiência já solicitada ao Primeiro-Ministro e da sessão de perguntas amanhã no plenário da Assembleia, a requerer um inquérito parlamentar «**se isso se tornar necessário**».

Intensa actividade

Mas a conferência de imprensa constituiu ainda uma oportunidade para dar a conhecer as iniciativas que o Grupo Parlamentar do PCP tem agendadas para breve, acção que cobre matérias que vão desde a competência fiscalizadora da Assembleia da República (através de ratificações e interpelações) até à apresentação de projectos de lei, passando pela solicitação de um inquérito parlamentar à pista portuguesa do escândalo Irangate.

Na sequência de recentes ratificações, com destaque para as da Anop e da gestão hospitalar e da interpelação do PRD sobre defesa nacional, o PCP vai interpelar o Governo sobre a situação laboral e requerer ratificações relativas à Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros, ao decreto que permite o acesso ao registo criminal dos cidadãos a entidades oficiais e ao Código do Processo Penal.

Quanto aos projectos de lei em carteira, segundo foi anunciado, incidirão em áreas como o Ensino (definição de uma Lei Quadro das Universidades) e a Justiça (acesso ao Direito e aos Tribunais) o Direito da família (protecção às pessoas em união de facto) e a protecção das crianças e da tranquilidade dos cidadãos (um novo enquadramento legal à venda das bombas de Carnaval).

Importa ainda registar que para os próximos dias o Grupo Parlamentar comunista tem em vista a apresentação de projectos de lei sobre o condicionamento de plantação de eucalipto, o novo regime de subsídio às mães ou pais sós que tenham filhos a cargo e ainda sobre a gestão hospitalar.

Programação militar no Parlamento

Compromissos do Governo põem em causa defesa

Uma característica fundamental continua a marcar o relacionamento do Governo com a Assembleia da República: a incompatibilidade existente entre uma nítida aposta na confrontação (que não se distingue de arrogância política) e o sentido de Estado que deveria orientar a sua conduta no tratamento de todas as matérias e particularmente nas questões relativas à Defesa Nacional. Tão ou mais grave, porém, continua a ser o seu divórcio da realidade nacional, o seu alheamento dos verdadeiros interesses do País, a sua prática de subordinação aos interesses dos Estados Unidos e da NATO.

Isso mesmo ficou patente, uma vez mais, no decorrer do debate realizado na passada semana no Parlamento em torno da proposta do Governo relativa ao programa de reequipamento das Forças Armadas para o quinquénio de 1987 a 1991.

Demonstrando pouco ter aprendido com a recente interpelação sobre Defesa Nacional — no decorrer da qual a Assembleia expressou a sua inequívoca vontade e empenhamento de assumir por inteiro as suas competências — o Governo veio agora, de novo, no debate sobre programação militar, retomar a sua prática de factos consumados, continuando a manter reservada a informação sobre o conceito estratégico de defesa e sem sequer se preocupar em justificar na proposta que apresentou quais os objectivos, finalidades e enquadramento para o esforço financeiro do Estado em investimentos com vista ao reequipamento das Forças Armadas e às infraestruturas de defesa.

Como lembrou João Amaral, ao intervir em nome da bancada comunista, «não pode o Governo justificar perante a Assembleia da República (e perante o País) o gasto de mais de 100 milhões de contos em cinco anos, limitando-se a apresentar o rol das despe-

sas, de forma desarticulada e desconchavada».

Declaração de intenções

Outras razões existem, todavia, para explicar o propósito governamental de pretender fazer passar uma proposta sem que a Assembleia conheça os pressupostos da defesa nem disponha das necessárias informações, indispensáveis para qualquer discussão séria e aprofundada da matéria.

Com efeito, no diploma agora apresentado, surge já uma proposta de revisão relativa aos anos de 1989 a 1991, ou seja em vez de se estar em presença de uma lei que ofereça garantias de estabilidade nos objectivos e nos meios financeiros a afectar para um período de cinco anos, ela apresenta-se apenas como válida para o ano em curso e para o próximo.

Analisando a distribuição dos valores de aplicação de verbas chega-se aliás à conclusão de que mais de 80 por cento dos financiamentos previstos concentram-se nos últimos três anos do período a que se reporta a lei, isto é, a 1989, 1990 e 1991.

É para essa altura, registre-se, que surgem os investimentos mais significativos como sejam os mísseis Seasparrow, os Stinger, a

aquisição de objectivos para o primeiro GAC, a aquisição da bateria de mísseis para a Ilha Terceira, a aquisição de esquadra de interceptores e a transformação dos C-130.

A parte financeiramente mais vultuosa da lei inscreve-se assim para depois de 31 de Dezembro de 1988, data em que será obrigatoriamente revista, facto que levou João Amaral a afirmar que «não estamos a discutir uma proposta de lei mas declarações de intenções e promessas que antes de dois anos veremos se se materializam e como».

Interesses da NATO

Mas quais são então as causas para tudo isto? Como foi afirmado, a resposta é simples: a verdadeira programação militar já foi feita em 1986 com a aquisição de equipamentos num valor superior a 170 milhões de contos, decisões consideradas de efeito desastroso sobre a presente Proposta de Lei.

Todos estes equipamentos se destinam, por outro lado, a servir

interesses dos Estados Unidos e da NATO, situação que resulta de compromissos governamentais, os quais, no entender da bancada comunista, comprometem «capacidade autónoma de defesa».

Daí que, na opinião do PCP expressa pelo deputado João Amaral, esta «não é a lei de programação militar que uma política portuguesa de defesa nacional exige», continuando o País «sem defesa aérea, com um exército ainda não preparado para responder a uma guerra moderna, sem capacidade de garantir a segurança dos seus portos vitais».

«Proposta pobre e mistificadora — salientou ainda o orador — ela deve ser reduzida ao que realmente é: aos escassos programas já em curso e aos programas de interesse nacional projectados para 1987 e 88. O resto é uma mistificação. É uma mistificação perigosa porque assente num quadro de contrapartidas que virão se vierem, mas que seguramente, se vierem, vêm condicionadas».

Debate põe a nu caos na Justiça

A confirmação de todas as acusações e denúncias que têm sido insistentemente feitas à situação de verdadeiro caos em que se encontra a Justiça — pasta sobre a qual o PSD tem responsabilidades há seis anos — constituiu seguramente a conclusão mais importante a reter da interpelação ao Governo da iniciativa do PS sobre políticas relativas a este sector.

Particularmente em foco estiveram o mau funcionamento das instituições dependentes do Ministério da Justiça, com destaque para os tribunais e para a situação de bloqueamento em que se encontram, bem como para a degradação das suas instalações, falta de pessoal e deficientes condições de trabalho dos magistrados.

Referência especial para um volumoso e bem documentado dossier elaborado pelo Grupo Parlamentar do PCP no qual se evidenciam, através de numerosos exemplos, para além dos problemas referidos, o estado de desumanização e degradação em que se encontram as prisões, as carências de pessoal e sobretudo a situação dos presos preventivos cujo número cresceu extraordinariamente nos últimos anos.

Quer através da vasta documentação apresentada quer por intermédio das intervenções produzidas pelos deputados comunistas (José Manuel Mendes, Jorge Patrício e José Magalhães), ficou ainda evidenciado no decorrer do debate o fracasso da aplicação do Código Penal entrado em vigor em 1982.

Matérias como a justiça no trabalho, casos de denegação de justiça, a dificuldade de acesso ao direito e aos tribunais, a justiça de menores designadamente nos aspectos que se prendem com a falta de estruturas, acompanhamento e reinserção, foram outras tantas matérias que mereceram a atenção do Plenário.

Vidigal Amaro na Beira Interior

Falta de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar e administrativo ao mesmo tempo que continuam por preencher vagas nos quadros e falta de ligação entre os hospitais distritais e os centros de Saúde, eis alguns dos problemas e dificuldades com que se debatem as unidades hospitalares da Beira Interior.

Quem o afirma é o deputado comunista Vidigal Amaro que ainda na passada semana se deslocou durante três dias à região, tendo na oportunidade visitado os hospitais de Castelo Branco, Covilhã e Guarda e os centros de Saúde de Gouveia e Seia.

No decorrer da visita teve ensejo de verificar que o preenchimento dos quadros de pessoal médico dos hospitais não atinge os 50 por cento, havendo falta de médicos em muitas especialidades, nomeadamente dermatologia, neurologia e oftalmologia. No Hospital da Guarda, por exemplo, há apenas um lugar preenchido na especialidade de medicina, isto quando existem oito vagas.

No capítulo da enfermagem, apesar de haver vagas e falta de pessoal, existem ainda muitos profissionais contratados como tarefeiros, situação idêntica à que se verifica com o pessoal auxiliar e administrativo.

Ao nível dos cuidados primários, segundo nos disse, os centros de saúde visitados possuem instalações que se podem considerar boas mas não satisfazem de forma adequada por completa falta de planeamento e avaliação.

Amigos da onça

No decorrer do debate muitas foram as perguntas provenientes das bancadas da oposição que ficaram sem resposta. Ora esgueirando-se, ora lateralizando o essencial das questões, o ministro e a bancada do seu partido deixaram no ar, por responder, aspectos tão importantes como o papel da indústria de defesa portuguesa no equipamento das Forças Armadas (levantado pelo deputado José Cruz) ou a legitimidade e correcção de critérios e compromissos que põem em causa uma defesa autónoma, a dignidade e a própria independência nacional.

O deputado comunista João Abrantes, por exemplo, depois de ter demonstrado ser todo de interesse NATO o mais recente equipamento adquirido para as Forças Armadas e de ter afirmado que as aquisições de material efectuadas com base nas contrapartidas dos EUA são condicionadas, interessou-se em saber «até que ponto e como» estes interesses estrangeiros e as condições impostas «determinaram e conformaram os programas concretos» agora apresentados na proposta de lei.

Para que não houvesse dúvidas quanto ao sentido das suas perguntas citou a propósito o caso da bateria de mísseis Hawk para a ilha Terceira, investimento de oito milhões de contos, isto quando são conhecidas as vulnerabilidades em defesa anti-aérea do continente.

Não pondo em causa a sua necessidade, o que o grupo parlamentar questiona é se foi acertada a decisão que definiu como prioritária a instalação da bateria naquela ilha.

A questão é tanto mais pertinente quanto se sabe, aliás, como referiu João Abrantes, que a particular vulnerabilidade da ilha Terceira resulta do facto dos EUA operarem na base das Lajes e a considerarem de interesse vital para o seu sistema militar.

Mas mais interessante ainda é saber que a compra dos Hawk é feita com as contrapartidas dos EUA provenientes da sua utilização da base das Lajes. Ou seja, como disse o deputado comunista, «Portugal cede aos EUA a base das Lajes e gasta o dinheiro das contrapartidas com a defesa dessa mesma base».

Juventude

Letras anunciam novas formas de luta para Março

A semana que agora passa, pode considerar-se, foi determinante no já longo processo de luta dos estudantes das Faculdades de Letras de todo o país. Desde logo devido às várias manobras por parte do ministério e com a colaboração de ex-DAE de Lisboa de forma a desmobilizar a manifestação nacional convocada para a passada sexta-feira. Depois, a grande jornada que constituiu de facto tal iniciativa, uma grande afirmação da direita, defrontando um ministro arrogante e surdo às suas reivindicações. Finalmente as decisões da reunião da Coordenadora Nacional no passado fim-de-semana que apontam para a convocação de uma greve de 9 a 14 de Março e para a realização de uma marcha-manifestação nacional de estudantes para o Ministério no próximo dia 13 de Março. Entretanto, porque as condições naquela escola o permitem, já nos últimos três dias (terça, quarta, quinta) Letras de Lisboa paralisou com ocupação das instalações.

Depois da última reunião da Coordenadora Nacional, afirmam os estudantes de Letras que, «perante o avolumar de graves erros na política governamental para o ensino, João de Deus Pinheiro não deve continuar à frente do Ministério da Educação».

Perante a sucessão de acontecimentos é cada vez mais evidente o cerco que se aperta so-

bre João de Deus Pinheiro. Depois da tentativa «inaceitável» por parte do ministro para des-

mobilizar a manifestação de sexta-feira e a resposta que nesse dia lhe deram cerca de três mil estudantes das faculdades de Letras de todo o país, juntamente com os da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. Nova e da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e ainda com a presença de uma delegação de estudantes de várias escolas do ensino secundário do distrito, a Comissão Coordenadora Nacional reunida no fim-de-semana em Coimbra considerou que é tempo de reunir forças para o mês de Março, altura em que se deve avançar para «formas mais eficazes de luta».

Desde já ficou convocada para a semana de 9 a 14 de Março uma greve nacional e uma marcha-manifestação nacional de estudantes em direcção ao MEC no dia 13. Para esta manifestação a Coordenadora Nacional apela à solidariedade

dos motoristas e automobilistas que transitem nas estradas em direcção a Lisboa para darem boleia aos estudantes que se dirijam à capital. Decidiu ainda a Coordenadora Nacional desenvolver contactos durante os próximos dias com o Presidente da República e a Comissão Parlamentar de Ensino da Assembleia da República de forma a dar a conhecer as razões da luta, exigindo em particular a reabertura do processo de licenciamento das Universidades Privadas.

Entretanto, já na segunda-feira numa RGA realizada em Letras de Lisboa, os estudantes daquela escola manifestando total solidariedade com os colegas das outras escolas do país, decidiram avançar para uma greve com ocupação das instalações com início na terça-feira passada e que hoje termina. Para a Direcção da Associação de Estudantes de Letras de Lisboa (agora eleita por uma significativa margem de votos, 82,3 por cento contra 13,1 por cento de uma lista que desde o início tem estado contra o processo de luta envolvendo-se em manobras com o ministro de forma a desmobilizá-la), «ao contrário das outras escolas onde em razão das frequências não há aulas, aqui em Lisboa, conforme os cerca de setecentos estudantes que participaram na RGA determinaram, estão as condições reunidas para avançar com novas formas de luta desde já».

Enquanto isso, a Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras convocou para amanhã uma conferência de imprensa para fazer o balanço do processo desenvolvido até aqui e informar a comunicação social das novas formas de luta previstas para Março.



Um forte e aparatoso dispositivo policial e a recusa do secretário de Estado do Ensino Superior (o ministro andava em viagem) em receber a CNCEL aguardavam os cerca de três mil estudantes que na sexta-feira em frente ao MEC o disseram, «Letras estão em luta», «Cultura é um bem não um luxo», «Os pinheiros também se abatem»

JCP esclarece posição sobre CNJ

Em nota distribuída à imprensa, o secretariado da Direcção Nacional da JCP esclarece, perante algumas notícias segundo as quais aquela organização «pretenderia pedir a adesão ao Conselho Nacional de Juventude», que não só «não apresentou qualquer pedido de adesão ao CNJ como considera que «o CNJ actualmente existente, para além das suas deficiências estatutárias, é um Conselho auto-proclamado e não representativo da riquíssima realidade que é o movimento juvenil em Portugal».

O secretariado da Direcção Nacional da JCP lembra que participou no processo de constituição daquele organismo «desde a primeira hora, assinou as «Bases Gerais» e participou em mais de 40 reuniões destinadas à elaboração dos estatutos e à constituição do Conselho» e que decidiu abandonar esse trabalho «quando várias organizações nacionais de juventude foram arbitrariamente impedidas de se associar ao processo». Esse impe-

dimento, adianta ainda a JCP, «contrariando o princípio da livre adesão ao processo, consensualmente estabelecido e praticado até então — como provam várias adesões verificadas no seu decurso — foi exclusivamente motivado por ambições de manipulação política com as quais a JCP não poderia pactuar».

Esclarece o secretariado da Direcção Nacional da JCP que «uma vez afastadas as limi-

tações arbitrariamente impostas à sua alteração positiva e que não seja ilegítimamente obstaculizada a adesão ao CNJ por parte de quaisquer organizações nacionais de juventude, que nos termos estatutários a solicitem, a JCP reequacionará coerentemente a sua posição face ao Conselho Nacional de Juventude».

Reunião da DN da JCP

Reunida, entretanto, durante o fim-de-semana para analisar «a actual situação da juventude portuguesa, a actuação governamental com incidência na situação dos jovens e o desenvolvimento que se verifica no movimento e na luta juvenil», a Direcção Nacional da Juventude Co-

munista Portuguesa considerou que «a gravidade da actual situação nos mais variados domínios tem gerado um crescente descontentamento em diversas camadas de jovens que se tem traduzido nas acções de luta desincentivadas dos estudantes do ensino superior e secundário, dos jovens desempregados e dos jovens trabalhadores». Em contrapartida, adianta a DN, «Ministros e Secretários de Estado acenam com falsas e precárias «soluções», que tudo adiam e nada solucionam».

No final da reunião a DN aprovou uma «calorosa saudação a toda a juventude portuguesa que nos mais diversos sectores, está em luta pela resolução dos seus problemas e reafirma o empenhamento dos jovens comunistas em prol da unidade e da luta do movimento juvenil».

Poder Local

A APU em Gaia Um ano de actividade

Dar conhecimento das perspectivas sobre a gestão da Câmara e uma informação, embora que resumida, da actividade nas áreas da sua responsabilidade, foi o objectivo da conferência de imprensa promovida pelos vereadores da Aliança Povo Unido na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no passado sábado, dia 21 de Fevereiro.

Ao intenso trabalho desenvolvido no pelouro do ambiente e jardins e no pelouro do desporto e tempos livres, somou a Aliança Povo Unido a apresentação de propostas concretas visando o desenvolvimento do município; a descentralização de verbas para as freguesias e a melhoria de condições de vida da população. A denúncia de propostas e posições que, defendendo apenas os interesses de alguns grupos económicos, põem em causa o interesse de Vila Nova de Gaia e da população foi outra linha de orientação que esteve na base da acção levada a cabo durante o último ano e de que agora é feito o balanço pelos vereadores da APU.

Ilda Figueiredo, deputada à Assembleia da República e vereadora responsável pelo pelouro do ambiente e jardins, referiu as várias iniciativas de massas promovidas pelo pelouro — comemorações do Dia da Árvore e as festas da flor; a primeira exposição de flores de Vila Nova de Gaia, Florgaia; colóquios sobre o ambiente; exposições de trabalhos das crianças das escolas primárias, e a actividade do Parque Biológico, espaço concebido para a educação ambiental, que recebeu durante 1986 a visita de aproximadamente 35 000 pessoas.

As obras e equipamentos, as reuniões promovidas com estruturas populares e outras entidades que têm colaborado com o pelouro do ambiente e jardins mereceram ainda destaque por parte da camarada Ilda Figueiredo que apreciaria em seguida o primeiro ano de gestão da presidência PSD que, numa primeira análise, não corresponde à satisfação dos anseios da população, nem conduz à resolução dos problemas e carências mais sentidas.

Maurício Ferraz, vereador que responde há pouco mais de um ano pela actividade do pelouro do desporto e tempos livres, deu uma imagem bem clara do que é possível fazer quando há vontade política, quando há interesse

em corresponder às necessidades que neste campo se colocam às populações. O apoio financeiro, as várias iniciativas de carácter desportivo que decorreram no concelho; a contribuição para o equipamento com material desportivo de 50 escolas primárias, o apoio na construção de polivalentes em Seixezelo e Valadares e a atribuição de 9000 contos de subsídios anuais a 70 colectividades; a promoção de iniciativas próprias do pelouro, como os Jogos Juvenis, que envolveram cerca de 5000 crianças de Gaia, e as Férias Desportivas

com mil jovens; a realização do Primeiro Encontro Concelhio do Desporto, são alguns exemplos da acção muito ampla daquele pelouro. No âmbito do desporto e tempos livres a APU tem como perspectiva a promoção de uma melhor rentabilização dos recintos desportivos existentes e o lançamento da construção de alguns polivalentes, nomeadamente na Afurada, Olival e Avintes, a ajuda por fases às colectividades e a celebração de protocolos com aquelas que têm recintos desportivos de forma a que possam ser utilizados pela comunidade.

Maurício Ferraz veicularia ainda as apreensões com que a APU encara os próximos anos de gestão camarária, apreensões que se traduziram no voto contra o plano de actividades e orçamento para 1987.

O preço das taxas da água, que foram aumentadas em 700 por cento; a verba insignificante orçamentada para problemas dos esgotos e tratamento de águas residuais — num concelho altamente carenciado como Vila Nova de Gaia em que apenas 7 por cento da população é abrangida pela rede de esgotos; a degradação da rede viária; a apresentação de propostas de financiamento, a pretensão da criação de novas zonas industriais, das infra-estruturas dos parques industriais que iria meter uns milhares de contos no bolso de alguns grandes empresários; a paralisação de projectos importantes para o município e há muito iniciados (parque de campismo da Madalena, pavilhões de Gulpilhares e Grijó, entre outros), enquanto se lançam outros projectos que protegem interesses privados (caso da tão falada Marina de S. Paio); a falta de medidas reais para resolver graves problemas da limpeza a par com a preocupação sistemática por parte da Câmara de, a pretexto de «limpar», destruir a propaganda política, foram aspectos da política da Câmara de V. N. de Gaia denunciados pela APU.

É projecto dos vereadores comunistas da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia continuar a dar o seu melhor na dinamização dos sectores de que são responsáveis, contribuindo sempre para uma maior democratização da Câmara e dos serviços, a transparência nos actos de gestão, a rapidez na resposta e resolução dos problemas, propondo e apoiando o que vai de encontro aos interesses dos moradores, denunciando aqueles que põem interesses particulares acima dos interesses do município e da população.

LEIA ASSINE
E DIVULGUE

REVISTA
INTERCOMUNAL

PCP

Nota do PCP sobre as relações PCP-MDP no quadro da APU

A Comissão Política do Comité Central do PCP voltou a apreciar a evolução das relações entre o PCP e o MDP no quadro da APU e, dada a importância que a matéria reveste para as forças democráticas e para a vida política nacional, resolveu tornar público o seguinte comunicado:

1. O PCP considerou, logo que delas tomou conhecimento, que as posições definidas no Encontro Nacional do MDP/CDE, de Novembro de 1986, relativamente à Aliança Povo Unido equivaliam, a não ser modificadas, a um prático rompimento da coligação.

Foi demonstrado em comunicados do Comité Central e da Comissão Política do CC do PCP que o abandono do princípio da «universalidade» por parte do MDP correspondia a entregar o futuro e a sorte da coligação às rivalidades e jogos eleitoralistas locais e proporcionaria a descaracterização do importante projecto unitário que ela tem representado, nos seus dez anos de existência, onde a par dos militantes do PCP e do MDP participam activamente numerosos democratas independentes.

2. São inaceitáveis tanto a proposta do Encontro Nacional do MDP na sua versão original, como também outras versões que se reconvertem na mesma proposta essencial e que por isso correspondem à ruptura.

Por outro lado, o PCP sempre tornou clara a grande importância que atribui à continuação da APU e a sua disposição para dialogar seriamente para alcançar esse objectivo, o que implicaria necessariamente por parte do MDP uma reconsideração da sua própria posição.

3. Neste espírito, o PCP apresentou à Direcção do MDP um conjunto de linhas fundamentais para servirem de base a um acordo visando a manutenção da APU para as Autarquias Locais.

Nesta proposta, é reafirmado o indispensável carácter universal da coligação, que deverá apresentar listas a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e ainda a todas as Assembleias de Freguesia em que pelo menos um dos partidos considere possível tal objectivo. Mas admite-se também a possibilidade de algumas excepções desde que definidas em concreto, antecipadamente e por acordo do PCP e do MDP.

As linhas propostas pelo PCP apresentam igualmente precisões nas respostas a alguns problemas suscitados designadamente quanto à forma de superar eventuais desentendimentos locais e critérios para a indicação de candidatos e a designação de mandatários.

O PCP fez saber, finalmente, que pode fazer depender a sua decisão final em relação à APU/Autarquias da concretização ou não de um acordo para as legislativas, assim como para as eleições do Parlamento Europeu, no caso destas últimas coincidirem com legislativas.

4. O PCP regista como positivo que a Comissão Política do MDP tenha manifestado a disposição de fazer nova reflexão em face deste conjunto de propostas. Seria sem dúvida de grande alcance na vida democrática nacional, a confirmação e a continuação da APU, vencendo-se assim um período de impasse e incerteza que deu trunfos aos adversários da APU, facilitou a especulação das forças reacçãoárias e não foi com certeza um bom serviço à democracia.

O PCP continua a optar por uma APU que mantenha no essencial as características que fizeram dela uma experiência unitária sem paralelo, pelo seu alcance positivo, no conjunto das forças democráticas portuguesas.

Entretanto, o PCP volta a salientar que qualquer tendência para arrastar o processo de negociações deixou de ter sentido e não poderá ser aceite pelo PCP pois a situação existente e as perspectivas de luta política, social e eleitoral exigem orientações definidas, claras, seguras e urgentes.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1987

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Terra

Encontro de Culturas da Primavera/87

Desenvolver a produção Parar a destruição da Reforma Agrária

Realizou-se ao longo da passada semana nas terras da Reforma Agrária, o Encontro de Culturas da Primavera/87. Iniciativa de grande relevância na preparação da actividade produtiva das UCP's/Cooperativas, este Encontro de Culturas teve, este ano, uma importância acrescida, pela sua forma e pelo contexto em que se realizou.

Pela sua forma já que, pela primeira vez, funcionou de forma descentralizada com plenários em Montemor, no passado dia 13, em Alcácer do Sal, no dia 20, Avis no dia 20 também, e em Beja no dia 21. Mas para além da problemática directamente em debate, este Encontro de Culturas da Primavera/87 debruçou-se sobre o ponto da situação quanto à ofensiva contra a Reforma Agrária e, em especial à preparação da Marcha para Lisboa dos trabalhadores de ZIRA no próximo dia 10 de Março.

«Desenvolver a Produção, realizar uma boa Campanha de Culturas de Primavera, fazer parar a destruição da Reforma Agrária», foi o lema do Encontro e que aliás diz bem do conteúdo das discussões.

Resultado do debate travado que, o que está em causa neste momento em relação à ofensiva contra a Reforma Agrária, não é já a entrega de reservas (quanto mais não fosse porque os prazos legais terminaram há mais de oito anos) mas antes de «acções visando pura e simplesmente a destruição completa da Reforma Agrária e a reconstituição das antigas explorações latifundiárias».

A ofensiva do governo e a luta dos trabalhadores

Aproveitando o impasse criado na Assembleia da República pelo PS e o PRD em torno da discussão na especialidade dos projectos de lei sobre a Reforma Agrária, o ministro Álvaro Barreto intensificou criminosamente as acções de espoliação de terras às UCP's/Cooperativas. Só no distrito de Évora e desde 6 de Janeiro, foram entregues «5 reservas ilegais num total de 871,5 ha e estão em curso 81 outros processos de usurpação num total de 25800 ha e 27 acções de reivindicação de propriedade com mais de 5750 ha».

Esta situação torna por isso imperiosa a mobilização de todos os trabalhadores e organizações da Reforma Agrária de forma a travar esta ofensiva do governo PSD. Para além disso os vários plenários realizados apelaram à «solidariedade e apoio activo dos órgãos do poder local, do movimento sindical e operário, das comissões de

trabalhadores, das organizações camponesas e cooperativas, dos movimentos e organizações juvenis, e partidos, forças e democratas que estão com a Reforma Agrária».

O Encontro de Culturas da Primavera/87 apela ainda à «intensificação da resistência nas herdades, nas aldeias e nas vilas em relação às entregas de terras que o MAP pretende entregar no futuro».

Ameaçada pela sanha destruidora do governo, os trabalhadores da Reforma Agrária fizeram, nestes plenários o «balanço da campanha passada e definiram orientações para o próximo período da Primavera, isto numa altura em que, como afirmou em Évora Jerónimo Mendes do Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do distrito, «não estão definidos os preços porque vai ser pago o milho, o arroz, o tomate e as restantes produções, não temos garantias de escoamento para a totalidade da produção a preços compensadores, são desconhecidas as novas especificidades técnicas impostas por Bruxelas, designadamente quanto ao arroz e ao tomate e o governo continua a recusar ilegalmente às UCP's/Cooperativas qualquer acesso a crédito de investimento e subsídios à produção».

Foi aliás conclusão do Encontro a exigência, de acordo aliás com o que determina a Constituição, de que a Reforma Agrária e as suas organizações representativas continuem representadas na Comissão do Tomate — de

onde o representante das UCP's foi recentemente afastado por ordem do Governo — na Comissão dos Cereais, além da dinamização da Comissão Técnica do Tabaco paralisada há algum tempo.

Produzir mais e melhor

Com redobrada coragem e determinação, os trabalhadores da Reforma Agrária lançam-se na preparação da campanha de 1987 de forma a que ela seja «a melhor possível».

De acordo com as dificuldades assinaladas, disse Jerónimo Mendes, «as culturas a escolher deverão ter garantias de escoamento, rendimentos unitários e preços compensadores, deverão garantir postos de trabalho e devemos dominar as respectivas técnicas culturais. Os investimentos a efectuar, nas actuais condições, deverão ser preferentemente em culturas de rápida rotação e retorno de capital. Isto é, não nos convém estar a fazer investimentos de reprodução a longo prazo face à instabilidade e insegurança reinantes.»

Planear correctamente a campanha, cumprir as indicações técnicas, dar toda a atenção à organização da unidade produtiva e escolher correctamente as culturas são as três direcções fundamentais apontadas no Encontro de Culturas de Primavera/87, direcções que se desdobram em outros tantos itens e alíneas.

Pesem embora as diferenças regionais existentes, os plenários realizados em Montemor, Alcácer do Sal, Avis e Beja, acordaram na importância a dar à cultura do milho-híbrido e do girassol de regadio, «melhorando as técnicas utilizadas com vista a aumentar o rendimento por hectare, do arroz, e do tomate, considerando-se sobre este último que devem manter-se as áreas actuais e trabalhar para uma média de rendimento mínimo de 40 toneladas por hectare, «garantindo-se o seu escoamento total, preços compensadores, pagamentos rápidos no máximo em 30 dias após a entrega, exigindo-se a nossa participação na classificação do tomate na fábrica, reclamando que a partir do momento em que os tractores ou as camionetas cheguem às portas da fábrica a responsabilidade passa para esta, exigindo a rectificação nos contratos de cláusulas prejudiciais à produção, não aceitar as imposições injustas dos grandes industriais».

Da mesma forma, concluiu-se manter as áreas de produção de tabaco, continuar a incrementar a produção de feno e silagens bem como prados e pastagens, cereais forrageiros e proteaginosas de forma a intensificar a produção pecuária, e finalmente, desde que reunidas condições de escoamento e apoio técnico, dar atenção à produção de hortícolas e hortofrutícolas.

Nacional

Morreu José Afonso

Se há homens de quem se pode dizer que jamais podem morrer, Zeca Afonso terá sido sem dúvida um deles. Da sua vida e da sua obra ressoarão, para sempre, os acordos de «Grândola, Vila Morena», que fez despertar a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974. Assim como ressoarão todas as outras canções que criou e a que deu voz, cantadas em colectividades, cooperativas, associações de estudantes e outros locais, durante a resistência ao fascismo e depois, chegada que foi a liberdade.

Nasceu em Aveiro, a 2 de Agosto de 1929, licenciado em Histórico-Filosóficas, começou a frequentar no final dos anos 40 o Orfeão Académico da Universidade de Coimbra. Casado e com filhos, devido a dificuldades económicas é obrigado a interromper o curso e dedicar-se ao ensino secundário, no fim da década de 50.

No início dos anos 60, as suas canções são escutadas pelos estudantes em luta. Entre 1964 e 1967, lecciona em Moçambique, donde é expulso pelas autoridades coloniais e, colocado no liceu de Setúbal, é afastado do ensino oficial, nesse mesmo ano.

Passa a ser alvo da repressão fascista; o seu nome é censurado nos jornais; é preso diversas vezes pela PIDE. Em 1969, 1970 e 1971, Zeca Afonso é galardoado com o Prémio da Casa da Imprensa pelo melhor disco em cada um daqueles anos.

O primeiro «single» foi gravado em 1958 — «Balada de Coimbra» e o primeiro LP, «Baladas e Canções» em 1967, e no ano seguinte o segundo LP — «Cantares de Andarilho».

A partir de 1969, seguiram-se cinco LPs, ao ritmo de um por ano: «Cantos Velhos, Rumos Novos», «Traz Outro Amigo Também», «Cantigas de Maio», «Eu Vou Ser Como a Toupeira» e «Venham Mais Cinco».

Em 28 de Março de 1974, Zeca Afonso é impedido pela PIDE/DGS de cantar, no Coliseu, o repertório que preparara. Perante uma sala cheia consegue, no entanto, cantar «Grândola», que menos de um mês depois viria a ser tocada na rádio como sinal para desencadear a Revolução.

A partir desta data realiza espectáculos um pouco por todo o País. Em 1975, grava o seu oitavo LP, «Coro dos Tribunais», e no ano seguinte o nono, «Com as Minhas Tamanquinhas»; em 1981, grava outro LP, «Fados de Coimbra».

Em 1981, surgem os primeiros sintomas da doença que o iria vitimar. Mesmo assim continua a sua actividade e ainda grava um novo disco — «Como se Fora Seu Filho» — mas o último, «Galinhas do Mato», é feito com recurso à voz de cantores amigos. Em 1985, dois espectáculos ao vivo, nos Coliseus de Lisboa e do Porto, assinalam o termo da sua actividade pública.

Numerosas Organizações do PCP enviaram à família de José Afonso mensagens de condolências. Idêntica iniciativa foi feita pelo Secretariado do Comité Central do PCP, com o seguinte telegrama:

Com a morte de José Afonso, Portugal perde um dos maiores criadores da sua música popular e um grande resistente antifascista.

Para sucessivas gerações de portugueses, José Afonso — autor de «Grândola, Vila Morena», símbolo do 25 de Abril — representará sempre a ligação indissolúvel entre a criação artística, o compromisso com o povo e o combate pela liberdade, pela justiça social, pela democracia e pelo socialismo.

O Secretariado do CC do PCP expressa a sua mulher e a toda a família sinceras e sentidas condolências.

Camaradas Falecidos

Manuel Mota Ferreira

Com 85 anos, faleceu o nosso camarada Manuel Mota Ferreira, natural de Alcanena, (distrito de Santarém), onde residia. Dedicado militante comunista, Manuel Ferreira foi a enterrar no passado dia 12, acompanhado de numerosos amigos e familiares.

Valdemiro Belo Farinha

Vítima de ataque cardíaco, faleceu recentemente o militante

comunista Valdemiro Belo Farinha, que exercia o cargo de vice-cônsul em Sidney, na Austrália. Contava 51 anos.

Miguel Faria

Também recentemente faleceu Miguel Faria, camarada muito dedicado ao Partido. Teve papel destacado na criação e dinamização da Associação de Reformados de Vila Real de Santo António, da qual foi dirigente nos últimos anos.

Raul da Conceição Martins

Natural de Lisboa, faleceu o nosso camarada Raul da Conceição Martins, de 54 anos. Militante do PCP desde 1974, fazia parte da célula da Efaced/Lisboa.

António Carlos da Silva

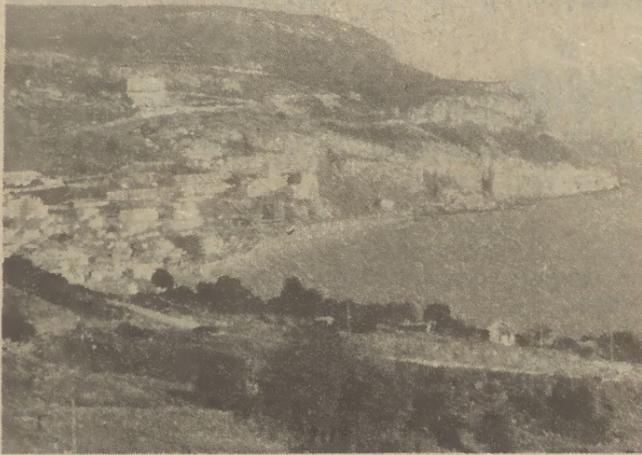
Velho militante do Partido, antigo marinheiro, faleceu recentemente António Carlos da Silva,

de 79 anos. Integrava a organização da Falagueira/Venda Nova, no concelho da Amadora. Fez parte da direcção da URPIA e da Comissão Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Falagueira.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» expressa sentidas condolências.

PCP

Iniciativa é com os comunistas!



SESIMBRA — Mais de 100 pessoas participaram no último domingo no almoço-convívio promovido pelo organismo de Pescadores do PCP de Sesimbra. Caracterizada por um ambiente de fraternidade e entusiasmo, a iniciativa juntou militantes e simpatizantes do Partido e também pescadores sem filiação partidária. O camarada **José Vitoriano**, membro da Comissão Política do PCP, falou sobre a pesca artesanal e a CEE. Sobre os problemas dos pescadores e da comunidade sesimbrense também falou o presidente do município, **Ezequiel Lino**. O convívio foi animado com as canções de Fernando Tordo.



AVEIRO — A situação social, os despedimentos, as rescisões de contrato por estranho «mútuo acordo», o encerramento de empresas, o trabalho precário, os salários em atraso, os intensos ritmos de trabalho em várias unidades industriais, a situação na lavoura e nas pescas, as lutas de massas, a acção das autarquias (rotina e ineficácia são notas constantes), a regionalização e, finalmente, o reforço do Partido são temas em foco na resolução aprovada na primeira reunião deste ano da Comissão Distrital de Aveiro do PCP, realizada no último sábado. No decorrer dos trabalhos o XVII Balanço da Organização, a campanha organizativa em curso e o orçamento distrital para este ano foram outros temas em análise.



LISBOA — Durante 10 semanas, a organização local de Lisboa do PCP levou a efeito uma campanha de fundos denominada «Grande Sorteio de Natal - cartão Renault». O prémio da última semana do sorteio (26/12/86) era um automóvel, modelo Renault 5 L. Embora com algum atraso, publicamos hoje os números sorteados, cujos prémios, entretanto, foram já entregues aos felizes contemplados. Assim, 1.º, n.º 251 (automóvel); 2.º, n.º 191 (50 mil escudos); 3.º, n.º 532 (25 mil). Na foto, o Renault 5 L, com a matrícula **DQ-38-27** a ser entregue à **D.ª Helena Silva**, junto ao CT Vitória, na Av. da Liberdade.

ALGARVE — A discussão da campanha organizativa do Algarve e a aprovação dos seus objectivos globais é o único ponto em agenda para a próxima reunião plenária da DORAL do PCP, marcada para este sábado. Entretanto, no próximo dia 5 de Março, os dois deputados do PCP eleitos pelo Algarve à AR, camaradas **Carlos Brito**, membro da C. Política do Partido, e **José Cruz**, vão realizar em Faro vários encontros com estruturas do movimento sindical unitário, a fim de fazerem um levantamento da situação laboral que se vive no distrito. Estão programados, entre outros, contactos com a **USF** e as direcções dos Sindicatos da **Hotelaria** e **Conservas**.



LEIRIA — Com a política seguida nos últimos tempos, agravada com a adesão à CEE e a correspondente subordinação dos interesses nacionais às decisões políticas e económicas tomadas em Bruxelas, estão a ficar para trás as aspirações mais sentidas do distrito e da sua população, sublinha a DORLEI do PCP, que, a propósito, refere o «arranque de milhares de pés de vinha, com a consequente diminuição do número de produtores a entregar uva na Adegas Cooperativas do Bombarral e em Alcobaca».

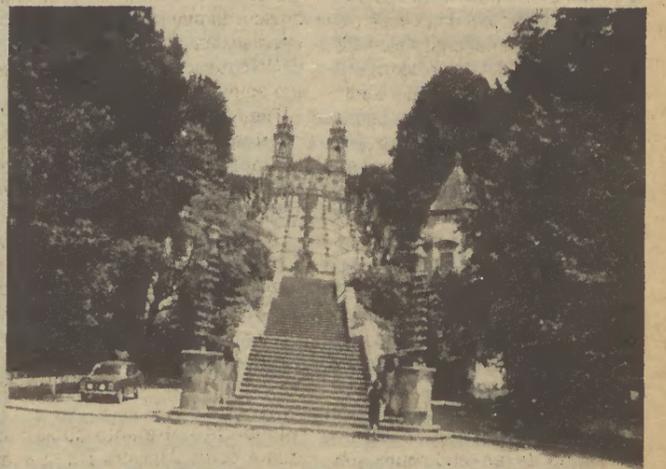
PORTALEGRE — Já chegaram ao fim as obras no Centro de Trabalho do PCP em Portalegre. Agora estão em curso os retoques para a decoração, aguardando-se com expectativa a jornada de inauguração, que reunirá ao lado dos comunistas muitos democratas sem filiação partidária e mesmo elementos de outras forças políticas que reconhecem e admiram o esforço do colectivo do PCP, o único partido com instalações próprias naquele distrito alentejano. No próximo sábado, dia 28 decorrerá, a Assembleia da organização do PCP na freguesia de Avis.



CASCAIS — Sentida aspiração dos militantes comunistas do concelho de Cascais e particularmente de **Alcabideche**, um novo CT do Partido será em breve uma realidade neste freguesia. Aí está a desenvolver trabalho uma comissão pró-Centro de **Alcabideche**, com o objectivo de recolher fundos para a compra de uma casa. Segundo nos informa aquele comissão, «foi aberta uma conta na Caixa Geral de Depósitos com o n.º 33193 - 730, onde todos os camaradas e amigos que queiram podem desde já depositar a sua contribuição». Na breve nota que fizeram chegar à nossa Redacção, os camaradas de **Alcabideche** referem que «esta campanha decorrerá a par da que está em curso para as obras do CT Vitória» (a 24 de Fevereiro, aproveitamos para informar, o total registado pela comissão de controlo financeiro da campanha dos 30 mil registava **824 093\$50**).



SEIXAL — Com a participação de cerca de 200 militantes comunistas e diversos convidados, incluindo o presidente e elementos da vereação municipal, o presidente da AM e representantes das JFs do concelho, decorreu no último sábado a 4.ª Assembleia da célula do PCP das autarquias do Seixal, iniciativa inserida nas acções preparatórias da próxima Assembleia da Organização Concelhia do Partido. No decorrer dos trabalhos foi eleito o novo secretariado da célula. A intervenção de encerramento coube ao camarada **Manuel Sobral**, do CC e da DORS.



BRAGA — Preparar a interpelação que o PCP fará na AR ao Governo sobre política laboral era o objectivo da recente visita efectuada no distrito de Braga por uma delegação do Partido constituída pelos deputados **António Mota**, **José Manuel Mendes** e **Jorge Patrício**, e ainda pelos camaradas **Armando Nogueira** e **Henrique de Sousa**, membros do CC, e **Alzira Leite** e **Mário Gregório**, da Comissão Distrital do Partido. Durante a visita a delegação teve contactos com a União dos Sindicatos de Braga e várias empresas da região (GORI, Sociedade Agrícola e Comercial do Norte, Grundig, etc.). A repressão e o trabalho negro, infantil e clandestino estiveram em foco durante os contactos e as deslocações realizadas.

PINHEL — A campanha organizativa em curso e a actual situação política e social estiveram em debate no recente plenário concelhio de militantes do Partido em Pinhel, distrito da Guarda. A realização no dia 7 de Junho da 1.ª Assembleia da Organização Concelhia consta do conjunto de objectivos e metas para este ano de 1987, aprovado no plenário, que também registou a participação do camarada **José Soeiro**, membro da Comissão Política do PCP. O recrutamento de 15 novos militantes, o melhoramento da distribuição da Imprensa do Partido e a convocação de plenários nas freguesias de **Aiverca da Beira**, **Cerejo** e **Souropires** fazem parte do plano de trabalho.



Internacional

O escândalo é a política imperialista

● «O nosso objectivo consistirá sempre em nos impormos»...

No desmalhar do Irangate, sucedem-se as referências a factos apontados como escandalosos. Os fornecimentos secretos de armas (no caso, ao Irão). As deliberadas falsificações e declarações contraditórias. A destruição de material que poderia esclarecer o que importa não ser esclarecido. E agora a confirmação do que já era sabido — que o criminoso *raid* norte-americano sobre a Líbia, em 1986, tinha como objectivo a inversão da situação política líbia.

Mas será em vão a procura de uma referência, por exemplo, ao enorme escândalo que foi a invasão e ocupação da pequena Granada. Porque foi uma acção «bem sucedida», na óptica do imperialismo? E se a aventura de comandos no Irão, ainda com Carter, em 1980, tivesse tido os resultados pretendidos pelos seus promotores? E se a Reagan tivesse sido mesmo possível inverter provisoriamente a situação líbia? Estes factos deixariam de pertencer à categoria de escândalos?

«Penso que realizámos no Irão a única acção possível — afirma o presidente Reagan, em Dezembro, em entrevista à revista "Time" — simplesmente as coisas não correram como o previsto. Mas não vejo aí nada que eu quisesse fazer de outra maneira.» São palavras muito significativas do conteúdo actual da política externa norte-americana. Que não diz respeito só ao presidente. E tão pouco apenas à actual administração.

Na verdade, parece-nos que é a própria designação de escândalo, cingindo-se ao Irangate, que de certa forma surge como enganadora. Escândalo baseia-se num desvio à regra.

Mas será esse o caso? Não é hoje todo o conjunto da política externa norte-americana um verdadeiro escândalo, uma afronta aos direitos dos povos a construir, nas condições dadas, o seu próprio processo nacional de desenvolvimento, um desafio ao direito de todos nós à simples sobrevivência?

Os factos

Abril de 86. As duas da madrugada, as cidades líbias de Trípoli e Benghazi são violentamente despertadas por bombardeamentos. Após um longo período de provocações — e claro está, em nome da luta «anti-terrorista» os Estados Unidos realizam um mortífero *raid* aéreo contra o povo líbio. Com a cumplicidade de aliados. 18 bombardeiros F-111, ponta de lança da força aérea americana estacionada na Grã-Bretanha, descolam das suas bases a norte de Londres. Um total de 66 aparelhos norte-americanos participaram na agressão à Líbia. O saldo foi de dezenas de mortos. Depois

do ataque, as emissões em língua árabe da rádio norte-americana apelava aos líbios a sublevarem-se contra Kadhafi.

Este foi um ponto alto da política de provocação, de verdadeiro terrorismo de Estado, praticada por Washington. Que a todos nós fez correr o risco imenso de um brusco agravamento da situação internacional.

No entanto, trata-se apenas de um entre muitos episódios.

Data de há bem poucos dias a enorme concentração de forças militares no Mediterrâneo, para referirmos um exemplo bem actual.

A política imperial dos EUA não é propriamente uma novidade. Os tempos passados do monopólio nuclear, com os crimes de Hiroshima e Nagasaki e a chantagem nuclear arvorada em política de Estado, bem testemunham desse facto.

Importa entretanto sublinhar que é outro o quadro em que tal política se desenvolve hoje — tornando-se crescentemente irrealista e crescentemente perigosa. A que há que somar ainda o seu agravamento, em particular desde o início da década de 80.

É assim que se sucedem as provocações militares ou doutras directas e indirectas.

Em 1980, ainda com Carter, concretiza-se a — fracassada — operação de comandos contra o Irão. Em 1981, o derrube de dois aviões de combate líbios no Golfo de Sidra. Em 1982, a intervenção dos «marines» norte-americanos no Líbano, posteriormente obrigados a sair por força da resistência patriótica libanesa, que tornou impossível a permanência de soldados norte-americanos no país. Em 1983, um país independente é invadido e ocupado — Granada.

De par destas operações — com carácter directamente armado — outras se desenvolvem, inseridas na mesma política.

Em 1 de Setembro de 1983, um avião civil da KAL participa numa acção de espionagem, gorada, sobre território soviético. Crime de que resultam mais de duas centenas de mortos, e que só mais tarde foi possível desmascarar a fundo, tendo entretanto servido para uma intensa campanha propagandística contra a URSS. Agora é mesmo a imprensa ligada ao patronato da Coreia do Sul que afirma que a KAL trabalha para o Pentágono desde 1976.

Um exemplo, entre outros, da componente secreta da política externa norte-americana. A que muitos haveria que juntar.

Cingimo-nos a mais outro facto, a destacar.

Para tais operações, o Congresso norte-americano concede anualmente à CIA, mais de 500 milhões de dólares, verba que, de acordo com o «Internacional Herald Tribune», é «mais do que em qualquer outro momento desde a guerra do Vietnam».

Para que servem os 500 milhões de dólares? Para exemplo — para financiar os «contras», ou outras operações, como a minagem das águas da Nicarágua. Ou ainda para manter viva a guerra que no Afeganistão atinge todas as famílias. Para semear a morte impedindo a estabilidade e o progresso em Angola e Moçambique nos últimos cinco anos morreram, vítimas de tal política, 140 mil crianças angolanas e moçambicanas.

Os objectivos e os métodos

Nas palavras de Reagan, é de «cruzada» que se trata. «Cruzada» contra o «império do mal».

Passe o ridículo das expressões utilizadas, com sabor medieval — o objectivo é recuo histórico. Atacar o socialismo, onde possível. Impedir desenvolvimentos progressivos em países que de há pouco abriram o caminho a essa via, e que em geral defrontam muitos problemas e dificuldades. Preservar os interesses do capital por toda a parte. Interesses políticos, estratégicos, económicos.

No que respeita aos caminhos a seguir, nenhuma limitação é considerada.

Citamos Shultz, em conferência teórica sobre a condução das «pequenas guerras» — «o nosso objectivo consistirá sempre em nos impormos. Por vezes, como no caso de Granada, o êxito tomará a forma de um triunfo militar total. Em outros casos, o êxito consistirá em impedir que o inimigo triunfe para tornar possível soluções políticas».

O actual director-chefe da Comunicação Social da Casa Branca não é menos claro — «o problema não consiste em ter ou não ter sido violada a letra da Lei. Consiste, isso sim, em saber se conseguimos ou não sustentar o comunismo na América Central».

A prática está à altura da «teoria». E se no plano internacional a política da Casa Branca é uma ofensa aos mais elementares direitos dos povos, no plano interno trata-se de uma ostensiva violação das próprias leis democráticas do país, um total desrespeito pelos direitos do povo norte-americano.

As estruturas em que a política externa dos EUA é planeada, em termos práticos, são completamente alheias aos órgãos de poder enquanto total. As operações secretas são definidas numa estrutura paralela — o «Comité 208». A «Heritage Foundation», organização de extrema-direita,



Um menino da Nicarágua. 14 anos. Com armas na mão. Um exemplo entre muitos do que representa para os povos do mundo a política externa norte-americana

com carácter privado, elabora um plano de acção para os dois últimos anos do mandato de Reagan.

É o «Washington Post» que afirma nas suas páginas: «A política externa é programada e realizada fora das instituições comuns, especialmente destinadas

a este objectivo.»

Assim se conjugam — harmoniosamente — duas faces da mesma moeda: uma política externa de violação da vontade e direitos mais elementares dos povos; uma política interna que não respeita direitos democráticos básicos.

Conferência na América Latina

No passado fim-de-semana realizou-se em Lima, capital do Peru, a 11.ª conferência dos partidos políticos latino-americanos. Entre os 40 partidos participantes, estão representados a Frente Sandinista da Nicarágua e o Partido Comunista de Cuba. O tema desta conferência foi «Pela paz e o desenvolvimento».

No final da Conferência foi aprovada, por unanimidade, a «Declaração de Lima». Nela se manifesta a determinação dos participantes em lutar pela consolidação da independência política e económica, pela solidariedade e a autodeterminação dos povos da América Latina e das Antilhas, contra a ingerência norte-americana nos assuntos internos dos países da região.

Polónia, debate no POUP

Está a decorrer na Polónia um amplo debate entre os 2,1 milhões de membros e candidatos do Partido Operário Unificado Polaco (POUP) sobre o fortalecimento do papel das organizações de base na vida social, política e económica do país.

O debate é uma componente essencial da preparação de um plenário do Comité Central exclusivamente dedicado ao fortalecimento da actividade das 94 mil organizações de base do POUP. No 10.º Congresso do Partido tinha sido salientado a necessidade de prestar grande atenção às bases, no sentido de melhorar o trabalho geral dos comunistas, de que depende, em última análise, a capacidade do partido de concretizar o seu programa.

Recentemente o Bureau Político realçou que o fortalecimento das organizações de base tem de ser acompanhado pelo «fortalecimento da consciência de cada membro do partido da sua responsabilidade pessoal pelo trabalho na própria empresa e na organização do partido».

Propostas apresentadas em Viena

Desde 4 de Novembro de 86, decorre em Viena o encontro dos países da Europa, Estados Unidos e Canadá da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa — devendo os trabalhos prolongar-se até 31 de Julho.

Até à data foram apresentadas, pelas delegações presentes, 85 propostas, abrangendo as diferentes questões: segurança, limitação de armamentos e desarmamento; cooperação económica; cooperação em questões humanitárias.

De sublinhar que, até agora, só os países socialistas fizeram propostas no que respeita à segurança e desarmamento.

A Polónia avançou a ideia de dar à Conferência de Estocolmo o mandato para negociar sobre a limitação das forças armadas e armamentos convencionais no continente europeu. A RDA propôs que seja formulada a exigência colectiva — aos EUA e à URSS — da continuação das negociações sobre o desarmamento nuclear, o cumprimento dos acordos ABM e Salt-2 e a interdição de alargar ao Espaço a corrida aos armamentos.

No que respeita à cooperação económica e humanitária, foram tomadas iniciativas como o convite soviético para um encontro em Moscovo sobre questões humanitárias, um debate na RFA sobre cooperação económica.

Solidariedade

O secretariado do CC do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Libanês um telegrama de solidariedade por ocasião da morte de Hussein Morrova, dirigente daquele partido. Na mensagem, o CC do PCP condena o assassinato do camarada Morrova, membro do CC do PCL e prestigiado intelectual do Líbano e do mundo árabe, reafirmando a solidariedade do PCP para com a corajosa luta do PCL, assim como do PSPL e outras forças consequentemente patrióticas e progressistas libanesas que lutam pela unidade, integridade territorial e a democratização do Líbano.

Internacional

Colômbia

Luta contra o fascismo

O povo colombiano vive no momento actual uma situação dramática que a não ser prontamente invertida poderá frustrar os seus legítimos anseios de mudanças democráticas e de melhores condições de vida e de trabalho. Uma situação que tem no aumento da violência e do militarismo, cujo alvo preferencial são os comunistas e outros democratas, a sua maior expressão. Segundo o Partido Comunista Colombiano, que apelou à comunidade internacional para transformar o dia de hoje, 26 de Fevereiro, num dia de solidariedade para como a luta pela democracia na Colômbia, está em marcha no país uma conjura de carácter fascista cujo objectivo é impedir o avanço da política de abertura e paz preconizadas pelas forças democráticas, domínio em que nos últimos anos se conseguiram inegáveis avanços.

Como se sublinha, tal conjura traduz-se em acções concretas de eliminação física de dirigentes e militantes revolucionários da esquerda e de dirigentes populares, incluindo membros do Comité Central do PCC e parlamentares, deputados e conselheiros da União Patriótica (UP).

Tais acções ocorrem numa situação de aguda crise política e social, que tende a agravar-se face à incapacidade das classes dominantes em encontrar soluções viáveis para os grandes problemas do país: aumento do desemprego (12 a 13 por cento da população activa), carestia de vida, domínio dos monopólios e penetração dos capitais estrangeiros, aumento da criminalidade e da corrupção.

Paralelamente, os comunistas assinalam o ascenso da mafia dos narcotraficantes, que impõe de forma sangrenta a sua vonta-

de, assassinando ministros, magistrados, juizes e jornalistas, com a mais total impunidade.

Todos estes factores, segundo o PCC, testemunham a degradação crescente do bipartidarismo existente no país, que desde há décadas permite a partilha do poder pelos partidos tradicionais (liberal e conservador), sem nunca se libertar da tutela militar.

Foi justamente a prepotente ingerência do militarismo nas decisões do Estado, que levou o PCC a apelar para uma ampla convergência das forças democráticas, capaz de deter o rumo fascizante da «democracia restringida» em vigor na Colômbia. O Apelo foi ouvido por diversos sectores, que se pronunciaram a favor de uma saída pacífica para a crise política e pela necessidade do diálogo e da amnistia geral para movimentos guerrilheiros existentes no país.

O antigo presidente colombiano, Belisário Betancur, respondeu positivamente àquelas aspirações democráticas, pondo em prática uma série de iniciativas que resultaram, em 1984, na assinatura de acordos de tréguas com os principais movimentos armados (as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o M-19 e o Exército Popular de Libertação).

Importa salientar que os referidos acordos não implicavam a entrega de armas nem a desmobilização dos ditos movimentos, que não foram vencidos nem política nem militarmente; os acordos comprometiam no entanto o governo de Betancur a levar a cabo uma série de reformas urgentes e de fundo para desmontar o carácter bipartidário paritário do regime e dar possibilidades de intervenção política a outras forças, dar garantias à oposição de que não seria alvo da repressão militarista, lançar as bases para uma reforma agrária democrática, criar condições para a melhoria do nível de vida da população, entre outros aspectos.

Com o desenvolvimento desta política previa-se a passagem do movimento armado a outras formas de luta concordantes com as condições de abertura e de paz democráticas que fossem criadas.

E importante a solidariedade

Como se salienta num documento recente do PCC, o clima

político criado por tais acordos permitiu alcançar importantes vitórias democráticas. A trégua prestigiou o movimento guerrilheiro e projectou-o com maior peso no cenário político nacional. Surgiu em 1985, por iniciativa das FARC, um novo movimento político, a União Patriótica, de que faz parte o Partido Comunista, que nas eleições de Março de 1986 elegeu cinco senadores e nove representantes, entre titulares e suplentes. Em 1986 foi criada a Central Unitária de Trabalhadores (CUT), que aglutina cerca de 80 por cento da classe operária organizada do país.

Para os comunistas colombianos, o presidente Betancur não soube nem quis ser inteiramente consequente com as propostas políticas que havia incluído na sua plataforma de governo; a nível interno, acabou por conciliar com os sectores mais obscuros do militarismo, que desde o início se opuseram à política de tréguas e de paz, levando a cabo toda a espécie de provocações e desencadeando uma criminosa «guerra suja» que se salda já por um considerável número de vítimas.

As forças reacçãoárias colombianas pretendem apresentar esses crimes como acções dos narcotraficantes ou como supostos «ajustes de contas» entre organizações revolucionárias. Pretende-se desta forma esconder o crime político, a provocação ter-



Alto a la violencia militarista en Colombia

Jornada Internacional de Solidaridad 26 de febrero 1987

Partido Comunista Colombiano

rorista e os métodos fascistas que visam degradar ainda mais a situação na Colômbia, enfraquecer as forças democráticas, generalizar o terror e obrigar o governo (actualmente presidido por Virgílio Barco), a ceder totalmente às exigências dos sectores militares mais reacçãoários apoiados pelo imperialismo norte-americano.

A política de Barco tem vindo a favorecer estes planos, não obstante o novo presidente colombiano ter ratificado formalmente os acordos de tréguas com os guerrilheiros.

Os comunistas e outros democratas colombianos têm vindo a ser alvo dos mais bárbaros crimes; como sempre, são os primeiros visados, mas não serão certamente os últimos se nada for feito para o impedir. Apoiar a luta de massas na Colômbia é um dever de todos os democratas.

«A CENTRAL TEJO, das CRGE, em Lisboa, tem estado a trabalhar de dia e de noite. Na madrugada de 28 de Dezembro os 50 carregadores de carvão e cinzas foram surpreendidos na sua dura faina por uma chuva gelada e resolveram unanimemente parar o trabalho. O tempo passava, as caldeiras começavam a ir-se abaixo, mas os carregadores recusavam-se a pôr em risco a sua saúde. Foi só então que os dirigentes viram bem a falta que lhes fazem estes modestos trabalhadores que ganham 30\$00 por um serviço extenuante: houve correrias, telefonemas, e um engenheiro levantou-se da cama para vir pedir aos carregadores que voltassem ao trabalho, mas estes responderam firmemente: «Debaixo de chuva não trabalhamos!». Alguém se lembrou então de que havia, arrecadados, dezenas de fatos de oleado, muitos já estragados por falta de uso! Envergando os fatos os valentes trabalhadores retomaram o trabalho, após duas horas de paralisação.»

«Debaixo de chuva não trabalharemos» — **Avante!**, VI série, n.º 228, primeira quinzena de Fevereiro de 1957)



«As valentes camponesas de BENCATEL começaram a trabalhar na apanha da azeitona sem jorna estabelecida. Os agrários pagaram 8\$00, 9\$00 e 10\$00 na primeira e na segunda semana. No começo da terceira semana **mais de 600 mulheres** resolveram pedir 12\$00. Os agrários recusaram-se a dá-lo. **Então as camponesas puseram-se em greve.** E, numa forma organizada, caminharam para a vitória: formaram piquetes de mulheres que à saída das ruas da localidade tinham por missão impedir que outras camponesas aceitassem os 10\$00. Chegaram mesmo a formar cordões na estrada para impedir que uma camioneta com 20 mulheres contratadas por um agrário a 10\$00 avançasse e conversaram com as suas companheiras, que abandonaram todas a camioneta. O agrário teve que dar os 12\$00. O mesmo teve que fazer outro agrário António Simões que, quando as camponesas lhe foram pedir 12\$00 respondeu: «Só 12 tiros!»»

«Mais de 600 camponesas fizeram greve» — **Avante!**, VI série, n.º 228, primeira quinzena de Fevereiro de 1957)



«À medida que se agrava a crise que há-se conduzindo o regime à sua derrota total, mais se refinam e aumentam as medidas repressivas e as violências contra as forças democráticas e em especial contra os comunistas.

Se outros meios não houvesse por onde avaliar a acção repressiva, bastaria reparar na actividade dos Tribunais Plenários durante o ano de 1964.

Nos 3 Tribunais Plenários em funcionamento conseguimos assinalar em 1964, 33 julgamentos.

Nestes foram julgados 285 pessoas, sendo 74 de entre elas condenadas a prisão maior num total de 169 anos! 161 pessoas foram condenadas a penas de prisão correcional que somam um total de 208 anos!

Aos 74 presos condenados a prisão maior e a mais 6 condenados a pena correcional foram aplicadas as famigeradas Medidas de Segurança; isto significa que mais de 80 pessoas foram condenadas, no mínimo de mais de 3 anos cada uma, ou seja, mais 240 anos, o que quer dizer que os Tribunais políticos de Salazar, onde se condena com provas ou sem elas, preferiram sentenças em 1964 que prefazem mais de 6 séculos de cadeia!»

«A repressão não salvará o regime» — **Avante!**, VI série, n.º 351, Fevereiro de 1965)

África do Sul

Tortura e morte nas prisões racistas

Mais de cem pessoas foram executadas na África do Sul durante o ano passado, revelou a Amnistia Internacional na sessão anual da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em Genebra.

Segundo o relatório da Amnistia, **as violações de direitos humanos na África do Sul continuaram e aumentaram** (em 1986) **virtualmente a um nível sem precedentes**, o que em parte se deve ao facto das autoridades racistas terem aprovado uma série de novos regulamentos que imunizam as forças de segurança sul-africanas. Tal situação, afirma-se no relatório, confere efectivamente a todos os membros das forças de segurança imunidade antecipada contra processos judiciais por todos os actos que possam cometer «de boa fé», relacionados com o uso dos poderes de emergência.

Importa recordar que desde a imposição do estado de emergência, em Junho do ano passado, foram presas milhares de pessoas, embora se desconheça o seu número exacto. O governo racista chegou a admitir a prisão de 13 500 pessoas, por um período superior a um mês, mas as organizações anti-apartheid afirmam que esse número é muito superior.

Tudo aponta para que assim seja, de facto, já que o próprio ministro da Lei e da Ordem, Adrian Vlok, disse recentemente que o governo não revelará o número de pessoas presas ao abrigo da lei de segurança nacional, por

considerar que tal revelação «não servia o interesse nacional» e que os «números poderiam ser manipulados por inimigos». O ministro recusou-se ainda a prestar esclarecimentos sobre a detenção de crianças, tema que está a provocar os mais vivos protestos, tanto na África do Sul como internacionalmente.

O silêncio a que se remete o regime de Pretória e o silêncio forçado dos órgãos de comunicação social, através da censura, não têm no entanto impedido a divulgação dos crimes do apartheid, designadamente contra crianças negras. Um relatório divulgado a semana passada pelo Comité de

Apoio aos Pais dos Presos sul-africanos acusa os racistas de torturarem os presos, em particular as crianças, utilizando gases lacrimogéneos e electro-choques para os forçar a denunciar outras pessoas ou a assumirem a responsabilidade de crimes que não cometeram, de forma a conferir uma base «legal» para as prisões.

As denúncias sobre as torturas assumiram tais proporções que o Supremo Tribunal do Rand ordenou que os funcionários da penitenciária local limitassem «o recurso à violência», facto que constitui o reconhecimento implícito das acusações feitas pelos movimentos anti-apartheid. Não menos revelador é o facto de, perante a acusação de estarem presas sem julgamento nem culpa formada mais de quinhentas crianças e adolescentes, com idades, entre os 10 e os 18 anos, o ministro da Lei e da Ordem ter afirmado que «é melhor colocar crianças na cadeia do que permitir que participem em desordens nos subúrbios».

Um exemplo esclarecedor do que o regime de Botha entende por «pacificação» interna.

De salientar que, apesar da dura censura a que está submeti-

da a imprensa sul-africana, o jornal «The Star», de Joanesburgo, denunciou as torturas de que são vítimas os presos e exigiu a instauração de um inquérito oficial sobre os casos de «tratamento selvático dos presos». Uma tomada de posição que não pode ser desligada das próprias contradições internas do regime, cada vez mais agudas.

Entretanto, nas Nações Unidas, os países africanos continuam a pressionar o Conselho de Segurança para que aplique sanções económicas obrigatórias contra a África do Sul, estando prevista para breve a apresentação de uma resolução nesse sentido subscrita por 51 Estados do continente.

Também a Comissão especial da ONU contra o apartheid exortou o Conselho de Segurança a tomar medidas concretas para o isolamento de Pretória, o que, como sublinhou há dias o respectivo presidente, só ainda não se conseguiu porque os aliados do regime racista continuam a apoiá-lo. Foi de resto o reconhecimento deste facto que levou aquela Comissão a desmascarar o carácter demagógico das posições assumidas até à data pelos EUA e pela Grã-Bretanha em relação à África do Sul: o chamado «engajamento construtivo» que na prática funciona como o balão de oxigénio de que o apartheid necessita para continuar a existir.



edições
Avante!

Rodney Arismendi

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

Em Foco

Avante!

Ano 56 — Série VII

N.º 687

26 de Fevereiro de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Avante!

entrevista
o camarada



Nikolai Sliunkov

«Que cada um se sintá como dono no seu local de trabalho». Uma questão hoje no centro de imenso trabalho de reestruturação em curso na URSS. Questão só possível de se colocar em socialismo, onde a propriedade de há muito é do povo. E que traz consigo o sublinhar do «factor humano», a importância do aprofundamento da democracia.

Um dos elementos da reestruturação. E que aqui sublinhamos à cabeça, também porque o camarada Nikolai Sliunkov, membro suplente do Politburo e secretário do Comité Central do PCUS, com quem tivemos um vivo diálogo, reflecte no próprio contacto connosco, esse sentimento de «dono» em relação ao seu país, aos problemas, aos êxitos, às imensas tarefas que o povo soviético — uma vez mais — tem entre mãos.

Dada a escassez de tempo que marcou a visita da delegação soviética, realizada a convite do PCP (os nossos «irmãos de classe», como sublinha Sliunkov num primeiro contacto com a imprensa, no aeroporto), a entrevista que aqui reproduzimos foi elaborada e respondida por escrito.

O encontro havido acrescentou entretanto à entrevista mais algumas ideias. E ainda a imagem de vibração e empenhamento do nosso entrevistado, que bem se liga ao salto revolucionário que hoje se vive na URSS, como uma «necessidade objectiva» do próprio desenvolvimento do socialismo.

Este um facto realçado na nossa conversa com Sliunkov, e que importa sublinhar. A reestruturação não é uma iniciativa subjectiva, de um grupo. É «uma necessidade objectiva no momento actual do desenvolvimento da sociedade socialista».

Mas a necessidade de avanço está indissoluvelmente ligada ao que foi feito — e foi muito — nestes 70 anos. E ainda aos erros e atrasos. «No trabalho criativo também se erra». Os grandes êxitos alcançados levaram em período recente a sentimentos de auto-suficiência. Mas não só. A URSS viveu guerras sucessivas, entremeadas de períodos de reconstrução. Da intervenção externa à Segunda Guerra Mundial, aos imperativos impostos pela guerra-fria. Uma realidade que muitas vezes acarreta consigo a necessidade de tomada de decisões individuais. Favorecendo um estilo administrativo, em que uns se habituam a mandar e outros a ficar de fora da responsabilidade de decidir e resolver problemas.

É tudo isto que o PCUS tomou a iniciativa de corrigir. Com a verdade como método de acção. Apostando decididamente no progresso em todos os planos da vida socio-económica, política, da própria mentalidade. Em com o reforço da democracia.

Reforço da democracia em todas as esferas. Democracia para que a criação de massas passe decididamente a primeiro plano. Mais democracia, também, porque «pelo seu carácter, o socialismo é o regime mais democrático» ■

● «Os soviéticos apoiam, desenvolvem e fazem avançar a reestruturação principalmente com actos. Prova disso são os resultados do trabalho feito no ano passado»

● «Trata-se de reforçar e desenvolver o sistema político nascido com o Grande Outubro, de dar-lhe um carácter de verdadeiro democratismo, para que as formas de organização democrática da nossa sociedade correspondam às exigências do tempo, à essência do regime socialista»



Avante!

entrevista
o camarada

**Nikolai
Sliunkov**



P. — No Plenário de Janeiro do CC do PCUS foi feito um balanço político geral dos resultados da realização do rumo estratégico que visa acelerar o desenvolvimento socioeconómico da URSS. Qual é a atitude do povo soviético face a ele?



R. — A esta pergunta pode dar-se apenas uma resposta. A linha do partido rumo à aceleração do desenvolvimento da nossa sociedade recebeu o apoio unânime dos trabalhadores soviéticos. Prova disto são a actividade política e social crescentes e o entusiasmo laboral de todas as camadas da população.

As decisões do Plenário são agora amplamente discutidas nas organizações do partido, nas colectividades laborais. Nas reuniões do partido e operárias nas cartas que chegam ao CC do PCUS, às redacções dos jornais, à televisão e rádio manifesta-se a convicção de que a reestruturação é uma obra necessária e real. Os comunistas, o povo soviético compreendem que para levá-la até ao fim é preciso trabalhar mesmo muito. Os trabalhadores, aprovando a linha do partido à aceleração, apelam ao CC do PCUS para que avance com ousadia pela via que o Congresso apontou.

Claro que os processos da reestruturação são complexos e difíceis. É indispensável quebrar os estereótipos na maneira de pensar, de agir, que se formaram nos anos passados, mudar o estilo e os métodos de trabalho, os hábitos e os pontos de vista caducos, abandonar as atitudes conservadoras, quebrar tudo o que impediu o desenvolvimento dinâmico da economia e da cultura do país, o que não permitiu utilizar completamente todas as vantagens do sistema socialista.

Praticamente não há adversários da reestruturação, nem no partido nem no país.

Claro que damos os primeiros passos na via da reestruturação. Eles são palpáveis, mas não nos satisfazem.

As atitudes para com a solução de muitos problemas foram assinaladas nos materiais do Plenário de Abril de 1985 do CC, do XXVII Congresso do PCUS. Já então vimos as causas das deficiências, analisámos os nossos erros.

Muita coisa surgiu já durante o processo de reestruturação, e disto falou-se com toda a sinceridade no Plenário de Janeiro do CC do PCUS. Este analisou os primeiros resultados da reestruturação, examinou uma alavanca do nosso avanço tão importante

como a política de quadros, que corresponde às exigências actuais.

Os soviéticos apoiam, desenvolvem e fazem avançar a reestruturação principalmente com actos. Prova disto são os resultados do trabalho feito no ano passado.

O rendimento nacional aumentou 4,1%, contra os 3,9% estabelecidos no plano e o crescimento anual médio de 3,6% no décimo primeiro quinquénio. O crescimento da produção industrial foi de 4,9%, 1/3 mais do que o crescimento anual médio no décimo primeiro quinquénio. A produtividade do trabalho foi superior à que estava prevista.

A produção de cereais aumentou quase 30 milhões de toneladas, ou 17% em comparação com os índices anuais médios do passado quinquénio.

Está a ser realizado com êxito o programa social apontado pelo XXVII Congresso do PCUS. Foram construídos mais 5,2 milhões de metros quadrados de habitações do que em 1985. 10 milhões de pessoas receberam novos apartamentos confortáveis. Foram construídos mais do que nunca jardins de infância e creches, escolas, policlínicas, hospitais, estabelecimentos culturais e de serviços.

P. — Na sua intervenção no Plenário do CC, o camarada M.S. Gorbachov sublinhou que chegou a hora de elaborar actos jurídicos que garantam o máximo de abertura na actividade dos órgãos administrativos e das organizações sociais, dando aos trabalhadores possibilidades reais de manifestar os seus pontos de vista. De que actos jurídicos se trata?



R. — Devo dizer que a decisão de pôr toda uma série de actos legislati-

vos em conformidade com a nova situação foi tomada pelo XXVII Congresso do nosso partido. Este processo já começou. Muitos actos legislativos dizem precisamente respeito às questões do aprofundamento da democratização da nossa sociedade e o alargamento da informação. Concretamente, trata-se dos seguintes documentos.

Já foi publicado o projecto de Lei sobre a Empresa Estatal que encerra muitas disposições que alargam consideravelmente os direitos reais dos colectivos de trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito às questões da actividade produtiva, política de quadros, assuntos sociais. Ele prevê a elegibilidade e a prestação de contas pelos dirigentes de empresas, secções, etc. Todos estes processos decorrerão numa atmosfera de abertura política e democrática.

No Plenário de Janeiro sublinhou-se que o princípio de elegibilidade dos dirigentes das empresas torna-se-á fundamental.

Prevê-se a elaboração de uma lei sobre a ordem de discussão e votação, por todo o povo, das grandes questões da vida do país assim como da discussão, pela população, dos projectos de resoluções dos Sovietes Locais, da Lei da URSS sobre a Imprensa e a Informação, de actos normativos sobre o aumento da importância das reuniões de operários e funcionários, o alargamento do círculo de questões para as quais as decisões dos colectivos de trabalhadores são definitivas.

Elaboram-se também actos normativos sobre o alargamento do círculo de questões em cuja resolução é obrigatória a participação de organizações sociais, actos normativos que determinam as relações entre as organizações de serviços e os clientes, e muitos outros.

Dentro de alguns dias, em 24 de Fevereiro, começará em Moscovo o XXVIII Congresso Ordinário dos Sindicatos da URSS, que aprovará nomeadamente os novos Estatutos dos sindicatos. As alterações previstas dos Estatutos visam elevar o papel das organizações de massas dos trabalhadores, o que amplia ainda mais as possibilidades de os trabalhadores manifestarem o seu ponto de vista.

A essência das mudanças consiste no reforço dos laços dos órgãos sindicais eleitos com as massas, na maior difusão da sua actividade.

O dirigente sindical deve estar no seio das massas, o seu trabalho deve

encontrar-se sob o controlo permanente das bases. Por isso, os membros dos comités e dos conselhos dos sindicatos deverão, como está previsto nos novos Estatutos, prestar regularmente contas perante os membros dos sindicatos nas reuniões e conferências de base.

Além disso, se a organização sindical de base, onde está inscrito o dirigente sindical que não justificou a confiança, exigir, ele pode ser expulso do comité ou do conselho sindical superior.

A própria reunião sindical na brigada, na secção, na oficina, na produção vai decidir como realizar a eleição do dirigente sindical ou dos delegados ao comité sindical: por votação secreta ou aberta.

Está a ser realizado um grande trabalho a fim de reforçar a legalidade e a ordem. Foi preparado e será brevemente posto à discussão o projecto de lei sobre a forma como recorrer a tribunal de acções ilegais de funcionários públicos que afectem os interesses do cidadão.

Estão a ser elaborados actos legislativos que visam o reforço do papel dos tribunais, a rigorosa observação dos princípios de independência dos juizes, o aperfeiçoamento do trabalho dos ór-

P. — Quais os aspectos fundamentais da democratização hoje em curso na URSS a nível de Estado, de partido e da sociedade soviética em geral?



R. — A reestruturação é impossível sem o desenvolvimento do processo de democratização. V.I. Lênine disse: «Só há uma via para o socialismo, a do democratismo, a da luta política».

A democratização de todas as esferas da nossa vida é a garantia de que

«A opinião pública mundial vê que os planos de envergadura com vista a acelerar o desenvolvimento socioeconómico da sociedade soviética estão indissolivelmente ligados à política externa pacífica do nosso país. Deste modo, são criadas premissas favoráveis para resistir ainda mais activamente ao anti-sovietismo, ao anticomunismo sob todas as formas.»

★

«No que diz respeito à capacidade defensiva do nosso país, foi e é mantido o nível necessário para garantir os interesses vitais e a segurança do nosso País e dos nossos aliados. Não procuramos a superioridade militar, mas não permitiremos que alguém a alcance.»

gãos de instrução, de todas as vias e meios que garantam os direitos e liberdades dos cidadãos, preparam-se actos normativos sobre o aumento dos direitos do advogado de defesa na instrução prévia.

Prevê-se a elaboração de uma nova legislação penal que defenderá de forma mais eficaz os interesses e os direitos dos cidadãos, reforçará a disciplina e a ordem legal.

Estão igualmente a ser preparados outros projectos de lei. Estes devem garantir o máximo de abertura na actividade das organizações estatais e sociais, dar aos trabalhadores a possibilidade real de manifestar a sua opinião sobre toda e qualquer questão da vida social.

não serão cometidos os erros que tiveram lugar no passado.

O Plenário de Janeiro do CC não só discutiu profundamente os problemas do desenvolvimento multilateral da democracia socialista no nosso país, como apontou também as vias concretas para resolver estas tarefas, nomeadamente e em primeiro lugar na actividade no seio do partido.

Sem o desenvolvimento da democracia não poderão ser resolvidos os problemas que se põem perante a nossa sociedade. Hoje são já insuficientes as formas e os métodos de concretização do poder do povo próprios das anteriores etapas do desenvolvimento do país, quando, frequentemente, o princípio da centralização e da direcção por

«O plenário do Comité Central do PCUS de Janeiro não só discutiu profundamente os problemas do desenvolvimento multilateral da democracia socialista no nosso País, como apontou também as vias concretas para resolver estas tarefas, nomeadamente e em primeiro lugar na actividade no seio do Partido.»

★

«A nossa moratória de suspensão dos ensaios nucleares não foi em vão. Mostrou que é possível renunciar aos ensaios, basta apenas vontade política para isto. Estaremos prontos a restabelecer a moratória se os americanos suspenderem os seus ensaios nucleares.»

força das circunstâncias, predominava sobre o democrático. A autêntica democracia não é apenas uma palavra de ordem, mas a essência da reestruturação.

É evidente que a profunda reestruturação neste campo não significa a destruição do nosso sistema político nascido com o Grande Outubro. Pelo contrário, trata-se de reforçar e desenvolver este sistema, de dar-lhe um carácter de verdadeiro democratismo, para que as formas de organização democrática da nossa sociedade correspondam às exigências do tempo, à essência do regime socialista.

No Plenário de Janeiro foi apontada a tarefa de democratização do nosso sistema eleitoral. Este não deve ficar à margem da reestruturação, dos novos processos que se desenvolvem na sociedade. O projecto do respectivo acto legislativo vai ser publicado e discutido por todo o povo.

No Plenário falou-se da necessidade do aperfeiçoamento do sistema de eleição dos dirigentes do partido. Devo assinalar que, frequentemente, no Ocidente interpretam incorrectamente esta disposição. Apresentam as coisas como se não houvesse no nosso país votação secreta na eleição dos dirigentes do partido. Isto é incorrecto. Todos os comités do partido, da cúpula à base, da organização de partido de base até ao Comité Central, são eleitos por votação secreta.

Agora os secretários das organizações do partido serão eleitos, pelos seus comités, por votação secreta, será posto à discussão um número maior de candidaturas, etc. Claro que semelhante ordem aumentará seriamente a responsabilidade dos secretários perante os comités do partido que os elegeram.

Um exemplo real. Há pouco tempo, no dia 6 de Fevereiro, o primeiro secretário foi eleito em escrutínio secreto no plenário do comité distrital do partido. Isto aconteceu no comité Distrital de Ijmorsk do partido da região de Kemerovo (Sibéria Ocidental). Foram postas à discussão duas candidaturas — a do presidente do comité executivo distrital e a do presidente de um dos kolkhozes do distrito. Pôde-se propor mais candidaturas.

Eleições semelhantes já se realizaram noutras organizações do partido.

Diferentes formas de democratização reflectem-se também na actividade das organizações sociais de massas.

Há pouco tempo decorreram conferências de organizações da intelectuali-

dade, tão importantes como a da União dos Escritores, da União dos Cineastas, da União dos Homens do Teatro, onde foram discutidas de forma viva e interessada as questões da democratização da sua actividade, do aprofundamento do seu carácter democrático. Nos Estatutos destas organizações foram introduzidas as correspondentes alterações.

Como já disse, o próximo congresso dos sindicatos também introduzirá as respectivas emendas nos seus Estatutos. A juventude discute o projecto dos Estatutos da União da Juventude Comunista Leninista da URSS.

P. Na sua intervenção, M.S. Gorbachov assinala que alguns camaradas não compreendem que a democracia não é simplesmente uma palavra de ordem, mas um momento-chave de reestruturação. O que é que, segundo a sua opinião, provoca esta incompreensão?



R. Penso que isto é provocado em considerável medida pelo modo de pensar conservador, pelo hábito de trabalhar com métodos antigos. É possível que alguns considerem que as conversas sobre a democracia não passam de conversas, que se pode viver e trabalhar como se vivia e trabalhava antes. Nem todos compreenderam ainda que trabalhar de maneira nova significa a recusa decidida dos hábitos e métodos antigos. O fardo do passado pesa ainda sobre algumas pessoas: uns estão acostumados a silenciar as questões agudas, a administrar e dar ordens, outros — só trabalham quando lhes dão ordens, vivem conforme as indicações recebidas. Essas pessoas

têm de abandonar semelhante psicologia, o seu modo de pensar, para não ficarem à margem da torrente impetuosa da nossa vida.

Devo dizer mais uma coisa. No conceito de democracia incluímos não só os direitos, mas também os deveres, o elevado sentido de responsabilidade, a disciplina consciente.

P. As forças anti-socialistas, tanto internas como externas, não tentam utilizar nos seus interesses as mudanças que hoje se realizam na URSS?



R. — Antes de tudo gostaria de assinalar que na União Soviética não há nenhuma força anti-socialista organizada. Ninguém pretende liquidar o Poder Soviético. Como afirmou M.S. Gorbachov, toda a nossa sociedade está no mesmo lado da barricada.

Por outro lado, já falei nisso ao responder a outras perguntas, temos pessoas que não sabem trabalhar de maneira nova, e elas devem ser ajudadas. Há, naturalmente, quem não deseje reestruturar-se, adaptando-se apenas às novas exigências. A sua psicologia vacilante é firmemente condenada pelos trabalhadores.

No que diz respeito às forças anti-socialistas externas, claro que elas gostariam de virar contra nós os processos que têm lugar no nosso país. Contudo, não é fácil fazer isso, pois a opinião pública mundial vê que as mudanças que ocorrem na União Soviética têm um carácter positivo, respondem aos interesses da esmagadora maioria da população do nosso país.

Os amigos, a humanidade progressista apoiam a nossa reestruturação, o que tem um significado não só moral. Algumas pessoas no Ocidente não gostam disto. Querem que aconteça algo que signifique um desvio do socialismo. As suas esperanças são vãs. Não nos afastaremos um milímetro dos princípios socialistas.

A ampla democratização, o desenvolvimento da publicitação, a discussão sincera das questões actuais da política interna e externa da União Soviética — tudo isto faz aumentar a confiança no nosso país.

Mais, a opinião pública mundial vê que os planos de envergadura com vista a acelerar o desenvolvimento socioeconómico da sociedade soviética estão indissolivelmente ligados à política externa pacífica do nosso país.

Deste modo são criadas premissas favoráveis para resistir ainda mais activamente ao anti-sovietismo, ao anticomunismo sob todas as formas.



P. Reflectiu-se na capacidade de defesa do país o atraso no desenvolvimento técnico-científico de que se falou no Plenário do CC?

R. — O que se pode dizer do atraso de que se falou no Plenário? No seu conjunto, nos anos passados houve êxitos e insuficiências no desenvolvimento da ciência e da técnica. A ciência soviética ocupa o primeiro lugar na matemática, física teórica, radiofísica, astronomia. Foram alcançados resultados importantes no campo das investigações espaciais, da técnica dos lasers, da química orgânica de elementos, da criação de ligas leves, de materiais magnéticos e noutros campos.

Em determinados campos, estamos atrasados e, em alguns, consideravelmente. Isto diz, antes de tudo, respeito ao nível técnico e tecnológico de uma série de máquinas e equipamentos. A causa disto está no renovamento vagaroso dos fundos básicos, embora a construção de novas empresas tenha sido e continue a ser intensiva, decorra a ritmos acelerados. Mas este é um atraso que nós podemos superar rapidamente.

Como exemplo posso citar a recente história da construção dos gasodutos transcontinentais. Como é sabido, nos países capitalistas, tentando bloquear o desenvolvimento do nosso sistema energético, foi imposto todo o tipo de embargos, etc. E qual o resultado? Suspendemos os trabalhos? Não, graças ao trabalho da indústria da construção de máquinas nacional e à cooperação entre as firmas soviéticas e estrangeiras, o gasoduto que fornece gás soviético a uma série de países da Europa Ocidental foi construído a tempo.

Mas quero igualmente assinalar um facto que pode ser menos conhecido nos países do Ocidente. Paralelamente à construção do citado gasoduto, a União Soviética edificou mais 4 gasodutos centrais (o comprimento de cada um é superior a 4 mil quilómetros), exclusivamente com equipamento soviético.

Como vêem, neste ramo não há atraso nenhum. E a nossa técnica cosmonáutica... Devem saber que a União Soviética propôs recentemente a todos os países do mundo a utilização para fins comerciais de foguetões soviéticos para lançar satélites cósmicos com vários objectivos.

No que diz respeito à capacidade defensiva do nosso país, foi e é mantida ao nível necessário para garantir os interesses vitais e a segurança do nosso país e dos nossos aliados.

Não procuramos a superioridade militar, mas não permitiremos que alguém a alcance.

Deve-se recordar isto hoje devido aos anseios evidentes da Administração americana de, com a ajuda da chamada IDE, mais precisamente do programa da «guerra das estrelas», garantir para si a supremacia militar e estratégica sobre a União Soviética.

Nunca fomos instigadores da corrida aos armamentos. Durante toda a história da URSS, fomos sempre obrigados a responder às tentativas de alcançar a supremacia militar sobre a URSS. Assim foi com o aparecimento das armas nucleares. Assim foi com os mísseis, com os submarinos nucleares, com outros tipos de armas.

Quero dizer que se a Administração

americana decidir violar o Tratado DAM e instalar armas nucleares ou outras ofensivas no Espaço, a União Soviética dará a resposta necessária que impedirá a violação da paridade estratégico-militar.

P. — A URSS declarou que anulará a moratória das explosões nucleares por ela declarada unilateralmente se os EUA realizarem um novo ensaio nuclear. Qual a posição da União Soviética depois dos EUA terem realizado recentemente explosões nucleares no Deserto de Nevada? Há possibilidades reais de conversações com os EUA para fortalecer a paz?



R. — Apenas posso repetir a declaração do nosso governo de que a nossa moratória se manteve até à primeira explosão nuclear dos EUA este ano. Semelhante explosão, e já não é só uma, mas duas, foi realizada. A Administração americana lançou um desafio grosseiro não só à União Soviética. É um desafio a toda a opinião pública mundial, à opinião pública dos Estados Unidos da América, aos interesses vitais de toda a Humanidade. Lamentamos que a continuação obstinada dos ensaios por parte dos americanos ponha fim à acção da nossa moratória.

Ao fazermos esta longa moratória, submetemo-nos a um determinado risco para a nossa capacidade defensiva. Não podemos permitir mais semelhante situação quando os EUA continuam a aperfeiçoar a sua arma nuclear em prejuízo dos interesses da nossa segurança.

Mas a nossa moratória não foi em vão. Mostrou que é possível renunciar aos ensaios, basta apenas vontade política para isto. Estaremos prontos a restabelecer a moratória se os americanos suspenderem os seus ensaios nucleares.

No que diz respeito à possibilidade de conversações com os EUA para fortalecer a paz, como compreendem, aqui é necessário que haja vontade de ambas as partes. Do nosso lado há essa vontade. Existe uma boa base para semelhantes conversações: Reykjavik.

Estamos prontos a fixar, em forma dos respectivos acordos, os entendimentos alcançados em Reykjavik e a chegar a um acordo tendo em conta os interesses mútuos onde o entendimento não foi alcançado. Com este mandato trabalha a nossa delegação em Genebra nas conversações soviético-americanas sobre os armamentos nucleares e cósmicos.

Recebemos do camarada Nikolai Sliunkov, o pedido de, através do «Avante!», expressar a sua gratidão a todos aqueles que durante a estadia em Portugal da delegação do PCUS lhe exprimiram sentimentos de amizade e solidariedade para com o Partido de Lênine e o país dos soviéticos.

SANTARÉM

Debates com o PCP sobre o distrito

O futuro depende do presente

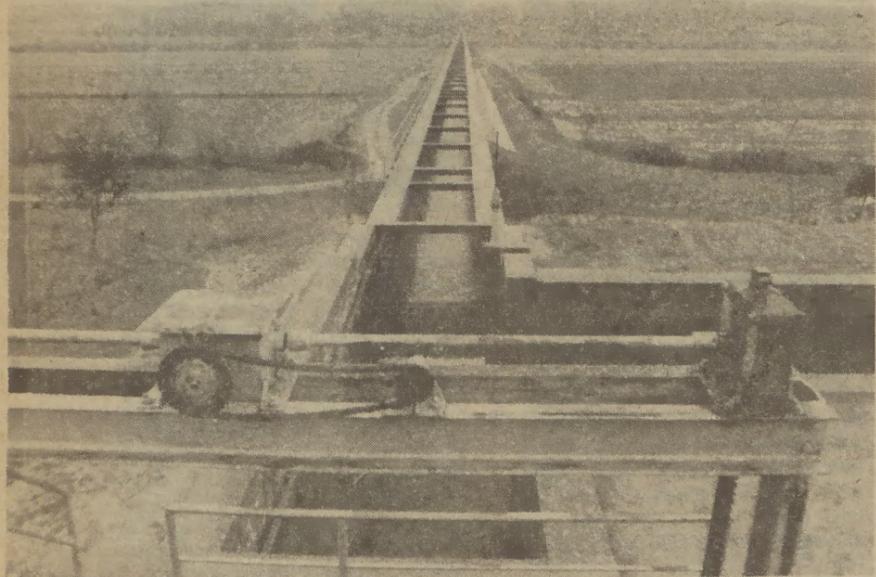


O futuro depende do presente. Por isso, é necessário que todas as forças democráticas interessadas na resolução dos problemas que o distrito enfrenta ponham acima dos seus interesses estratégicos e partidários os interesses supremos dos trabalhadores e da população da região.

Aquelas palavras são da Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP e constam da nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social sobre uma importante iniciativa realizada no último domingo: os Debates com o PCP — Distrito de Santarém, que futuro?



O futuro das crianças do distrito de Santarém pode ser melhor e mais feliz. A iniciativa agora realizada pelo PCP representa um contributo valioso na preparação desse novo futuro, construído e apoiado na base de uma política a favor dos interesses nacionais e regionais (na foto: Benavente)



Água, uma riqueza, um ponto obrigatório de referência na política de desenvolvimento e progresso que o distrito exige com urgência (na foto: concelho de Coruche)

Promovidos pela DORSA, os Debates reuniram cerca de 220 pessoas «a título individual e representando diversas organizações económicas, sociais, culturais e políticas do distrito» ribatejano.

Considerada «preocupante» pela generalidade dos participantes nesta iniciativa, a situação naquela zona do País é assinalada, entre outros aspectos negativos, pelo «desmembramento das estruturas económicas e produtivas na agricultura e na indústria», salientando-se a propósito os exemplos da Reforma Agrária, dos seareiros de tomate, e das empresas Metalúrgica Duarte Ferreira e Interagro. As consequências não se fazem esperar: «Uma situação social cada vez mais degradada, para a qual a política desenvolvida pelos diferentes governos dos últimos 11 anos não tem apresentado soluções», situação que, sublinha a DORSA do PCP, «será ainda mais agravada com a adesão à CEE», como já o comprova o escândalo do tomate.

Não existe...

No decorrer dos Debates, tanto nas sessões plenárias como no trabalho realizado nas secções, diversos problemas regionais sobressaíram, num enquadramento de análise e de exposição de propostas e ideias para a superação das dificuldades.

Não existe uma política de desenvolvimento regional. A partir de uma conclusão mais geral, os participantes na jornada de reflexão do último domingo sublinharam a «não criação de infra-

estruturas necessárias para a concretização dos planos sobre a regularização dos Vales do Tejo e do Sorraia e a não existência de uma racional e integrada gestão dos recursos hídricos do Vale do Tejo».

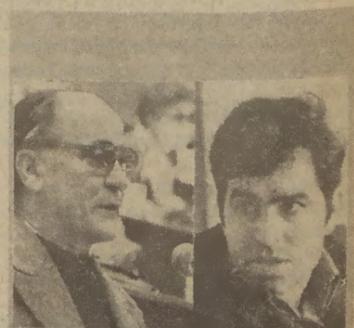
Os debates não esqueceram as questões relacionadas com a luta contra a poluição dos recursos hídricos do Vale do Tejo («não existe qualquer plano») e com a salvaguarda da produção agrícola regional e nacional, fortemente ameaçada pela CEE.

Como refere a DORSA no documento divulgado aos jornalistas, «os participantes nos Debates manifestaram a sua preocupação pela não existência de informações sobre a eventual poluição radioactiva do Tejo vinda de Espanha, bem como a ausência de medidas para atacar as consequências de qualquer acidente» daí resultante.

A indústria, a agricultura, o comércio, os recursos hídricos e energéticos, os transportes e vias de comunicação, o meio ambiente e a saúde, o Poder Local democrático, a regionalização, o turismo, o ensino, o desporto, a cultura, o movimento associativo, a imprensa regional e rádios locais foram sectores da vida regional contemplados com propostas e sugestões dos participantes.

Regionalização

Como salienta a Direcção Regional do PCP, comentando uma ideia-base dos Debates «a criação duma Região Administrativa, com a actual área territorial do distrito ou não — deixando às



Os Debates com o PCP — Distrito de Santarém, que futuro? registaram intervenções de dois membros da Comissão Política do Partido. Assim, o camarada Raimundo Cabral falou no plenário de abertura, enquanto Dias Lourenço, deputado eleito pelo círculo de Santarém, interveio na sessão de encerramento.

populações dos concelhos limítrofes através das Assembleias Municipais a possibilidade de definirem a que região desejam pertencer — apresenta-se na actual situação como resposta institucional capaz de assegurar a capacidade de mobilização de meios e recursos necessários para levar à prática o desenvolvimento da região».

Os Debates demonstraram que a região de Santarém tem potencialidades e recursos naturais e humanos de valor. Há que pôr à sua disposição os meios necessários no quadro de uma política democrática e patriótica. O futuro depende do presente... ■

Conhecer para mudar

A caracterização demográfica, geográfica, económica, social e cultural do distrito preenche um dos documentos de apoio aos participantes nos Debates com o PCP. Outro texto refere exclusivamente a situação do emprego no distrito ribatejano, enquanto, mais virados para o debate realizado nas diferentes secções, foram também distribuídos documentos de apoio que abordam as seguintes questões:

- 1.ª secção — Regularização do Vale do Tejo, factor de desenvolvimento (agricultura, indústria, recursos hídricos e energéticos, transportes e vias de comunicação, comércio, meio ambiente).
- 2.ª secção — Regionalização, Poder Local e Turismo.
- 3.ª secção — Saúde
- 4.ª secção — Ensino, Cultura, Desporto, Movimento Associativo e Popular, Imprensa Regional e rádios locais.

O conjunto desta vasta documentação, a par das experiências e das ideias levadas aos Debates pelas largas dezenas de participantes directamente envolvidos, representa um valioso contributo para o melhor conhecimento e estudo das realidades do distrito, base essencial para o avanço das propostas — também realizado na iniciativa promovida pelo PCP —, apontadas à resolução dos problemas e carências. ■

Lisboa, 1987

Tarefas do Partido em foco

O reforço interno do Partido, a acção nas empresas (a célula, a política de unidade, o desenvolvimento da luta e o aumento da influência do Partido), o trabalho nas freguesias e bairros (a organização e a luta das populações), o trabalho do Partido na frente juvenil — em linhas gerais, estes foram os temas discutidos e aprofundados no encontro de quadros da Organização Local de Lisboa (OLL), realizado no último sábado, na JF de Alcântara, com a participação de 450 camaradas. Ao fim da tarde, na sessão de encerramento, o significado da iniciativa, a campanha organizativa em curso, a vida do Partido e as necessidades de melhoramento de vários aspectos do trabalho, a situação política e social e as tarefas dos comunistas estiveram em realce na intervenção do camarada **Octávio Pato**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Abordando «aspectos considerados prioritários do trabalho da OLL no ano de 1987», o encontro registou 109 intervenções e foi caracterizado de princípio a fim pela análise rigorosa das questões acompanhada da consequente definição de direcções concretas e objectivas a levar à prática este ano.

Vejamos alguns exemplos, quanto ao reforço interno do Partido (tema da 1.ª secção):

● **Reforçar os executivos das zo-**

nas e sectores; criar uma comissão que estude a realidade económica, social e cultural da cidade; trabalhar para a realização de Assembleias; dar a prioridade, garantindo uma ligação e funcionamento regulares, às células de empresa com mais de 20 militantes e às células de bairro com mais de 50 militantes; organizar sessões-debate e troca de experiências para camaradas membros de CT's e, numa segunda fase, para delegados sindicais e

membros de comissões sindicais; recrutar 576 camaradas (300 até final de Junho, dos quais 140 mulheres); apetrechar com novo equipamento técnico a SIP/CLL; desenvolver uma campanha sob o lema «Avante! — semanário necessário para uma correcta informação», aumentar as vendas em 20 por cento até ao final da campanha organizativa; trabalhar para que, pelo menos 50 por cento dos camaradas, aumente a sua quota; cumprir as metas estabelecidas no âmbito da campanha de obras para o CT Vitória, fazer obras em 10 CT's da OLL; procurar novo local para o CT dos Olivais.

Nas outras secções temáticas do encontro (frente juvenil, freguesias e bairros, organização na empresa), o «método» também se baseou na mesma preocupação: analisar coerentemente as situações e avançar desde logo objectivos muito concretos para este ano de 1987, como se nota no documento-base do encontro, aprovado pelos comunistas da Organização Local de Lisboa, no plenário de encer-



Encontro da Organização Local de Lisboa (OLL) em Alcântara: 34,8 por cento dos 450 camaradas presentes eram mulheres

ramento, onde também teve lugar a leitura das conclusões das secções de debate.

Situação social e municipal

Espelho da grave situação social e municipal que a cidade de Lisboa atravessa, a resolução aprovada no

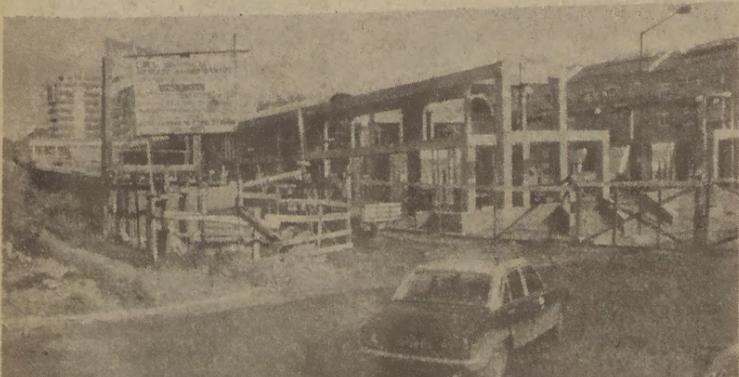
encontro de quadros da OLL aponta o caminho da luta e da unidade dos trabalhadores, das suas ORT's e do poderoso movimento sindical unitário e, noutra passagem, sublinha que «a gravidade dos problemas de Lisboa exige que se lance, já hoje, o movimento capaz de pôr fim à gestão de direita e de assegurar a defesa, recuperação e progresso da cidade», adiantando que «tal como é necessária uma alternativa democrática para o País, é indispensável também dar a Lisboa a Câmara que precisa e merece».

Tendo como objectivos a defesa dos interesses da população e a resolução dos seus problemas, e por outro lado a divulgação e afirmação da política alternativa necessária, o encontro da OLL avançou algumas direcções de trabalho essenciais:

1. Desenvolver e aprofundar o trabalho de massas e de contacto com a população, como estilo fundamental da actividade dos comunistas nas autarquias; definir para a cidade, para cada área e freguesia, um vasto plano de contactos, de reuniões e visitas, com o objectivo de apurar o conhecimento dos problemas, discutir com a população a sua resolução e definir soluções;
2. Em todos os órgãos autárquicos do concelho, prosseguir e acentuar a linha de intervenção activa, apresentando projectos e propostas de resolução para os problemas, com particular destaque nos órgãos municipais, sede principal da gestão da cidade e nas freguesias de maioria APU através das quais é possível materializar e tornar mais visíveis a superior capacidade e métodos de trabalho da APU;
3. Apoiar e dinamizar a luta das populações em torno da resolução e superação das carências e dificuldades que afectam a vida colectiva;
4. Desenvolver uma larga acção de informação sobre os problemas da cidade, as suas causas e os seus responsáveis, e de valorização do trabalho honesto e competente dos eieitos da APU. O trabalho de informação às populações e de sensibilização da comunicação social, é de importância relevante para a consciencialização das massas, é factor de mobilização, de pedagogia política e de formação do conhecimento alargado da realidade de Lisboa. ■



O trabalho do Partido para a juventude tem de ter como objectivos fundamentais a cooperação e ajuda ao fortalecimento da JCP e ao desenvolvimento do movimento juvenil unitário, em torno das reivindicações e aspirações próprias, inseridas na luta mais global das massas populares. O movimento juvenil tem várias componentes — juventude trabalhadora, estudante, grupos e estruturas locais — cuja situação interessa caracterizar. Há que tomar as medidas orgânicas e de quadros que leva ao aumento da participação juvenil na actividade cultural, desportiva, social e reivindicativa, que leve à juventude as nossas propostas de trabalho, como foi sublinhado no encontro de Alcântara



Nos abastecimentos e particularmente ao nível dos mercados são evidentes os desajustamentos entre a realidade e as necessidades. Os mercados de Alcântara e do Bairro de Santos (na foto), em construção há cerca de 6 anos, já inaugurados várias vezes em vésperas de eleições, são dois casos exemplares que expressam e legendam a incompetência da actual gestão camarária e a sua natureza de classe, uma gestão depredadora dos recursos públicos. (Da resolução sobre a situação social e municipal aprovada no encontro de quadros da OLL)



A cidade de Lisboa vive um dos momentos mais críticos e sensíveis da sua já longa e secular história. No Município desenvolve-se uma gestão sem qualquer planeamento global, que estimula a ilegalidade urbanística, que especula com o solo urbano, que descaracteriza e desumaniza a cidade, que favorece o negócio do alto lucro, que não respeita o rico património edificado, histórico e monumental, que não conserva ao menos as insuficientes infra-estruturas fundamentais, que não constrói habitação e destrói a que existe — alertam os participantes no encontro promovido pela OLL do PCP

A crise de vento em popa

Octávio Teixeira comenta

○ dólar atingiu a 28 de Janeiro o ponto mais baixo da sua cotação em seis anos e meio face ao marco da RFA e ao franco suíço. Em Portugal a moeda norte-americana chegou nesse dia ao nível mais baixo desde Junho de 1984 — 138\$07.

Também nesse dia 28 a Bolsa de Valores de Lisboa batia um novo recorde: transacções de títulos no mercado oficial num valor global de 304 464 contos, ultrapassando o máximo do dia anterior, num *boom* inédito desde há muitos anos.

As informações postas à disposição dos leitores de jornais levantam sérias dúvidas e são, justamente, motivo de preocupação.

O «Avante!» colocou ao camarada **Octávio Teixeira**, economista e deputado à Assembleia da República, algumas perguntas acerca deste problema.

«Avante!»: Afirmam por aí que esta grande movimentação na Bolsa de Lisboa se deve sobretudo a compradores estrangeiros. Entretanto, diz-se que a maior parte das empresas intervieram para recuperar títulos anteriormente perdidos. O que foi que se passou?

Octávio Teixeira: O que se passou, ou melhor, o que se está a passar é o recrudescimento da especulação bolsista. Não foi o eventual aparecimento de alguns «investidores» bolsistas estrangeiros que provocou a alta bolsista. Contribuíram sem dúvida para o volume das transacções verificado. Mas a onda especulativa já vem de trás. Aliás, essa onda especulativa terá contribuído para que os tais especuladores estrangeiros aparecessem em Lisboa, pois terão concluído, face ao que se está a passar, que era fácil conseguir em muito curto prazo ganhos especula-

«canalização de poupanças para as empresas». Nada disso.

De facto a Bolsa é um mercado secundário de títulos. Isto é, na Bolsa não se procede à emissão de novos títulos, designadamente de acções, mas sim à negociação, à compra e venda de títulos já em circulação. Pelo que a onda especulativa que atinge as acções cotadas na Bolsa não significa qualquer reforço dos capitais próprios das empresas existentes, mas tão só o reforço dos ganhos especulativos de muitos parasitas financeiros. Repara que os interesses dos especuladores bolsistas, daqueles que fazem «movimentar» as cotações, quer eles sejam portugueses ou estrangeiros, não estão ligados aos dividendos que possam vir a ser distribuídos no futuro pelas empresas. Os seus interesses assentam nos ganhos especulativos, na compra hoje por 100 para vender amanhã por 120. São es-

«Não foi o eventual aparecimento de alguns «investidores» bolsistas estrangeiros que provocou a alta bolsista.»

«O actual Governo tem vindo a incentivar por todos os meios o crescimento do mercado financeiro especulativo em detrimento da canalização da poupança para o investimento produtivo.»

«Em dois anos as cotações médias anuais de acções na Bolsa de Lisboa quadruplicaram, mas tais índices nada têm a ver com quaisquer melhorias da situação económica do País.»

tivos bastante mais elevados que nas Bolsas dos principais mercados capitalistas.

Favorecer a especulação em vez do investimento

A questão de fundo é que o actual Governo tem vindo a incentivar por todos os meios, incluindo os fiscais, o crescimento do mercado financeiro especulativo em detrimento da canalização da poupança para o investimento produtivo. Repare-se, independentemente da posição que cada um de nós tenha sobre o papel de uma qualquer bolsa de valores na economia, que aquilo que tem vindo a verificar-se há longos meses nada tem a ver com a

ses os ganhos que procuram, e não os dividendos.

Isto não significa que esta especulação não interesse também a algumas grandes empresas capitalistas, ou melhor, aos capitalistas proprietários de algumas grandes empresas. É que quanto maior for a cotação das suas acções no mercado secundário, maiores são os prémios de emissão que conseguem obter em futuras emissões de acções. Prémios de emissão que revertem em proveito próprio dos capitalistas proprietários dessas empresas, à custa dos «novos accionistas», à custa daqueles que vão subscrever as novas acções pensando estarem a fazer um bom investimento.

○ aumento das cotações e a situação económica

«Avante!»: O crescimento anual em 1986 das cotações na Bolsa de

os recentes recordes da Bolsa de Lisboa



A Bolsa de Lisboa, na Praça do Comércio

Lisboa foi de 109,7%, um dos dois maiores índices entre as congéneres europeias. Há quem afirme que «não só quase todos ganharam, como ganharam bastante» («O Jornal», 6/2). Isto pode ser interpretado como um indicativo de que a situação económica do País está melhor? Alguém perdeu? Até quando vai durar esta situação?

Octávio Teixeira: Repara: a média das cotações de acções na Bolsa de Lisboa aumentou, como dizem, 109,7% em relação à média de 1985.

Mas a média de 1985 já havia sido superior em 95,8% à média de 1984. Isto é, em dois anos as cotações médias anuais de acções na Bolsa de Lisboa quadruplicaram (se considerarmos que as cotações médias em 1984 eram iguais a um índice 100, temos que as cotações médias em 1986 atingiram o índice 410!)

Ora é evidente que tais índices das cotações nada têm a ver com quaisquer melhorias da situação económica do País, nem sequer com melhorias da situação económica das empresas cotadas. Mais: embora não acompanhe de perto a evolução das cotações de cada uma das empresas com acções cotadas na Bolsa, não correrei grande risco se disser que, muito provavelmente, nenhuma dessas empresas vale, do ponto de vista económico e da rentabilidade presente e mesmo futura, as respectivas cotações actuais.

Não sei se, até ao momento, «não só quase todos ganharam, como ganharam bastante». Mas o que te posso dizer é que nas Bolsas de Valores há quem ganhe e há quem perca. E a tendência altista, especulativa, que se tem registado não vai durar sempre. Mais cedo ou mais tarde haverá baixas de cotações. E então surgirão certamente os perdedores.



Quem ganha e quem perde

E não é difícil adivinhar quem vai perder. Não serão certamente aqueles que «movimentam» as Bolsas. Esses sabem quando devem comprar e quando devem vender, ganhando sempre. Os grandes perdedores serão aqueles que, sem conhecerem e sem mexerem os cordelinhos, aplicam as suas poupanças na Bolsa na mira de lucros fáceis e empurrados por uma enorme campanha propagandística (em alguns casos escandalosa) que a generalidade dos semanários que se publicam em Portugal vem realizando.

Talvez seja significativo que num desses semanários (O «Expresso» de 7 de Fevereiro) se afirme que «certos investidores estrangeiros estão já a dar ordens de venda, em virtude de considerarem ter realizado bons benefícios com as cotações actuais» e «vale mais um pássaro na mão...».

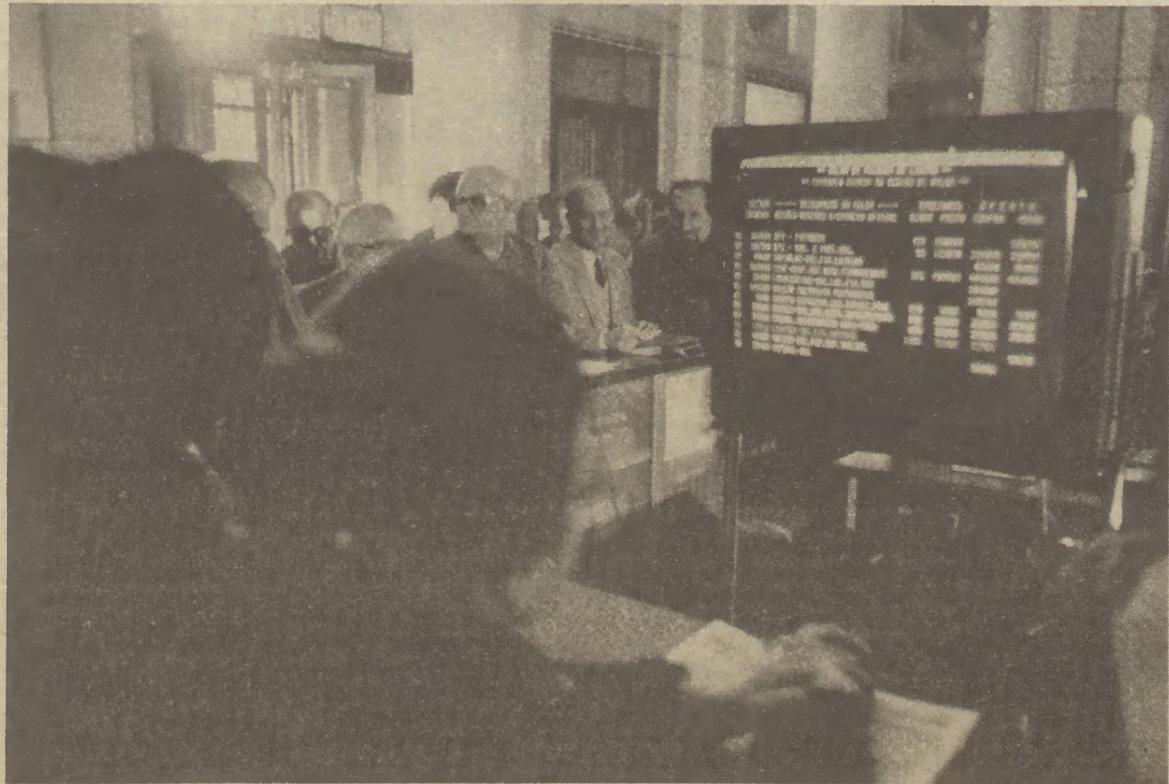
Aliás, a situação não é nova em Portugal. Também nos tempos imediatamente anteriores à Revolução do 25 de Abril de 1974 parecia que toda a gente ganhava com a especulação bolsista. O que é verdade é que foi o «25 de Abril» que evitou um inevitável e monumental *crack*, que deixaria arruinadas muitos milhares de pessoas que foram atraídas pelo «canto da sereia» da especulação bolsista e nela aplicaram as suas poupanças.

A Bolsa - instrumento da centralização capitalista

«Avante!»: Entre as empresas com maior movimento de acções na Bolsa nestes dias figuram a CISF, Marconi, Grão-Pará, BPI, INAPA, SONAE. Como interpreta esta lista? Estarão a constituir-se monopólios financeiros também por via das transacções na Bolsa?

Octávio Teixeira: Através da especulação bolsista o capital financeiro apropria-se de capitais disponíveis e de pequenas poupanças, intensificando a centralização sem um correspondente aumento da actividade produtiva.

Assim, não haja dúvidas que a actual situação de especulação bolsista está a criar e a desenvolver grupos financeiros, ou melhor, a especulação está a



«Controlo diário na sessão de Bolsa» — o ponto da situação das transacções efectuadas, por enquanto a suscitar sorrisos

ser gerida, em seu proveito, por «novos» grupos financeiros que se têm criado e desenvolvido à sombra da política de recuperação capitalista.

Aliás, pelo menos três das empresas que referiste são claramente centros de grupos financeiros. Concretamente: a CISF (de que é sócio o actual governador do Banco de Portugal, um dos maiores «falcões» do mercado bolsista), o Banco Português de Investimento (ligado aos maiores capitalistas do Norte do País, designadamente os ligados à actividade exportadora) e a SONAE (outro grupo monopolista para cujo crescimento teve papel decisivo um governo da AD que obrigou a União de Bancos Portugueses, EP a oferecer a maior parte das acções que detinha nessa empresa).

Como vês, e como diz o nosso povo, mesmo que não acreditemos em bruxas... a verdade é que as há. Na verdade, não é por acaso que essas empresas estão no centro da especulação bolsista.

«Avante!»: Negócios «escuros», do tipo Dona Branca, são para aqui chamados?

Octávio Teixeira: Julgo que não são para aqui chamados, nem deixam

«Não haja dúvidas que a actual situação de especulação bolsista está a ser gerida, em seu proveito, por «novos» grupos financeiros que se têm criado e desenvolvido à sombra da política de recuperação capitalista.»

*

«A especulação bolsista é um produto legal e fundamental do capitalismo monopolista, da centralização monopolista, apoiado, incentivado e defendido pelo poder político ao serviço do grande capital.»

benefício da actividade ilegal, da marginalidade em relação ao sistema. A especulação bolsista faz parte, é inerente ao sistema capitalista.

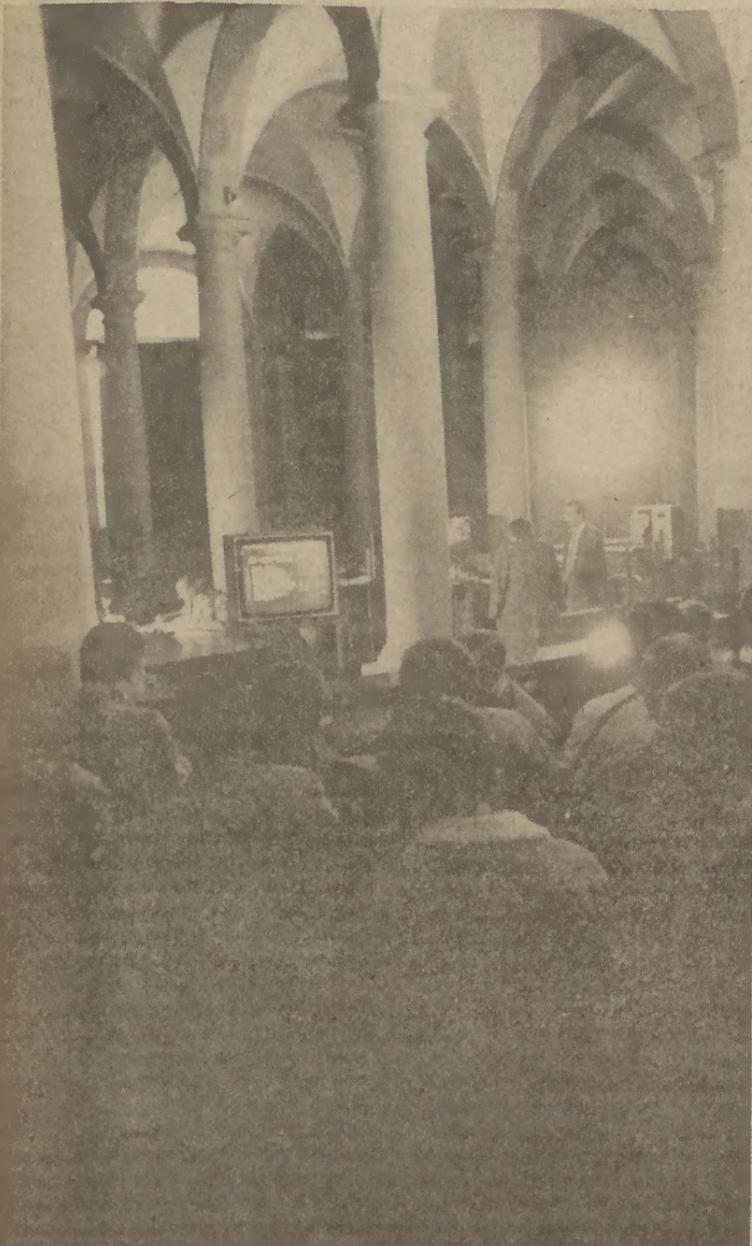
«Avante!»: Depois de tanta coisa que se lê e se ouve, fica no entanto uma sensação de ignorância acerca destas questões. E vem a explicação: o segredo é a alma do negócio, ou, mais comodamente, isso é para os especialistas. Que achas?

Octávio Teixeira: Eu diria que a explicação é mesmo essa. Em qualquer actividade e em quaisquer processos menos claros ou muito escuros o êxito só é possível com a ignorância de muitos. E manter essa ignorância exige muito «segredo» e bons

revalorizou-se de forma acentuada em relação à generalidade das outras moedas, sem que tal se tivesse ficado a dever a razões de natureza económica. No fundo essa revalorização foi possível porque o dólar continua a manter no mercado uma preponderância ilegítima que vem desde a 2.ª Guerra Mundial, em que os EUA aparecem como a única potência com uma economia não destruída pela guerra. Aliás, a economia americana só beneficiou com o conflito.

Ora, à semelhança do que se passa na Bolsa, a tendência altista, completamente desfasada da realidade económica, não pode durar eternamente. A baixa tinha de se verificar mais tarde ou mais cedo. A realidade económica, a crise que atinge a economia norte-americana, aí está para justificar plenamente a inevitabilidade dessa baixa.

Mesmo com as brutais encomendas governamentais para armamentos — passaram de 180 para 300 mil milhões de dólares entre 1981 e 1986 — a produção industrial dos EUA é actualmente inferior à de 1980. A balança comercial agrícola tornou-se deficitária em 1986 — e pela primeira vez



A alta das cotações e a propaganda alimentam esperanças de lucros fáceis. Mas alguém tem que perder...



Um trabalho de especialistas...

de ser. Isto é, julgo que não se devem fazer confusões. Não há dúvida que se podem detectar alguns pontos de contacto ou de convergência, designadamente o facto de alguns poucos utilizarem em seu proveito o desconhecimento, as poupanças e até a boa-fé de muitos.

Mas há, no mínimo, uma grande diferença: o negócio tipo «Dona Branca» é, digamos, um «sub produto» do capitalismo, é uma actividade ilegal: o negócio bolsista, a especulação bolsista é, pelo contrário, um produto legal e fundamental do capitalismo monopolista, da centralização monopolista, apoiado, incentivado e defendido pelo poder político ao serviço do grande capital.

Por isso, repito, nada de confusões. Não se dê à especulação bolsista o

«especialistas». Se todos soubessem tanto como os especialistas, quem iria perder? E se ninguém perder também ninguém ganha... e o negócio deixa de o ser.

A queda do dólar e a crise nos EUA

«Avante!»: Porque desce o dólar?

Octávio Teixeira: Os mecanismos que conduzem à subida e descida do dólar são complexos. Mas julgo que posso ensaiar uma resposta à questão apontando o que me parece ser o essencial.

Em muitos anos recentes o dólar

desde 1959. Entre 1980 e 1986 o défice orçamental norte-americano passa de 35 para 221 mil milhões de dólares, o défice da balança comercial passa de 20 para 170 mil milhões de dólares e, pela primeira vez desde 1914, a balança de pagamentos torna-se deficitária em 1985 em cerca de 100 mil milhões de dólares, mantendo-se a tendência em 1986. A dívida pública atinge os 2,1 biliões de dólares (2 100 000 milhões de dólares!), etc., etc..

Era impossível que, por um lado, os EUA tivessem uma economia em crise acelerada e, por outro lado, mantivessem uma moeda cada vez mais forte. Por isso a baixa. O descalabro da moeda americana é fundamentalmente o reflexo do descalabro da sua economia. ■

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Já muito ouvimos nós
e a propaganda toda se desbarata:
o PSD que partiu da Foz
é um partido muito democrata...

Mas a mentira, mesmo linda,
com enfeites de ilusão,
dura menos ainda
do que uma bola de sabão...

Júdice julga judiciosamente quando exala
numa tristeza imensa
que no PSD todos têm medo, ninguém fala,
com receio de ir contra o que o seu Chefe pensa...

Há quem diga, perante tal buraco,
que, depois de ter sido PPD
escolhendo depois PSD
passem a ser PSD/Cavaco...

II

Que grande maratona
de baboseira, este Governo canta!
Derrota após derrota coleciona
e tudo perde — menos a garganta...

Aqui se nota
uma estranha remessa:
por cada derrota
o Cavaco adianta uma promessa...
Sempre porém, o povo se deu fé
à medida que o tempo passa,
o que pareceu uma promessa, é
afinal, afinal — uma ameaça...

III

Foi preso o bufo, o terrorista.
Tinha em seu poder
enorme lista
de democratas. Estão a ver?
O que lhes digo tem o ar
de pertencer a outra idade.
Mas não, mas não. O que estou a contar
é da actualidade.
Democratas todos, ganhemos juízo,
nada de andar à toa
isto que aconteceu é um aviso
e a História, a quem é surdo, não perdoa.
Adensam-se outros casos em desfile
e de tal modo que eu, com emoção,
ouso lembrar o Chile...
Desculpem, sim? Mas não esqueçam, não?

IV

Disse um autarca do Norte
que a popularidade de Cavaco era forte...

Mas o povo do Porto, à mesma hora,
mandava, nas ruas, o Cavaco embora...

E nisto, como em tudo, há o senso-comum:
o povo são milhares e o autarca é só um...

É então Cavaco popular, ó seu burgesso?
Só se for uma popularidade... do avesso...

Pontos Cardeais

Medo

Talvez excitado por antigas experiências eleitorais — onde, só averbou derrotas, teve pelo menos o consolo de algumas ululações aplaudindo-lhe as tiradas — o péssimo José Miguel Júdice anda, ultimamente, a entremear o labor com que esmifra crónicas de maciça teorização, metendo-lhe pelo meio umas falas «às massas». As últimas («massas», bem entendido) juntaram-se para o ouvir numa sessão de juventude social-democrata de Lisboa. E o Júdice não esteve de modas, abriu a boca e disse: «dentro do PSD está-se cada vez mais a ter medo de falar», e «só se emite opinião depois de ouvir o que diz o chefe». Confirma-se, portanto, que o PSD continua um «partido democrático» de arasar. Quanto ao Júdice, na sua actual qualidade de ex-presidente da comissão política distrital de Lisboa do PSD, pode pelo menos retirar uma compensação deste estado de coisas no seu partido: como «ex-chefe» não está sujeito a que lhe andem a emitir opiniões para cima. Mesmo depois de o ouvir.

Compreensão

Pires de Miranda, ministro dos Negócios Estrangeiros, não alinha com o resto do Governo no que toca a trabalhadores. Enquanto o executivo de Cavaco Silva carrega o mais que pode sobre quem trabalha, quer espalhando o desemprego e os salários em atraso, quer degradando os salários e os níveis de vida, Miranda tem uma atitude «compreensiva» para com os trabalhadores portugueses. Tanta, que solicitara a «compreensão» das autoridades luxemburguesas para a resolução do problema dos trabalhadores ilegais (portugueses, evidentemente) no Luxemburgo. Claro que, tão compreensivo como é, o ministro Miranda apressou-se a acrescentar que também compreende «a situação do país receptor». E não se fica por aqui, a capacidade de compreensão deste homem, a ponto de se preparar para «abordar» o problema do pagamento dos abonos de família aos familiares residentes em Portugal dos trabalhadores portugueses exercendo

actividades no Luxemburgo. Esta de «abordar», é de homem! E o que vai «abordar» o ministro Miranda? Apenas isto: o não cumprimento por parte do Luxemburgo dos acordos emitidos pelo Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia que impõem que tais abonos sejam pagos de acordo com as regras do país de acolhimento. Ora o Luxemburgo (e a França) têm-se furtado a isto, pagando os abonos segundo as tabelas... portuguesas. O que a França e o Luxemburgo poupam em francos, desbarata o ministro Miranda em «compreensão»...

Emprego

A notícia chegou a seco, dizendo: «o número de desempregados registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional aumentou, em Novembro de 1986, 4,1%, relativamente ao mesmo mês de 1985». Quem a deu foi o próprio Instituto de Emprego, que acrescentou que tinha registados em Novembro 368639 desempregados, número também superior ao de Outubro em 0,8%. Nada disto chegou à televisão, que anda demasiado ocupada a noticiar a par e passo as passeatas de Cavaco Silva. E o que ele diz. Por acaso uma das últimas que lhe ouvimos, todo esticadinho no ecrã, foi acerca do desemprego, cujo tinha cometido a proeza de... ter diminuído.

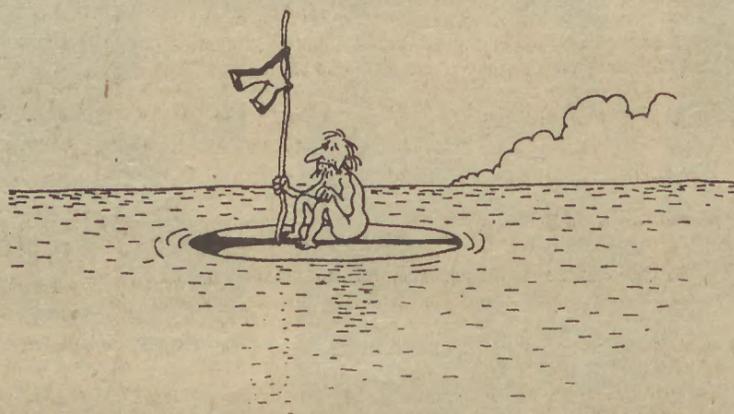
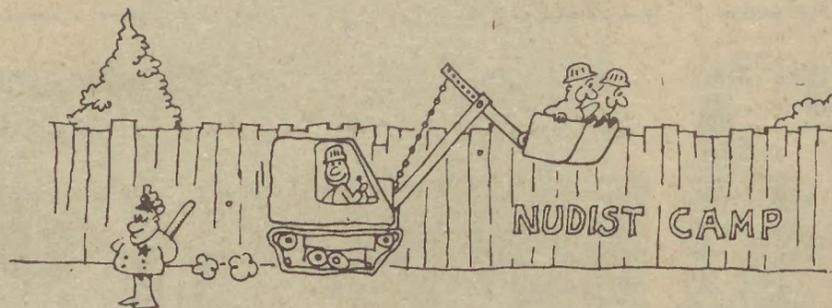
Tão bem empregados que eles estão!

Preços

Segundo um estudo divulgado pela Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), a média dos preços sofreu uma inversão: agora é mais alta na província do que em Lisboa ou no Porto. Isto porque, segundo a DECO, se passou de uma situação de grande intervenção da Administração Pública no tabelamento dos preços, para uma situação em que «a regra é a não intervenção». Consta que Cavaco Silva terá explicado o fenómeno dentro da sua coerência habitual. «É para ajudarmos a iniciativa privada provinciana», terá dito.

Pontaria

O «New York Times» revelou que o ataque contra a Líbia em Abril do ano passado pelas Forças Armadas dos EUA tinha como objectivo assassinar Muammar Kadhafi, o que só não ocorreu por falhanço do sistema de pontaria dos bombardeiros F-111. Resposta imediata da Casa Branca: «É mentira! as bombas que caíram sobre o complexo onde se encontrava a família de Kadhafi visavam instalações militares a 200 metros de distância!». Pelos vistos já sabiam antecipadamente do defeito que havia no tal sistema de pontaria...



Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 687

26 de Fevereiro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

I Assembleia de organização da célula da Festa do Avante!

Sábado —
Alto da Ajuda



encontro aberto

DESENVOLVER MATOSINHOS

RESOLVER OS PROBLEMAS DA POPULAÇÃO

em debate:

- situação do ensino
- habitação

SÁBADO, 28 FEVEREIRO, DAS 10 ÀS 18 Hs.
ESCOLA PRIMÁRIA DA RUA DO GODINHO
MATOSINHOS

Comissão Concelhia de Matosinhos
do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Quinta ²⁶

● Lisboa

No centro de Trabalho Vitória, Encontro de Difusores do «Avante!». Participam os camaradas Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do PCP, e Dias Lourenço, também da Comissão Política, director do «Avante!».

partir das 15 horas na Junta de Freguesia da Afurada. Participam deputados do PCP.

● Porto

Organizado pelo MDM, na sua sede e integrado nas comemorações do Dia da Mulher, um debate sobre a situação da mulher na RDA; no Pavilhão do CT do PCP da Boavista, a partir das 22 horas, baile de Carnaval.

mento, concursos de máscaras e de danças, com música que nunca faltará.

● Avis

1.ª Assembleia da Organização de Freguesia do PCP. Na Casa do Povo. Participa o camarada Diniz Miranda, da Comissão Política.

10 horas, no CT de Santiago.

No final almoço-convívio.

● Coimbra

No Centro de Trabalho, debate-convívio a propósito do 56.º aniversário do «Avante!». A partir das 15 horas, com a participação do camarada Dias Lourenço.

● Linda-a-Velha

Plenário de militantes, a realizar a partir das 16 horas no CT de Algés.

● Moita

Plenário concelhio de quadros, para análise de questões de organização e definição de metas e objectivos imediatos. As 14.30, nas instalações da Junta de Freguesia.

● Figueira da Foz

Reunião-convívio comemorativo do 56.º aniversário do «Avante!», com a participação dos camaradas Dias Lourenço, da C. Política, e José Paulo Oliveira — um, director, o outro redactor do órgão central do Partido.

● Couço

Baile de Carnaval no Salão da Tabaqueira a partir das 22 horas. Serviço de bar. A organização é da Comissão de Freguesia do Couço do PCP.

● Lisboa

Ajuda:

1.ª Assembleia de Organização da célula da Festa do «Avante!». No terreno da Festa, Alto da Ajuda, com início às 9 horas. No final, almoço e convívio (e pelo menos para este último estamos todos convidados!).

Voz do Operário:

O 1.º dos «carnavais» promovidos pela O.L.L., (o 2.º realiza-se na segunda-feira, dia 2). Das 22 às 3 horas da madrugada. Entre outros motivos de diverti-

● Lousada

Debate: «CEE — que problemas resultam da adesão?». Na Cooperativa Agrícola de Lousada, às 21.30, com a participação do camarada António Osório, deputado do PCP.

● Montijo

Visita de deputados do PCP ao concelho. A noite, duas sessões-debate decorrentes: com Domingos Abrantes, da Comissão Política e Secretariado do CC, às 21.30, no Bairro do Arelas; com Rogério de Brito, deputado, às 21.30, sobre agricultura, na Galeria Municipal do Montijo.

● Condeixa

Almoço-convívio comemorativo do aniversário do PCP com a participação do camarada Dias Lourenço.

Domingo

● Valongo

Almoço comemorativo do aniversário do Partido. A partir das 13 horas, no CT de Ermesinde, com a participação do camarada Lino Lima.

● Santiago do Cacém

Plenário da célula dos trabalhadores das autarquias do concelho. A partir das

● Figueira da Foz

Na Fontela, Festa de Carnaval dos Pioneiros de Portugal.

● Vila Nova de Poiares

Almoço-convívio comemorativo do próximo aniversário do PCP. No Centro de Trabalho.

● S. João do Campo

Cortejo de Carnaval APU.

Segunda ²

● Porto

Baile de Carnaval, de novo no Centro de Trabalho da Boavista. A partir das 22 horas.

Terça ³

● Montemor-o-Velho
Festa de Carnaval dos Pioneiros.

Quarta ⁴

● Porto

Início da Mostra de Cinema sobre a Mulher — iniciativa do MDM do Porto para assinalar o Dia Internacional da Mulher. As 21.30, no Cine-Clube do Porto.



GARNAVAL 87
NA
VOZ DO OPERÁRIO
ENTRADA PELA TRAVESSA

SÁBADO DIA 28

SEGUNDA DIA 2
DAS 22 ÀS 3H

2
ESPAÇOS
SCOTECIA-VARIEDADE

CONCURSOS:
*MASCARAS *BANCA
*DANCAS *SAI SEMPRE
*COMES E BEBES

ORGANIZAÇÃO DA O.L.L. PORTUGUÊS
BILHETES NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP DE LISBOA

Não falem! Vai ser animado!

● Lisboa

No Beato, às 21 horas, projecção de vídeos promovida pela Comissão de Dinamização Cultural deste Centro de Trabalho. No próprio Centro de Trabalho, em Campo de Ourique, no Centro de Trabalho Pedro Soares e a partir das 21.30, debate com o camarada Manuel Pedro: «PCP — 66 anos de história».

Sábado ²⁸

● Matosinhos

Da série de «Encontros Abertos» promovidos pela Comissão Concelhia sob o lema Desenvolver Matosinhos, resolver os problemas da população decorrem na Escola Primária da R. do Godinho, das 10 às 18 horas, debates sobre questões do ensino e da habitação. Este Encontro Aberto decorre, como se infere, em duas secções temáticas.

● Vila Nova de Gaia

Debate: «Marina de S. Paio, que consequências?». A



EFFEL, Jean in «Avec la caricature contre le fascisme». Organização Internacional dos Jornalistas. Praga (sem data)

TV **O Programa**

Quinta

RTP1

10.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho», 39.º epis.
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.35 - **Ciclo Preparatório**
 18.00 - **Sumário**
 18.05 - **Brinca Brincando**
 19.30 - **Telejornal**
 20.00 - **Boletim Meteorológico**
 20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas», 34.º epis.
 20.55 - Série: «ALF — Uma Coisa do Outro Mundo», 1.º epis.
 21.30 - **Telemundo**
 22.00 - Série: «As Blue Bell», 5.º epis.
 22.55 - **24 Horas**
 23.25 - **Remate.**

RTP2

14.15 - Série: «Os Emigrantes», 4.º epis.
 15.15 - **Agora, Escolha!**
 16.30 - **Notícias**
 16.35 - **Trinta minutos com...**
 17.00 - **Countdown**
 18.00 - **Estádio: «Jogos Olímpicos de Los Angeles — tiro, tiro com arco»**
 19.00 - **Nino Show**
 20.00 - **Notícias**
 20.05 - Série: «5.ª Dimensão», 97.º epis.
 20.30 - Série: «Uma Família às Direitas», 73.º epis.
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **É de Ler**
 21.35 - **Concurso: «A Quinta do Dois».**

Sexta

RTP1

10.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.35 - **Ciclo Preparatório**
 18.00 - **Sumário**
 18.05 - **Brinca Brincando**
 18.50 - **Concurso: «Par ou Ímpar»**
 19.30 - **Telejornal**
 20.00 - **Boletim Meteorológico**
 20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»

20.55 - Série: «Palácio dos sonhos», 5.º epis.
 21.50 - **Tudo é Espectáculo: Rick Springfield**
 22.50 - Série: «Hitchcock apresenta», 20.º epis.
 23.20 - **24 Horas**
 23.50 - **Remate.**

RTP2

14.15 - Série: «Os Emigrantes»
 15.15 - **Agora, Escolha!**
 16.30 - **Notícias**
 16.35 - **Trinta Minutos com...**
 17.00 - **Countdown**
 18.00 - **Estádio: «Jogos Olímpicos de Los Angeles — cerimónia de encerramento»**
 19.00 - **Nino Show**
 20.00 - **Notícias**
 20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
 20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **É de Ler**
 21.35 - **Campeonato do Mundo de Andebol (Masculino)**
 23.00 - Série: «Meu Filho, meu Filho», 3.º epis.
 23.55 - **Uma Boa Ideia.**

Sábado

RTP1

0.9.00 - **A Quinta do Dois**
 10.50 - Série: «No Reino dos Monchichis», 6.º epis.
 11.15 - **Juventude e Família**
 13.00 - **Sumário**
 13.10 - **Jornalinho**
 14.00 - **Parlamento**
 14.30 - **ABZ**
 17.00 - Telenovela: «Tudo em Cima», 19.º epis.
 17.45 - **20 anos — 1.º programa**
 18.45 - **Super Trinta**
 19.45 - **Totoloto**
 20.00 - **Jornal de Sábado**
 20.30 - **Boletim Meteorológico**
 20.35 - **7 Folhas**
 20.55 - Série: «Dallas», 3.º epis.
 22.00 - **Ora Vira**
 23.30 - **Cinema: «Chinatown», real. Roman Polanski (EUA/1974, 131 min.).**

RTP2

12.30 - **Outros mundos**
 13.00 - **Os Anos não Contam**
 13.50 - **Meu Bicho, Meu Amigo**

14.05 - Série: «A Aposta», 7.º epis.
 14.30 - **Novos Horizontes**
 15.00 - **Quem te Viu e Quem TV**
 16.00 - **Troféu**
 20.00 - **Cinema: «Miquette e a Mãe»**
 21.40 - **01 Magazine Informática**
 21.55 - **Jazz**
 22.50 - **Vídeo Clube**
 23.05 - **Troféu.**

Domingo

RTP1

09.00 - Série: «A Vida Selvagem» (11.º epis.)
 10.00 - **Juventude e Família**
 10.45 - **TV Rural**
 11.15 - **Missa de Domingo**
 12.05 - **70 Vezes 7**
 12.35 - Série: «O Almoço está na Mesa» (20.º epis.)
 13.00 - **Sumário**
 13.10 - **Viva a Música**
 13.35 - Série: «Os Roberts» (11.º epis.)
 14.00 - **Concurso: «Arco Íris»**
 15.35 - **Primeira Matiné: «Um Dia em Nova Iorque». Real. Stanley Donen/Gene Kelly. Intér. Gene Kelly e Frank Sinatra (EUA/1949)**
 17.30 - **Clube Amigos Disney**
 19.00 - Série: «O Justiceiro» (5.º epis.)
 20.00 - **Jornal de Domingo**
 20.30 - **Boletim Meteorológico**
 20.35 - **Ídola na TV?**
 21.00 - Série: «Paraíso Adiado» (8.º epis.)
 22.00 - **Domingo Desportivo**
 23.05 - **Dizem os Astros**
 23.15 - **Carnaval: Brasil/86.**

RTP2

10.00 - **Troféu**
 12.30 - **Magazine Madeira: «Quinta do Santo da Serra»**
 12.50 - **Caminhos**
 13.05 - **Música na América**
 13.35 - **A Vida à Nossa Volta: «Akagera» (6.º epis.)**
 14.00 - Série: «Coração» (6.º e último epis.)
 15.00 - **Troféu**
 17.00 - **Fantasia e Realidade**
 17.30 - Série: «Lovejoy» (9.º epis.)
 18.30 - Série: «A Herança Científica do Mundo Árabe» (8.º epis.)
 19.00 - **Entrada Livre**
 19.25 - **Ler Portugal: «Virgílio Ferreira e Évora»**
 19.55 - Série: «O Triunfo do Ocidente» (7.º epis.)
 20.45 - Série: «O Diário Secreto de Adrian Mole» (último epis.)

21.15 - **Hollywood em Julgamento**
 22.45 - **Cine-Clube: «A Costela de Adão». Real. George Cukor (EUA/1949).**

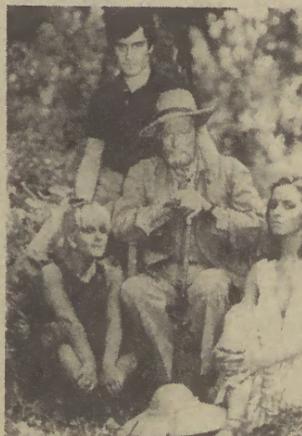
Segunda

RTP1

10.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **Festival de S. Remo**
 18.00 - **Sumário**
 18.05 - **Brinca Brincando**
 18.50 - **Concurso: «Show Bis»**
 19.30 - **Telejornal**
 20.00 - **Boletim Meteorológico**
 20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
 20.50 - **Olivia Newton John e Travolta**
 21.10 - **Helizappopin**
 22.40 - **Carnaval: Brasil/87**
 23.45 - **24 Horas**
 00.15 - **Remate**
 00.25 - **A Night at Moulin Rouge.**

RTP2

14.15 - Série: «Novo Amor» (6.º epis.)
 15.05 - **Agora, Escolha!**
 16.30 - **Notícias**
 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
 17.05 - **Countdown**
 18.00 - **Estádio: «Torneio Internacional de Volej» — Porto**
 20.00 - **Notícias**
 20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
 20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **É de Ler**



21.35 - **Torre de Ébano: Telefilme. Real. Robert Knights**
 22.55 - **2.ª Volta**
 23.25 - Série: «Benson».

Terça

RTP1

10.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **A Senhora Ministra**
 15.00 - **Johny Hallyday em Zenith**



17.00 - **As Bruxas**
 18.00 - **Sumário**
 18.05 - **Brinca Brincando**
 18.50 - **Concurso: «Show Bis»**
 19.30 - **Telejornal**
 20.00 - **Boletim Meteorológico**
 20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
 20.50 - **Portugal Sem Fim**
 21.45 - Série: «Dempsey e Makepeace»
 22.35 - **24 Horas**
 23.05 - **Remate.**

RTP2

14.45 - Série: «Novo Amor» (7.º epis.)
 15.05 - **Agora, Escolha!**
 16.30 - **Notícias**
 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
 17.05 - **Countdown**

18.00 - **Estádio**
 19.00 - **Nino Show**
 20.00 - **Notícias**
 20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
 20.30 - **É de Ler**



21.35 - **Cinema Dois: «Listopad».**

Quarta

RTP1

10.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 17.15 - **Eu Era a Mãe**
 18.00 - **Brinca Brincando**
 18.50 - **Concurso: «Show Bis»**
 19.30 - **Telejornal**
 20.00 - **Boletim Meteorológico**
 20.05 - **Vamos Jogar no Totobola**
 20.20 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
 21.00 - **Lotação Esgotada: «A Última Loucura de Mel Brooks». Real. Mel Brooks**
 22.35 - **Gala dos Troféus do Midem**
 23.30 - **24 Horas**
 24.00 - **Remate.**

RTP2

14.15 - Série: «Novo Amor»
 15.05 - **Agora, Escolha!**
 16.30 - **Notícias**
 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
 17.05 - **Countdown**
 18.00 - **Estádio**
 19.00 - **Nino Show**
 20.00 - **Notícias**
 20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
 20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **É de Ler**
 21.35 - **Astor Piazzolla.**

Proletários de todos os países: UNÍ-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A GRANDE JORNADA DE 31 DE JANEIRO

Ganhar as forças da oposição para uma alternativa democrática

• Mobilizar todos os militantes para a Campanha Organizativa

• Sobre o quadro institucional do Parlamento Europeu

Assina e divulga

A COBRANÇA
 Nova modalidade

«O Militante» — Boletim de Organização do PCP

ASSINATURA DE 6 OU 12 NÚMEROS

Continente	220\$00 — 440\$00
Regiões Autónomas	280\$00 — 560\$00
Europa	550\$00 — 1100\$00
Angola, C. Verde, Guiné, Moçambique, S. Tomé	750\$00 — 1500\$00
Outros Países	850\$00 — 1700\$00

Desejo assinar «O Militante» a partir do N.º _____ e por 6 ou 12 números.

Para o respectivo pagamento envio Esc. _____ \$ _____ em cheque n.º _____

Para o pagamento envio o vale de correio n.º _____

Queiram efectuar a cobrança respectiva no envio da primeira revista, sendo as despesas por minha conta.

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____

Telefone _____

Enviar para **CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA, SARL**

Sec. assinaturas

Av. Santos Dumont, 57, 2.º 1000 Lisboa — Portugal

Cinema A selecção Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Cor do Dinheiro	—	★★★★	★★★★	—	—
B	A Missão	★	★★	★★	★★	★★★★
C	Mona Lisa	★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
D	A Mosca	★★★	★★★	★★★★	★★	★★★
E	O Nome da Rosa	★★★	—	★	★★	★★★
F	Peggy Sue Casou-se	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G	Quarto com Vista sobre a Cidade	★★	★★★	★★★★	—	★★★
H	O Raio Verde	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★
I	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
J	Tangos	—	★★	★★	★★★	—
L	A Volta da Meia-Noite	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

A — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15), Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

B — Real. Roland Joffé — Alfa/Clube (14.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

C — Real. Neil Jordan — Alfa/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15) Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), S. Jorge/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.45) — Lisboa.

D — Real. David Cronenberg — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

E — Real. Jean-Jacques Arnaud — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.

F — Real. Francis Ford Coppola — Ávila (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45) — Lisboa.

G — Real. James Ivory — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

H — Real. Eric Rohmer — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

I — Real. Akira Kurosawa Amoreiras/3 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) — Lisboa.

J — Real. Fernando Solanas Quarteto/3 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

L — Real. Bertrand Tavernier — Quarteto/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

• LISBOA

Agathe Gallard — «Fotografia», Gal. Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. (até 6/3).

Amaral da Cunha, escultura. Gal. Quadrum (Coruchéus), R. Alberto Oliveira, 52. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 21/3).

Ana Jotta — «Pintura», Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111, a S. Marçal, 3.ª a dom., 15.00 às 19.00.

Ana Silva e Sousa — Escultura, exposição comemorativa do 5.º centenário da viagem de Bartolomeu Dias, Museu Nacional do Traje (até 15/3).

Berlim 750 Anos — Palácio Foz, Praça dos Restauradores.

Bordado da Madeira, 1850-1930 — Museu Nacional do Traje, Lumiar, de 3.ª a Dom., das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00. Cerca de 300 peças que vão dos trajes oitocentistas aos novos padrões do princípio do século (até 30/3).

Colectiva — Serigrafias e litografias, de João Hogan, Cesariny, Cargaleiro, Cutileiro e outros, Gal. Holly, Largo da Trindade, 17, 2.ª, 15.00 às 19.00, 3.ª a sáb., 10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até fins de Março).

Colectiva — de Isabel Augusto, Ivo, Mateus, Rui Matos e Teresa Silva, Poligrupo/Resistência, R. Ivens, 14.

Colectiva de pintura e escultura (Cargaleiro, Cesariny, Cutileiro, Hogan, outros). Gal. Holly, Lg. da Trindade, 17. A 2.ª/15.00 às 19.30; de 3.ª a sáb./10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00.

Costa Pinheiro — Pintura. Galeria «111», Campo Grande, 113, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00.

Francisco Rúbio, fotografia. Gal. Ether/Vale Tudo..., R. Rodrigo da Fonseca, 25, 3.ª a sáb., 15.00 às 20.00 (até 31/3).

Gonçalo Ruivo, pintura 1987. Gal. A Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom./15.00 às 20.00.

Hélder Batista, escultura e medalhas. Livr. da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.

«Hors Tendances» — exposição colectiva de cinco artistas franceses, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

«A Inquisição em Portugal» — biblio-icnográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb./10.00 às 17.00 (até 31/4).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses. Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

Isabel Garcia — Pintura, Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 11/3).

Isabel Mendes Ferreira, pintura. Clube

50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 11/3).

Joaquim Baltazar — «Espaço de Silêncio», pintura. Casa da Imprensa, R. Horta Seca, 20 (até 12/3).

José Esteves — Escultura, Gal. Arte Bruta, R. do Século, 108, 2.ª a sáb., 14.00 às 20.00 (até 28/2).

José Paulo Ferro — «Desenho», Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 11/3).

Leonor Alvim — «Panos Collage». Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Lurdes Leite — Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 28/2).

Max Ernst — «Exposição de Livros e Obra Gráfica» do artista alemão, constituída por 186 gravuras apresentadas em 130 molduras, a par de alguns desenhos de obra gráfica, livros, etc., nas Galerias das Exposições Temporárias, piso 01, Fundação Calouste Gulbenkian.

Nadir Afonso, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

Pedro Amâncio — Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7, 3.ª a dom., 12.00 às 20.00.

Pepe Diniz — «Notas Novaioquinas», fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Regina Chulam — pintura, Gal. Clube 50, R. de S. Mamede ao Caldas, 9-1.º; 3.ª a 6.ª, 17.30 às 20.30; sáb., 15.00 às 20.00 (até 2/3).

Rui Matos — escultura, Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1 (ao Quêilhas), 3.ª a sáb., 11.00 às 13.00 e 15.00 às 20.00; dom. e 2.ª, 15.00 às 20.00 (até 2/3).

Sérgio — Pintura, Gal. Oiharte, Calç. do Cardeal, 18, 3.ª a Dom., 16.00 às 20.00 (até 28/2).

Tapeçaria Contemporânea Portuguesa do Grupo 3.4.5. Livraria Barata, Av. de Roma. De 2.ª a sáb./12.00 às 23.00 (até 7/3).

Teresa Ribeiro — Museu Nacional do Traje, Paço do Lumiar, de 3.ª a Dom., das 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00. (até 8/3).

• OUTRAS LOCALIDADES

Colectiva (pintura, escultura, maquetas de barcos). Até 8/3, Gal. Municipal, das 15.00 às 23.30 — AMADORA.

Manuel Baptista, pintura. Centro Cultural de S. Lourenço, até 10/4 — ALMANSIL.

1.ª Exposição Nacional de Arquitectura. Até 1/3, Palácio da Cidadela — CASCAIS.

Molinhos e Azevêdas — Exposição etnográfica, Museu Municipal de Loures, 3.ª a 6.ª, 9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00, sáb. e Dom., 10.00 às 17.00 (até 28/2) — LOURES.

David de Almeida — Gravura, Gal. de Arte de Tavira, R. Jacques Pessoa, 17, todos os dias 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00. (Até 26/2) — TAVIRA.

Colectiva — Isabel Sabino, Lima Carvalho, Maria João Garrido, Pedro Saraiva, Rocha de Sousa, Rogério Ribeiro, Gal. Nova (Convento da Graça). (Até 28/2) — TORRES VEDRAS.

João Paulo Feliciano — Gal. do Museu de Setúbal, Convento de Jesus (até 28/2) — SETÚBAL.

Ourlivesaria — Colectão do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena — SINTRA.

• PORTO

Álvaro Rocha — Escultura, Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80.

Colectiva (Alberto Carneiro, Ângelo de Sousa, Armando Alves, João Dixo, Júlio Resende, outros). Gal. EG, Caminho Fonte de Cima, 33-129-A. De 3.ª a sáb./15.00 às 20.00.

Gravadores de Liège — gravura sobre metal de sete artistas belgas. Cooperativa Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1 (até 10/3) — inaugura amanhã.

Maria João Aguiar — Pintura, Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom. só à tarde.

Obra Gráfica Internacional — «Gravura, Litografia e Serigrafia», Gal. Módulo, Av. Boavista, 854, 2.ª a

...e ainda

Música, debates, etc.

Cinema

A Associação Portugal-URSS realiza como já é habitual às sextas-feiras, às 21.30, na sede, rua de S. Caetano, 30 sessões de cinema. Amanhã, será exibido «A Parente», de Nikita Mikhalkov.

No ABC Cine-Clube, sexta-feira, às 18.45, no Estúdio 444 finaliza a projecção dedicada ao Ciclo «A Trilogia de Máximo»; hoje, o filme a exhibir é «O Quarteirão de Viborg», de G. Kozintsev e Trauberg (URSS/1938).

Na Cinemateca Portuguesa, rua Barata Salgueiro, 39, prossegue o Ciclo Irmãos Marx, hoje, às 18.30, «Uma Noite em Casablanca», de Archie Mayo (1946); dia 27, às 18.30, «The Big Store»; às 21.30, «Aguilha em Palheiro»; de Norman McLeod.

No Forum Picoas, av. Fontes Pereira de Melo, 38-C, Extensão do Fantástico. Hoje, às 19.00, «O Dia da Ira», de Sulambek Mensurov (URSS/1955), às 22.00, «Atrás do Vidro», de Agustín Villaronga (Espanha); dia 28, às 16.00, «Arco Iris Lunar», de Andrei Ermach (URSS/1984), às 19.00 e 22.00, «O Flautista», de Jiri Barta (Checoslováquia); dia 1, às 16.00, «O Difícil Caminho



para as Estrelas», de Richard Victorov (URSS/1981), às 19.00 e 22.00, «Espelho da Carne», de Carlos da Fontoura (Brasil); dia 2, às 19.00, «Cartas de um Homem Morto», de Konstantin Lopushansk (URSS/1986), às 22.00, «As 7 Vampiras», de Ivan Cardoso (Brasil).

Ganase e Fumiyo Ikeda; nos dias 27 e 28, às 15.00 Workshop, orientado por Nadine Ganase.

No Teatro Nacional de S. Luiz, rua António Maria Cardoso, nos dias 26 e 27 de Fevereiro e 1 de Março, às 21.30 a Companhia Nacional de Bailado, apresenta «Magnificat», coreografia de Oscar Araiz, música de Bach (estrela), «Apollo», coreografia de Balanchine, música de Stravinsky (estrela) «A Mesa Verde», coreografia de Kurt Jooss e música de F. Cohen.

Bailado

No Centro de Arte Moderna, rua Nicolau Bettencourt, realiza-se na Sala Polivalente, nos dias 26, às 18.30 e dias 27 e 28, às 21.30 e no dia 1, às 15.00, Dança Europeia Contemporânea. A apresentação é do grupo Rosas Danst Rosas, dirigido por Anne Teresa Keersmaeker, integrado por esta e por Roxane Hullmand, Nadine

Música

No Fundação Gulbenkian, no Grande Auditório, hoje, às 21.30 e amanhã às 18.30, concerto pela Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Claudio

Teatro O Cartaz

• LISBOA

A Barraca, R. Alex. Herculano, 70. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. Os Polícias, de Slawomir Mrozek, adapt. e enc. Hélder Costa.

Comuna, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Victor — ou as Crianças no Poder, de Roger Vitrac, enc. João Mota; sáb. e dom./17.00 — O Tesouro, de Eça de Queirós.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. Escrita em Dia, nova versão de Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro Aberto, Praça de Espanha, 2.ª a 5.ª/21.30, dom./16.00 e 21.30. O Jardim das Cerejas, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.

Teatro Estúdio de Lisboa, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Sylvia Plath — Quem a Matou?, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. A Vida é Sonho, de Calderón de la Barca, enc. Xosé Blanco Gil.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 5.ª a dom./21.30. Drácula Júnior, de Fernando Gomes, música de José Carrapa e Sérgio António (a partir de hoje).

Variadades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. 21.30. dom./16.00. Aqui Há Fantasmas. Texto e enc. de Henrique Santana.

Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 30. De 3.ª a dom./21.30, dom./16.00. Sapateado, de Richard Harris, enc. Varela Silva.

16-A, 5.ª a sáb., 21.30; sáb. e dom., 17.00. Nô Cego, de Carlos Vereza, enc. Águeda Sena (até 21/2).

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo, 4.ª e sáb., 21.30, dom./16.00. Galileu Galilei, de Bertholt Brecht, enc. Carlos Avilez — Teatro Experimental de Cascais.

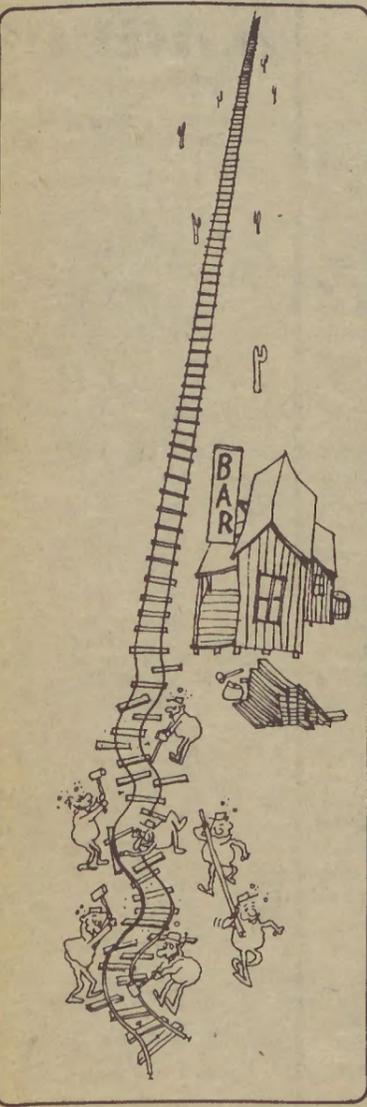
Para Crianças

• LISBOA

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1. Sáb. dom. e feriados, às 15.30. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo.

• ALGÉS

Teatro 1.º Acto, R. Eduardo A. Pedrosa,



Tempo

Fim de Semana

Segundo a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o próximo fim-de-semana, o céu estará pouco nublado ou limpo, temporariamente muito nublado nas regiões Norte.

Vento geralmente fraco. Neblinas ou nevoeiros matinais. Pequena subida de temperatura.

a TV

Assim é a política deles

O exercício de política nos Estados Unidos é marcado pela opinião pública com o máximo cepticismo. Aliás verificado no caudal das abstenções verificado nas eleições e que chegam a ultrapassar os 50 por cento!

Da rubrica «Uma Família às Direitas» retiramos de um episódio as seguintes frases reveladoras:

- A honestidade não tem nada a ver com a política.
- Em política, as mentiras são promessas e as promessas fazem-se para não serem cumpridas.
- Quando um político é honesto, é porque está desesperado...

O episódio passava-se em 1974, no tempo de Nixon. Mas na actualidade de Reagan, os conceitos da opinião pública sobre a política americana justificam-se plenamente.

A técnica da (des)informação

Na União Soviética, mais um preso foi libertado. Notícias do **Telejornal** e **Jornal das Nove** são comandadas de modo que têm a ver com o anticomunismo, e não com a dignidade informativa. Desaparecem assim, as barreiras entre a informação e a opinião.

Repare-se na técnica da manipulação utilizada no **Jornal das Nove**.

Primeiro — Uma voz off informa que mais um dissidente foi libertado de um «campo de concentração».

Segundo — **Jornal das Nove** dá o «toque pessoal» nos pormenores do caso. Palavrado, imagens de Arquivo, o costume.

Terceiro — Sem transição, faz agulha para a Inquisição que se discutia na Gulbenkian...

Está bonito, não está? No capítulo da desinformação sofisticada, esta gente aprendeu umas coisas! Devem ter uns ricos instrutores.

Um Mundo sem Armas e uma Televisão sem vergonha

A Televisão viu-se obrigada a não silenciar o Fórum Mundial reunido em Moscovo, por um «Mundo Sem Armas». Seria demasiado escandaloso se o fizesse tantas e tão significativas eram as presenças. Claro que não deixou de meter o seu veneno. Se o não fizesse, os patrões podiam zangar-se...

Uma das imagens mais incómodas para a gatinha da Informação na RTP, era a de Sakharov batendo palmas durante o discurso de Gorbachov. Na RTP levaram isso muito a mal. Imaginem, é assim que ele paga o exílio em Gorki...

... O que eles sabem, mas não dizem, é que Sakharov manifestou a vontade de regressar àquela cidade, para poder trabalhar com mais tranquilidade...

Imaginem! Já nem nos «dissidentes» se pode ter confiança...

Do humor à provocação assim vai a Televisão

A RTP tem uma fenomenal capacidade para desgastar certos adjectivos aplicados à sua acção «informativa». **Repugnante** é um deles. Pelo que, dizer-se que foi repugnante a reportagem feita pelo **Telejornal** do último comício do PCP no Pavilhão dos Desportos, já não dá a ideia da situação.

Evidentemente que, em dois minutos e meio, não seria possível dar uma visão ampla de acontecimento tão rico. Mas gastar muito desse tão pouco tempo com a transcrição de opiniões sobre as relações entre o PCP e a URSS, emitidas por «comentadores» género José António Saraiva e Marcelo Curto, é abusar da provocação — e do humor.

Claro que, no discurso de Álvaro Cunhal («lido de enfada», disse malcriada, provocadora e indevidamente o anticomunista travestido de repórter) não houve apenas a referência à nova situação vivida na URSS. Houve demorada análise à situação portuguesa. Se esta foi largamente, melhor, completamente esquecida, ao menos que se respeitasse a mínima fidelidade quanto ao restante.

Tal não se verificou. A objectividade foi substituída pela opinião — opinião ainda por cima envenenada...

A maneira de a RTP estar na Informação, vê-se por este simples pormenor: encontrando-se em Portugal uma personalidade tão importante na actualidade política mundial, como Nicolai Sliunkov, natural seria que a RTP o ouvisse, o entrevistasse, fosse saber, de fonte, as notícias de uma realidade apaixonante, em que todo o mundo tem os olhos postos.

Pois até ao momento em que escrevo estas linhas, nada disso aconteceu. Gostaria muito de pedir desculpa de me ter enganado. Mas estou certo de que nem este gosto a RTP me vai dar...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

As lições do caso «DINFO-GAL»

Relembremos os factos:

- ao grupo terrorista de extrema-direita GAL (que já assassinou 23 pessoas) estavam ligados indivíduos portugueses;
- uma vez presos averigua-se que dois desses indivíduos eram membros da empresa de segurança da Embaixada norte-americana em Lisboa e um outro era «colaborador» de um departamento dos serviços de informações militares portugueses e desenvolvia actividades de espionagem sobre partidos políticos democráticos representados na Assembleia da República.

É ou não «de vital importância para a defesa do regime democrático, para a efectiva segurança dos cidadãos e para a garantia dos seus direitos e liberdades que este caso não se venha a reconduzir (...) num mero sobressalto conjuntural e episódico, destinado a um rápido esquecimento?»

O governo e a política dos «sopros»

• «Decorridos oito dias sobre a revelação pelo «Expresso» de uma nova vertente (a vigilância sobre militantes de partidos democráticos) do caso «DINFO-GAL», há, entre muitos outros, um aspecto que se nos afigura ser motivo de ponderação, reflexão e denúncia.

Acompanhando o que vem sendo difundido pela comunicação social a este respeito, não é possível deixar de notar uma estranha situação em que, por um lado, o Governo se remete a um rígido laconismo apenas entremeadado de secas negativas, mas em que, por outro lado, reais ou supostos «funcionários superiores» e outras «fontes» dos Serviços de Informação Militares se desdobram em «sopros» para alguns órgãos de comunicação social, numa visível operação de intriga, diversão, intoxicação e confusão.

Desta evidência importa tirar a cristalina conclusão de que tarda em falar, explicar e esclarecer quem devia (o Governo) e que estão muito activas e velozes as mistificações e truques de diversão por parte de quem o não devia (os que sob a protecção de «fontes» do DINFO ditam — é o termo — para os jornais, não apenas as «informações» que lhes convêm, mas também — regista-se — «análises» e interpretações sobre as pretensas motivações ou a alegada tática de partidos democráticos em relação a esta grave questão da actualidade nacional).

Dir-se-ia que no afã de desviar as atenções do que é essencial neste caso, na aflição de baralhar as pistas e sacudir responsabilidades, na voragem das técnicas de «contra-informação», há «fontes» e «funcionários superiores» que, julgando possivelmente estar a esbater preocupações e inquietações existentes, vão afinal dizendo coisas que mais as consolidam e confirmam.

(V. Pinto Morais, «o diário», 22 de Fevereiro)

Cada jornal tem as fontes que merece

• «É esse, por exemplo, o caso das declarações que tanto «O Jornal» como «O Século» (da

passada 6.ª feira) diziam ter recolhido de «fontes governamentais e partidárias» (na versão de «O Século») e de um «funcionário superior do DINFO» (na versão de «O Jornal»), nas quais os declarantes anónimos se permitem fazer considerações sobre os alegados objectivos (minuciosamente divididos por alíneas) das forças políticas que protestaram ou manifestaram inquietação perante procedimentos indiscutivelmente ofensivos da legalidade democrática.

(...)
E, já agora, reflecta-se sobre a circunstância de ser o jornal «O Século», sob a direcção do fascista Jaime Nogueira Pinto que, no tempo do fascismo, dirigia o pasquim fascista «Agora» (e que só a RTP se lembraria de contratar como seu comentador semanal), que está transformado em porta-voz da descarada justificação, propaganda e cobertura doutrinária das acções de vigilância e espionagem sobre democratas.»

(Idem)

Duas lógicas: só uma cabe no regime democrático

• «É que, se há, de facto, elementos ou responsáveis de serviços de informações que prestam tais declarações a órgãos de informação, lançando acusações a alguns partidos políticos e tratando-os em termos de combate e como «inimigos», então tem inteira lógica interna e perfeita plausibilidade que, na sua actividade, esses serviços se ocupem de vigilância a democratas, assim sintonizando a sua actividade prática pelas concepções de fundo que verdadeiramente os inspiram, uma e outras em ostensiva violação da legalidade constitucional.

Em boa verdade, é absolutamente intolerável e inadmissível esta situação, que hoje está desenhada na comunicação social, em que o Governo se cala e não presta ao País os esclarecimentos que tem a responsabilidade e a obrigação de prestar e em que suspeitos de práticas ilegais se arvoram em acusadores, intensificam calúnias e insinuações repelentes sobre os que protestam contra as ilegalidades, e se assumem como um corpo organizado de pressão e ameaça so-

bre a vida democrática e o funcionamento das instituições.

Sejamos claros: os que promovem a intoxicação e a intriga, os que nos pretendem fazer crer que os escaldantes factos e indícios concretos não devem contar e que tudo se resume a uma «campanha» contra os serviços de informações nunca o compreenderão, mas está ao alcance dos democratas compreender que um partido político tem toda a legitimidade para exigir que sejam esclarecidas actividades ilegais de serviços de informações, mas que os serviços de informações ou seus funcionários ou responsáveis não têm qualquer legitimidade para fazer acusações ou comentários depreciativos ou caluniosos sobre a orientação ou a actividade de partidos políticos.

Porque os partidos políticos concorrem para a formação da vontade popular e a organização do poder político, participam no órgão de soberania Assembleia da República e têm em consequência do próprio ordenamento constitucional uma intervenção legítima na fiscalização da actividade do Governo e dos departamentos de Estado, enquanto que os serviços de informações, sendo um mero departamento do Estado, têm de estar adstritos às suas finalidades legais e aos interesses do Estado tal como são definidos na Constituição e não podem obviamente ser transformados em órgãos de fiscalização, vigilância ou combate contra este ou aquele partido.

Isto é, se um partido político comenta a actividade de elementos de serviços de informações, formula acusações ou reclama esclarecimento, está agindo inteiramente no quadro do regime democrático e da sua legalidade.

Em contrapartida, se elementos de serviços de informações decidem fazer apreciações e comentários de combate e agressão a um partido político, estão então agindo inteiramente fora do quadro democrático.»

(Idem)

A opinião pública tem direito a conclusões

• «É de vital importância para a defesa do regime democrático, para a efectiva segurança dos cidadãos e para a garantia dos seus direitos e liberdades, que este «caso» não se venha a reconduzir, por efeito de tolerâncias, complicações, ambiguidades e ingenuidades, num mero sobressalto conjuntural e episódico, destinado a um rápido esquecimento.

É também de vital importância que a opinião pública, apesar do seu intenso bombardeamento com múltiplas linhas de diversão e distração, não perca de vista factos e indícios que, na sua singularidade, apelam a uma séria reflexão e reclamam uma enérgica resposta das instituições democráticas: há suspeitas fundadas de que elementos ligados a serviços de informações criados com o pretexto do combate ao terrorismo, se dedicavam afinal a ligações com actividades e organizações terroristas; há suspeitas fundadas que elementos ligados a serviços de informações criados com a finalidade legal de acautelar a segurança e as liberdades dos cidadãos e os interesses do regime democrático, desenvolvem afinal actividades ilegais contra a segurança e liberdades dos cidadãos, em rebeldia contra o regime democrático.»

(Idem)

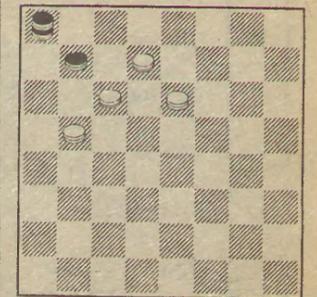
Damas

PROPOSIÇÃO N.º 91

Por: «Lusíada»
«La Provincia», Canárias, 1945
(crónica 106, probl. 82)

Pr.: 20-22-23-27

Br.: 15-28-(32)



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 91
Campeonato Nacional «Oficioso»
Lisboa, 1957.VI.10
Abertura sorteada/3.º jogo (9.º)
2.ª volta

Br.: Dr. Orlando Augusto Lopes
Pr.: Adelino José Ribeiro

1. 11-15, 23-19; 2. 7-11, 28-23; 3. 10-14, 19-10; 4. 5-14, 23-20; 5. 1-5, 20-16; 6. 4-7, 22-18; 7. 5-10, 27-22; 8. 15-19, 22-15; 9. 12-19, 26-22; 10. 19-26, 29-22; 11. 8-12, 32-28; 12. 10-13, 21-17; 13. 14-21, 25-18; 14. 6-10, 28-23; 15. 12-15, 23-19; 16. 7-12, 16-7; 17. 3-12, 31-27; 18. 10-14, 19-10; 19. 15-19, 22-8; 20. 13:31=D, 10-5. G. Pretas.
(Análise-se: 11. 14-19 e 18. 11-14).

GOLPE N.º 91

Por: Amadeu Martins Coelho
(Boliqueime. Ano?? 1952?)

1. 10-14, 22-19; 2. 14-18, 21-14; 3. 11-18, 19-14; 4. 6-11, 23-19; 5. 12-15, 19-12; 6. 8-15, 28-23; 7. 9-13, 26-2; 8. 13-17, 29-26; 9. 15-19, 23-20? Perdente!
(Br.: 1-2-3-4-5-7-11-17-18-19.
Pr.: 14-20-21-24-25-26-27-30-31-32).

SOLUÇÕES DO XCI

N.º 91 («L.»): 27-30, 28-19; 20-23
SE: 19-14; 30-26 26-29 e 29-10+
SE: 15-7; 23-28+
Golpe N.º 91 (AMC): 10. 11-15, 20-11; 11. 19-22, 26-19; 12. 17-26, 30-21; 13. 5-10, 14-5; 14. 7:30+ 10. 19-22...+

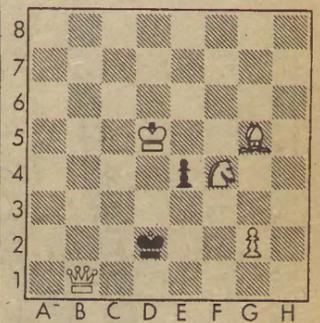
A. de M.M.

Xadrez

PROPOSIÇÃO N.º 91

Por: E. Delalieu
«L'Echiquier de France», 1957

Pr.: (3): P64-Rd2



Br: (5): Pg2-Cf4-Bg5-Db1-Rd5
Mate em 2 lances

JOGO N.º 91

Torneio de Wijk and ZEE, 1987
Br.: Van der Sterren
Pr.: G. Fleat

1. Cf3, d5; 2. c4, d:c4; 3. e3, B:e6; 4. Cg5, B:d5; 5. e4, B:c6; 6. B:c4, e6; 7. d3, Cf6; 8. 0-0-h6; 9. Cf3, B:b7; 10. Cc3, 0-0; 11. D:a6, 12. a4, a5; 13. d4, Ca6; 14. B:d3, Cb4; 15. Bb1, b6; 16. Td1, Bb7; 17. C:e5, Rh8; 18. Ta3, c5; 19. d:c5, D:c7; 20. Bf4, D:c5; 21. Cb5, B:d8; 22. Cb5, Ba6; 23. Df3, Cc2; 24. Cd:f7+, Rg8; 25. C:h6+, g:h6; 26. Dg3+, Rh8; 27. Cg6+, Rh7; 28. C:f8+, D:f8; 29. B:c2, Rh8; 30. e5, Cd5; 31. Dg6 e as Pr. abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 91

Chave: 1. Bh4, blocus!
1. e3; 2. B:e1+
1. R:e3; 2. D:c1+

A. de M.M.